

CAROLINA MESSORA BAGNOLO

**“PRODUÇÃO INTELECTUAL EM QUALIDADE DE VIDA NA AMÉRICA
LATINA”**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Profa. Dra. Leila da Costa Ferreira.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 25/04/2005

BANCA**Profa. Dra. Leila da Costa Ferreira****Profa. Dra. Sônia Regina da Cal Seixas Barbosa****Prof. Dr. Pedro Jacobi**

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

ABRIL / 2005

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	T/UNICAMP
	B146p
V	EX
TOMBO BC/	64308
PROC.	26-P-00066-05
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	11,00
DATA	13/06/05
Nº CPD	

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

B146p

Bagnolo, Carolina Messori

**Produção intelectual em qualidade de vida na América Latina /
Carolina Messori Bagnolo. -- Campinas, SP : [s.n.], 2005.**

Orientador: Leila da Costa Ferreira.

**Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

025 ac-----
Publicações 025 B 146p

**1. Qualidade de vida – América Latina. 2. Produção científica.
3. Sociologia – Aspectos ambientais. I. Ferreira, Leila da Costa.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.**

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a produção intelectual em qualidade de vida na América Latina, a partir da análise bibliográfica de algumas publicações representativas da sociologia ambiental, buscando verificar quais as estratégias de qualidade de vida esta literatura esboçou no que diz respeito aos processos de melhora socioambiental e que tipo de estratégia mais se destacou nesta literatura. Neste sentido, o estudo realizado possibilitou a constatação que a sociologia latino-americana coloca, ao contrário da sociologia internacional, estratégias para a solução dos problemas ambientais e, dentre estas estratégias, destaca a democracia e os processos participativos como parte das práticas capazes de contribuir para a minimização dos problemas socioambientais.

Abstract

This research aims to analyze the intellectual production on life quality in Latin America, starting with bibliographical analysis of some important environmental sociology publications, trying to identify which strategies this literature showed refereeing to the socio-environmental improving processes and its most relevant type of strategy. Thus, this study evidences that Latin American sociology shows, opposing to the international one, strategies to the solution of environmental problems and out of those strategies, it highlights democracy and participatory processes as possible practices on the minimization of socio-environmental problems.

Aos meus pais, César e Sílvia
À minha avó Sylvia, *in memoriam*

Agradecimentos

À minha professora e orientadora Dra. Leila da Costa Ferreira pela paciência e dedicação nestes últimos cinco anos. À professora Dra. Sônia Barbosa pela orientação em muitas etapas de minha trajetória intelectual. Ao professor Dr. Pedro Jacobi, por aceitar o convite de fazer parte desta banca.

Aos membros da banca de qualificação, onde agradeço especialmente à professora Dra. Lúcia da Costa Ferreira, pelas críticas valiosas.

Ao professor Dr. Héctor Alimonda, por auxiliar-me, via e-mail, na busca de textos e livros da Clacso.

Aos funcionários do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais, pela presteza.

Aos meus pais, César e Sílvia por sempre me incentivarem na busca dos meus sonhos e aos meus irmãos Cesinha e Caio.

As minhas amigas dos bons tempos de graduação Maria Teresa, Maísa, Carla e Fabiana (que agradeço também pela elaboração do abstract desta pesquisa). Todas, cada uma a sua maneira, compartilharam comigo, mesmo à distância, mais esta etapa.

Ao Mauricio, o meu Memau, pela paciência, pelo carinho, pelo bom humor irritante nas piores horas e por acreditar em mim, muitas vezes mais do que eu mesma.

À Capes e Fapesp, pelo apoio financeiro.

Sumário

Lista de Quadros, xiii

Apresentação, 15

1. Introdução, 21

1.1. A relação qualidade de vida e ambiente numa visão global, 22

1.1.1. A modernidade e suas conseqüências, 22

1.1.2. A especificidade dos riscos da modernidade, 25

1.2. O contexto latino-americano: os problemas socioambientais da região, 31

2. O debate ambiental nas ciências sociais: algumas considerações , 37

2.1. As ciências sociais e o ambiente, 38

2.1.1. A ideologia do progresso, 40

2.1.2. A construção do campo sociológico, 44

2.2. A sociologia ambiental: nascimento, institucionalização e produção intelectual, 48

2.2.1. Surgimento e institucionalização, 49

2.2.2. Aspectos metodológicos e objeto de pesquisa, 53

3. O objeto: a produção intelectual sobre qualidade de vida, 57

3.1. A idéia de qualidade de vida e sua relação com a problemática ambiental: surgimento e debate atual, 58

3.2. Produção intelectual sobre qualidade vida na sociologia ambiental internacional, 66

3.2.1. Modernização ecológica e sociedade de risco, 70

4. Produção intelectual sobre qualidade de vida na América Latina: a persistência de algumas idéias, 75

4.1. Justificativa para a escolha da literatura, 76

4.2. As estratégias e o objeto empírico, 80

4.3. A democracia e os processos participativos como resposta, 92

5. Considerações finais, 99

Referências bibliográficas, 103

Apêndices, 109

Lista de Quadros

Quadro 1 - Livro, ano de publicação e total de artigos analisados, 80

Quadro 2 – Livro, período da análise e total de artigos analisados, 82

Quadro 3 – Total de artigos analisados, 82

Quadro 4 - Número de textos nos livros analisados que trabalham estritamente com a temática da qualidade de vida, 83

Quadro 5 - Número de textos nos periódicos analisados que trabalham estritamente com a temática da qualidade de vida, 84

Quadro 6 - Número de textos analisados no período e número de textos que não apontam estratégias, 85

Quadro 7 – Estratégias em relação aos problemas socioambientais apontadas pelos livros analisados, 86

Quadro 8 - Estratégias em relação aos problemas socioambientais apontadas pelo periódico Ambiente & Sociedade, 87

Quadro 9 – Estratégias em relação aos problemas socioambientais apontadas pelo periódico Revista Brasileira de Ciências Sociais, 90

Apresentação

O termo qualidade de vida nunca foi tão utilizado para expressar tantas coisas diferentes como nos dias atuais. Usando este termo, profissionais de diversas áreas como a educação física, saúde, publicitários, intelectuais e políticos, expressam, cada um a sua maneira, o que é qualidade de vida e como buscar esta tão antiga utopia, no sentido que Buarque (1993) dá ao termo.

Não é assim o objetivo desta dissertação definir o que é qualidade de vida. Antes disso, esta dissertação pretende analisar a produção intelectual sobre qualidade de vida na sociologia ambiental (ou nos estudos sobre ambiente e sociedade) no Brasil, estendendo-se para a América Latina, através da análise de alguns casos. Mais especificamente, analisar esta produção buscando quais soluções ou alternativas de futuro são apontadas pela literatura em questão.

Repensando o contexto sócio-histórico da região, pode-se ressaltar que a produção intelectual sempre acompanha esse contexto. No caso da sociologia latino-americana, esse processo não foi diferente. Com o aprofundamento dos problemas ecológicos e sociais da América Latina é que se inicia o processo de institucionalização da sociologia ambiental e é neste contexto que a produção intelectual apropria-se do momento histórico e social para explicar as possíveis causas, assim como apontar as possíveis soluções dos problemas socioambientais.

Em Iniciação Científica de minha autoria (Processo Fapesp 01/02553-0), realizou-se uma análise quantitativa da produção intelectual sobre qualidade de vida para o caso específico do Brasil, utilizando alguns centros de pesquisa e programas de pós-graduação como estudo de caso, assim como alguns periódicos nacionais.

A proposta desta dissertação seria dar continuidade a esta análise, porém de forma qualitativa na sociologia brasileira e, expandindo o objeto de estudo, para a sociologia latino-americana. A princípio, desta forma, o foco de estudo era analisar a produção teórica em qualidade de vida.

Contudo, ao investigar-se mais a fundo esta produção, percebeu-se não ser possível, dentro da área sociologia ambiental analisar conceitualmente esta problemática, pois são poucos os trabalhos que desenvolvem esta temática de forma mais conceitual, ou como problema central de análise¹. Partiu-se então para uma análise onde buscou-se verificar, dentro de uma perspectiva ampla do que é qualidade de vida, as possíveis soluções para os problemas socioambientais ocorridos na região.

Deve-se salientar que a hipótese inicial era a de que a sociologia latino-americana, sob influência da sociologia internacional tenderia a enfatizar o movimento ambientalista, devido também à importância deste para a construção da sociologia ambiental. Contudo, pode-se perceber, através da análise dos dados, que a sociologia latino-americana pouco apontou o movimento ambientalista como propulsor de mudanças socioambientais.

Do ponto de vista metodológico, teve-se como ponto de partida a análise feita por Buttel (2000) para a sociologia internacional. Nesta análise Buttel (2000) verifica que a sociologia pouco trabalhou a temática da qualidade de vida, tendendo a perceber os processos de degradação em detrimento dos processos de melhora e busca de soluções. Quando esta produção enfatiza a melhora dos processos socioambientais, superestima o papel do movimento ambientalista neste processo.

Tendo em mente o estudo de Buttel, a produção intelectual em questão foi analisada tentando responder as seguintes perguntas: a sociologia ambiental latino-americana propôs soluções ou apontou respostas para os problemas socioambientais? Quais são estas respostas?

Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica minuciosa de duas revistas brasileiras e cinco coletâneas que no entender desta pesquisa representam a produção intelectual latino-

¹ Vele lembrar que a temática da qualidade de vida é tratada em outras disciplinas, porém utilizar-se-á somente a sociologia ambiental para o caso desta dissertação.

americana. São as revistas: a Revista Brasileira de Ciências Sociais e Ambiente & Sociedade. As coletâneas analisadas foram: Ecologia e política no Brasil, Ecologia e política mundial, Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável, Incertezas de sustentabilidade na globalização e, por fim, Ecología política. Naturaleza, sociedad y utopia². Uma justificativa para cada uma destas produções encontra-se no capítulo 4 desta dissertação.

Para cada texto analisado tentou-se estabelecer palavras-chave para corresponder as respostas dadas ou as possíveis soluções oferecidas pelos autores para os problemas socioambientais. Essas palavras-chaves foram importantes para sistematizar os dados e estabelecer a maior ou menos incidência de respostas para a melhora ambiental. Os resumos destes textos podem ser verificados nos Apêndices.

Por fim, esta dissertação está dividida em 4 capítulos, subdivididos em alguns subitens.

O primeiro capítulo pretende realizar um pano de fundo para a problemática trabalhada nesta pesquisa, onde tenta-se mostrar que a modernidade, e suas conseqüências, afetam a qualidade de vida da população.

O segundo capítulo tem como objetivo situar o debate sobre sociedade e ambiente no interior das ciências sociais. Num primeiro momento, analisa-se a relação, muitas vezes ambígua e contraditória entre as ciências sociais e as questões ambientais. O objetivo desta primeira parte é demonstrar como a ideologia do progresso e a própria estruturação das diversas disciplinas, com seus métodos, técnicas e campo definidos, fizeram com que houvesse um distanciamento das ciências sociais das questões do meio biofísico.

² Cabe salientar que foi solicitado à ANPOCS a possibilidade de se utilizar os arquivos do então extinto GT Ecologia e Política, mas o responsável salientou que não existe este GT nos arquivos/acervo da ANPOCS. Assim, justifica-se o uso destas coletâneas como representantes do GT da ANPOCS.

Na segunda parte deste capítulo pretende-se analisar as novas direções que a sociologia tem tomado no que diz respeito à questão ambiental desde a década de 70, onde buscou-se enfatizar o surgimento e o processo de institucionalização da disciplina que hoje é denominada sociologia ambiental, com o intuito de situar a produção intelectual enfatizada por esta dissertação num debate mais amplo da institucionalização e produção intelectual em sociologia ambiental.

O terceiro capítulo destina-se a analisar a produção intelectual sobre qualidade de vida no interior da sociologia ambiental. Na primeira parte, analisa-se o surgimento da problemática da qualidade de vida e sua relação com a questão ambiental, a fim de contextualizar o debate e mostrar algumas das direções que a temática da qualidade vem tomando, principalmente com os estudos de Amartya Sen sobre o desenvolvimento e Anthony Giddens sobre as transformações nos espaços íntimos da vida decorrentes da modernidade.

Na segunda parte do capítulo investiga-se a produção em sociologia ambiental num contexto amplo, baseados no texto de Pardo (1998) e Buttel (2000)³, a fim de demonstrar o estado da arte da produção intelectual sobre qualidade de vida em sociologia ambiental a nível internacional, mostrando que a sociologia ambiental internacional pouco teorizou os processos de melhora ambiental. Num terceiro momento, verifica-se as teorias que, segundo Buttel (2000) trazem uma nova luz para a problemática da qualidade de vida, quais sejam, as teorias da modernização reflexiva e da modernização ecológica.

O quarto capítulo tem por objetivo sistematizar os dados recolhidos durante a realização da pesquisa, assim como justificar as escolhas do estudo de caso. Além disso, tem como objetivo

³ É importante ressaltar que estes dois artigos foram os únicos encontrados que trabalham com a temática em questão.

responder as questões propostas pela pesquisa, quais sejam: a sociologia ambiental latino-americana propôs soluções para os problemas socioambientais? Quais são estas propostas?

1. Introdução

1.1. A relação qualidade de vida e ambiente numa visão global

Entender a relação qualidade de vida e ambiente é primordial para compreender como se dá a produção intelectual sobre qualidade de vida em sociologia ambiental. Para a compreensão desta temática de um ponto de vista global, faz-se necessário a análise da modernidade e suas principais conseqüências para a qualidade de vida humana.

1.1.1. A modernidade e suas conseqüências

No senso comum, quando afirma-se que algo é moderno, logo pensa-se em algo que é recente, novo, respaldado de técnicas de nova geração. Da mesma forma, quando reflete-se sobre uma sociedade moderna, logo imagina-se uma sociedade em que o desenvolvimento tecnológico e científico é avançado, onde as áreas urbanas se sobressaem às rurais e onde a vida se manifesta de forma racional. Mas o que é a modernidade? O que diferencia a modernidade de outros momentos históricos?

Para Giddens (1991) a modernidade é um estilo de vida que nasceu no século XVIII, mas que tornou-se, posteriormente, mundial. Instaura-se uma nova forma de organizar a sociedade, que até então não tinha similares no passado, “pois os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilham de todos os tipo tradicionais de ordem social, de uma maneira que não tem precedentes” (GIDDENS, 1991, p.14). A modernidade se desenvolve e se manifesta fortemente na novidade industrial, técnica e científica, como também nas novas transformações

sociais, políticas e culturais, como a racionalização, a urbanização, o desencantamento do mundo, entre outros aspectos (LOWY, 1992).

O processo de racionalização está associado à intelectualização da sociedade, que nada mais é que o resultado da especialização científica e da diferenciação técnica que é característica da sociedade ocidental. Esse processo gerou uma consequência decisiva: o desencantamento do mundo. Este significa que os progressos da ciência e da técnica fizeram com que os homens deixassem de acreditar em poderes mágicos e em ordens estabelecidas pela tradição. O processo de racionalização e desencantamento do mundo, nas palavras de Weber (1999, p.50):

[...] é uma das características fundamentais de uma economia capitalista individualista, racionalizada com base no cálculo rigoroso, dirigida com previsão e atenção para o sucesso econômico que é procurado, em chocante contraste com a precária existência do camponês e com tradicionalismo privilegiado do artesão da guilda e do “capitalismo aventureiro”, orientado na exploração de oportunidades políticas e na especulação irracional.

Além do processo de racionalização, outros pontos são importantes para a compreensão da modernidade e suas diferenças para com os sistemas sociais pré-modernos. Centrando a análise nas descontinuidades históricas, Giddens (1991) compara as instituições sociais modernas com as ordens sociais tradicionais, apontando três aspectos essenciais: ritmo da mudança, escopo da mudança e natureza das instituições modernas.

No que diz respeito ao ritmo da mudança, a sociedade moderna se caracteriza pela extrema rapidez de transformação, que pode ser visível empiricamente com a rápida substituição de tecnologias, por exemplo. O objetivo da mudança não é certo, é difuso e atinge diversas partes do globo, que assimilam a mudança de forma diferenciada. No que tange à natureza interna das instituições modernas, elas se alteram radicalmente, pois algumas formas sociais modernas não podem ser encontradas em outros períodos históricos – como o Estado-Nação, ou a sociedade dependente de fontes de energias – entre outros aspectos. Em suma:

Tanto em sua extensionalidade quanto em sua intencionalidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudança característicos dos períodos precedentes. Sobre o plano extensional, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos intensionais, elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana (GIDDENS, 1991, p.14).

A análise realizada por Giddens acaba levando-nos por outros caminhos. Este autor mostra-nos que a modernidade é, no fundo, uma faca de dois gumes, pois ao mesmo tempo em que proporcionou condições de vida nunca tidas em períodos anteriores, a modernidade também tem um lado sombrio, que se manifesta mais especificamente no século XX. Acreditava-se que o progresso da ciência e da tecnologia tornaria a vida em sociedade mais segura e previsível, mas o desenvolvimento destas tiveram um efeito totalmente oposto (GIDDENS, 2002).

Os teóricos clássicos da sociologia – Marx, Weber e Durkheim – não captaram o lado sombrio da modernidade. Os aspectos da modernidade que ambos não conseguiram captar são dois, que podem ser caracterizados como conseqüências da modernidade: a industrialização de guerra, através do uso do poder político e a degradação da força de trabalho e do meio ambiente em escalas nunca vista em outros momentos históricos (GIDDENS, 1991).

Estes autores creditavam o despotismo como uma particularidade de períodos pré-modernos. Pode-se perceber, no entanto, que o totalitarismo, o stalinismo, o fascismo, fizeram parte da história do século XX. Em outras palavras, a modernidade não excluiu o totalitarismo e sim o agrega dentro dos seus parâmetros e, como bem mostra Giddens (1991), o governo totalitário possui em seu bojo a combinação de poder político, militar e ideológico que qualquer outro estado pré-moderno não poderia conceber. Ou seja, esta combinação só existe na modernidade.

A outra consequência da modernidade, que mais nos interessa para esta pesquisa, é a degradação ambiental e da força de trabalho. Os três clássicos da sociologia conseguiram captar que o trabalho industrial traria resultados nocivos aos seres humanos. Contudo, não conseguiram prever que o pleno desenvolvimento das forças produtivas teria um potencial destrutivo em relação ao ambiente natural (GIDDENS, 1991).

Dentro desta perspectiva, Adorno e Horkheimer (1985), por exemplo, desenvolvem uma crítica à civilização moderna, pois esta transformou a razão em um instrumento que permitiu o domínio da natureza e dos homens, ocasionando a regressão social, ao contrário do que imaginavam os entusiastas da modernidade. Para Adorno e Horkheimer (1985, p.19):

[...] no sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investí-los na posição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal.

Dentro desta perspectiva, a questão dos riscos torna-se essencial para compreender-se as transformações ocorridas na qualidade de vida humana na modernidade.

1.1.2. A especificidade dos riscos da modernidade

Nenhum autor clássico da sociologia poderia prever o quão destrutivo e incerto seria o pleno desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, o desenvolvimento da ciência e da técnica. A ideologia do progresso, os ideais da modernidade ou o discurso do desenvolvimento não trazem mais à luz aquelas certezas prometidas pelo amplo domínio da natureza pelo homem. Sente-se hoje que a natureza se volta contra a sociedade, de uma forma que não se pode prever e muitas vezes combater, dadas às incertezas produzidas pelo impacto do conhecimento sobre tudo

e todos. Estes são os riscos característicos da modernidade. Entender o processo de modernização e desenvolvimento da sociedade, como também suas conseqüências, ajuda-nos a compreender melhor os fatores que levam a uma qualidade de vida não satisfatória.

A paternidade do conceito sociedade de risco é de Ulrich Beck, em seu livro *Risk Society*, de 1986. Este livro lança uma nova perspectiva de análise da sociedade moderna, tendo como pano de fundo empírico o desastre nuclear de Chernobyl que é, na visão de Beck (1993), o marco antropológico da sociedade de risco. Outro nome importante para a análise dos riscos é Anthony Giddens que, juntamente com Beck, trouxe a questão dos riscos para o centro da teoria social contemporânea (GUIVANT, 1998). O que ambos autores tentam responder é: não seriam os riscos inerentes a toda forma de vida social? Qual a peculiaridades dos riscos atuais?

A sociedade pré-moderna enfrentou riscos de toda ordem: de ser afetada por uma tempestade ou tornado; ou o risco de ser atingida por uma má colheita, devido ao ataque de pragas, entre outros tipos de infortúnios. Estes perigos anteriores à industrialização eram golpes do destino, vinculados aos deuses e demônios (BECK, 1993). Na modernidade, este tipo de risco permanece, mas com uma visão mais secularizada. Ou seja, pode-se afirmar que se sentir em risco está presente em todas as sociedades. Porém, o que diferencia os riscos tradicionais dos riscos modernos é o fato destes últimos serem frutos de decisões, ponderações entre vantagens e desvantagens do progresso (BECK, 1993). Os riscos atuais são manufaturados, desenvolvidos pelo próprio conhecimento humano (GIDDENS, 2002b), diferenciando-se dos riscos tradicionais. Enfatiza Giddens (1999, p.112):

Um mundo estruturado principalmente por riscos humanamente criados tem muito pouco lugar para influências divinas, ou de fato para as propiciações mágicas de forças ou espíritos cósmicos. É central para a modernidade que os riscos podem ser em princípio avaliados em termos de conhecimento generalizável sobre perigos potenciais – uma perspectiva na qual as noções de fortuna sobrevivem no mais das vezes como formas marginais de superstição.

Até agora esta pesquisa preocupou-se em mostrar as diferenças existentes entre os riscos das sociedades tradicionais dos riscos contemporâneos, que são fruto da modernidade. Agora, a pesquisa se deterá no conceito de sociedade de risco de Beck (1992; 1993; 1997).

Com a expressão sociedade do risco, Beck (1992) se refere a uma sociedade em que a organização social não se firma somente na administração e distribuição desigual de recursos e sim sobre a distribuição de conseqüências não previstas, quais sejam, os riscos (BECK, 1992).

O que o meio ambiente (e toda a sociedade que circunda) está vivenciando hoje é a experiência de ser uma cobaia de laboratório. Ou pode-se afirmar que, na visão de Beck, a sociedade é um laboratório dos avanços técnicos e científicos. A sociedade de risco é cada vez mais experimental, mas a confiança na ciência e na tecnologia não repousa mais sobre os patamares da credibilidade. Tanto que o monopólio dos técnicos e cientistas no diagnóstico dos perigos é posto em dúvida pela crise de racionalidade que surge nas ciências naturais e físicas.

Esta dúvida que emerge contra a ciência e a técnica fica mais clara quando evidencia-se a incapacidade do conhecimento técnico-científico em calcular os riscos. Com exemplos como os riscos atômicos, químicos, ecológicos, entre outros, pode-se provar que nenhum tipo de seguro tem a possibilidade de calcular os danos que estes possam ocasionar, pois não se tem a certeza precisa de quais danos ou quais as conseqüências que estes acidentes acarretariam à população envolvida. Na medida em que crescem as possibilidades técnicas, cresce também a incalculabilidade de suas conseqüências (BECK, 1992). Dentro deste contexto, as instituições sociais da sociedade industrial vêem-se, desde a segunda metade do século XX, com a possibilidade de autodestruição e destruição de toda a vida do planeta (BECK, 1993).

Neste momento de incerteza, onde os riscos ecológicos e demais podem colocar em risco toda a vida do planeta, as instituições políticas, administrativas e jurídicas entram em colapso. O

progresso põe em dúvida estas instituições e a sociedade é obrigada a negociar sobre os fundamentos em que estas estão fundadas (BECK, 1993). A crise ecológica, por exemplo, não é para Beck (1997) um problema ambiental, mas uma crise institucional profunda da sociedade industrial. Mas, ao mesmo tempo, a sociedade industrial, particularmente o *welfare state* e o sistema previdenciário, são mecanismos que trazem uma certa segurança no que diz respeito à vida humana. Estes mecanismos, controlados pela racionalidade instrumental e manufaturável são, na verdade, contabilizáveis. Diferentemente, na sociedade de risco, a previsibilidade é substituída pelo reino da incerteza, da ambivalência e da alienação (BECK, 1997).

Os riscos na sociedade analisada por Beck são globais, impondo a eliminação das diferenciações de classe, fronteiras geográficas, econômicas e outras. Ou, nas palavras de Beck (1993, p.33) “el poder del peligro suprime todas las zonas de protección y las diferenciaciones sociales en el interior de los Estados y entre ellos”. Há uma nova geografia que não respeita fronteiras – há, na verdade, uma geografia dos resíduos tóxicos (BECK, 1993).

Em Giddens, a problemática dos riscos tornou-se evidente a partir de seu livro *As conseqüências da modernidade*, de 1991. Giddens analisa a importância dos riscos da modernidade, mas mostra uma visão diferenciada de Beck no que diz respeito às conseqüências da modernidade – os riscos da sociedade moderna afetam também os aspectos íntimos da vida cotidiana e das relações sociais (GIDDENS, 1991; 2002 a, 2002b).

A modernidade é uma cultura de risco (GIDDENS 2002a) e o risco é essencial para compreender os múltiplos aspectos da vida social. Mas os riscos, como apontou-se anteriormente, não são maiores na modernidade, eles mudam de caráter: são riscos ocasionados pelo desenvolvimento científico e tecnológico, ou seja, são riscos manufaturados, que não são previsíveis. A especificidade dos riscos atuais é que estes necessitam de um exercício de

estimação constante pelos peritos e leigos (GUIVANT, 1998) e a aferição destes é impossível, pois a modernidade é por definição mutável (GIDDENS, 2002a).

Essa imprevisibilidade dos riscos atuais levou Giddens a analisar a questão dos seguros. O que é um seguro? O seguro é a base de onde os indivíduos estão dispostos a assumir riscos. Os indivíduos assumem devido ao fato de acreditarem na possibilidade de ressarcimento do dano causado, seja ele causado por um acidente de automóvel, um incêndio ou até mesmo um acidente causado pelas forças da natureza, como uma tempestade. O seguro só tem sentido quando pensa-se num futuro arquitetado, planejado, previsível e, os que fornecem o seguro, “seja na forma de seguro privado ou dos sistemas estatais de seguridade, essencialmente estão apenas redistribuindo risco” (GIDDENS, 2002b, p.35). Todo conjunto da sociedade vive, assim, baseada na confiança destes seguros. O capitalismo é, segundo Giddens (2002b) impraticável sem esse compromisso. Desta forma, a própria idéia de risco sempre esteve conectada à idéia de modernidade, mas nos dias atuais esses riscos envolvem-se de uma outra essência.

Giddens (2002b) aponta a diferença entre dois tipos de risco – o risco externo e o risco fabricado. Por risco externo o autor entende o risco vindo de fora, vindos da natureza ou da tradição. Estes são os riscos que para Beck (1993) são característicos de períodos antes da industrialização. Giddens diferencia do risco fabricado, que é o risco criado pelo próprio impacto de nosso conhecimento sobre o mundo. Para explicar essa diferença Giddens (2002b) mostra que os seres humanos, em todas as épocas, se inquietaram com os riscos provenientes do mundo natural. Porém, nos dias atuais, a preocupação com os riscos muda de foco. Afirmo o autor que

[...] a certa altura, porém – muito recentemente em termos históricos -, passamos a nos inquietar menos com o que a natureza pode fazer conosco, e mais com o que nós fizemos com a natureza. Isso assinala a transição do predomínio do risco externo para o risco fabricado (GIDDENS, 2002b, p.36-37).

Os riscos atuais para Giddens, e aqui ele se aproxima de Beck, não possuem qualquer previsibilidade, por isso os seguros contra os riscos da modernidade não podem ser realizados. Como assegurar um indivíduo ou um grupo de pessoas se as conseqüências não são esperadas ou estimadas?

Giddens, ao mesmo tempo em que mostra a amplitude dos riscos atuais, que hoje são globais e intensos, nos remete às percepções de risco da população. Dito de outra forma, Giddens nos mostra como os riscos interferem na vida íntima dos indivíduos, ou seja, no casamento, na família e entre outras esferas da vida. Na modernidade o comportamento se modifica, pois a vida sexual, como a conjugal, tornou-se móveis e instáveis, sendo esse novo campo propício para novas descobertas, mas que apresenta novos perigos (GIDDENS, 2002a). Esses riscos que são percebidos de forma individual são totalmente novos, nunca vistos em outros momentos históricos⁴.

Por outro lado, a modernidade nos coloca a falta de credibilidade nos sistemas peritos, a falta de confiança na ciência e na técnica, devido à própria imprevisibilidade de seus atos, contrariando os ideais iluministas. Essa desconfiança, esse desencantamento, faz com que os indivíduos se apropriem do conhecimento perito, reinterpretando-o e transformando, reflexivamente, os espaços íntimos e sociais (GUIVANT, 1998). Ou seja, em meio à quantidade de informações, as pessoas têm de escolher os meios pelo qual quer viver, adotar um estilo de vida e escrever sua própria biografia. É importante ressaltar que estas transformações profundas na sociedade, como no caso da emergência do risco, afetam de alguma forma a qualidade de vida

⁴Giddens (2002b) analisa cuidadosamente esta questão, quando aponta como exemplo o casamento. Em outros momentos históricos, quando duas pessoas se relacionavam, elas tinham a certeza de estarem seguindo um caminho, que já estava traçado pela tradição e pelos costumes. Atualmente, quando duas pessoas se relacionam, ambas não sabem o que estão fazendo com tanta certeza, dada a mudança ocorrida nas instituições família e casamento. Atualmente as pessoas podem ter um pai e uma mãe, no sentido “tradicional”, mas ao mesmo tempo podem ter outros grupos familiares (madrastas, padrastos, “meio-irmãos”).

das pessoas, seja em suas condições objetivas ou subjetivas. Na sociedade moderna, todos os planos da vida são examinados a partir destas novas informações, revisando argumentos anteriores, que outrora eram válidos. Desta forma, todos são senhores de suas vidas, pois escolhe-se o caminho a seguir, mesmo que não se tenha certeza do percurso.

Analisou-se até agora o que pode-se chamar de pano de fundo para o que será discutido neste item. A modernidade e suas conseqüências são também visíveis na região latino-americana e para contextualizar historicamente a produção intelectual desta região, deve-se destacar os problemas socioambientais provenientes de um estilo de desenvolvimento amparado nos ideais do progresso e da modernidade, e que acarretou problemas sérios no que diz respeito ao ambiente e à sociedade.

1.2. O contexto latino-americano: os problemas socioambientais da região

Em linhas anteriores analisou-se o que pode-se chamar de pano de fundo para o que irá ser discutido neste item. A modernidade e suas conseqüências são também visíveis na região latino-americana e para contextualizar historicamente a produção intelectual desta região, deve-se dedicar tempo para compreender os problemas socioambientais provenientes de um estilo de desenvolvimento amparado nos ideais de progresso e da modernidade, e que acarretou problemas sérios no que diz respeito ao ambiente e à sociedade.

A América Latina, em suas diferentes etapas históricas, tem se caracterizado pela persistência de profundos desequilíbrios entre os diversos setores, áreas e dimensões constitutivas do complexo fenômeno do desenvolvimento. Coexistem pequenas ilhas de modernidade, progresso e riqueza, que podem ser equiparadas ao mundo desenvolvido, com imensidões de

atraso e pobreza que são equiparadas às regiões mais subdesenvolvidas do mundo. Existem, ao mesmo tempo, graves contrastes sócio-demográficos, e de qualidade de vida no interior das grandes concentrações urbanas, assim como também nas zonas rurais. Há diferenças regionais discrepantes dentro dos territórios nacionais e entre os mesmos. Existem territórios onde contingentes populacionais de origem pré-hispânica persistem convivendo com setores altamente globalizados. Ou seja, encontra-se na América Latina uma heterogeneidade de culturas e modos de vida, ora característicos de países altamente desenvolvidos, ora de países onde condições de miséria perduram.

Esses contrastes podem ser percebidos quando se discute a problemática do desenvolvimento. O cerne desta problemática está na dicotomia sociedades adiantadas *versus* sociedades atrasadas. Isto significa que, dentro das teorias de desenvolvimento, todas as sociedades devem passar pelos mesmos estágios e etapas, até chegar no modelo industrial e capitalista. Dentro desta perspectiva, as sociedades atrasadas são aquelas baseadas numa economia agrícola, com campo científico e tecnológico pouco desenvolvido, baixa renda *per capita*, altas taxas de fecundidade e mortalidade. Em contraposição, as sociedades ditas modernas são aquelas que empregam fontes de energia de alto potencial, têm o predomínio da produção industrial e permanente invenção e absorção de inovações tecnológicas; são urbanas, com baixas taxas de fecundidade e de mortalidade e são essencialmente democráticas (HERCULANO, 1992). No contexto destas teorias, os países latino-americanos seriam os países atrasados, que deveriam se modernizar para atingir o patamar dos países europeus e norte-americanos.

Esta ideologia do desenvolvimento impregnou-se com bastante força nos países latino-americanos. E, neste caso, o desenvolvimento econômico e social deu-se de forma intensa principalmente durante o glorioso período de trinta anos (HIRSCHMAN, 1987), que abarcam os anos de 1945 até 1980. Este termo é utilizado para referir-se ao surto de crescimento e

modernização que caracterizou os anos pós-guerra. Os países da região acabaram por seguir uma linha desenvolvimentista, pouco preocupada com as conseqüências a longo prazo.

Hirschman (1987) ressalta que houve mudanças importantes na estrutura social latino-americana. Em primeiro lugar, houve um declínio da população rural, uma intensa migração para os centros urbanos, o que gerou grandes conurbações freqüentemente poluídas, com habitações precárias e sem acesso a serviços básicos, como água, esgotos e transportes. Porém, ao mesmo tempo em que problemas como esses surgiram, graças a eles que a região obteve avanços consideráveis no que diz respeito à saúde e à educação. A taxa média anual de crescimento foi de 2,7%; o produto nacional bruto da região quintuplicou em termos reais no período de 1950 a 1981, tendo o crescimento constante ao longo destes 35 anos, com uma média de 5,5%; a renda *per capita*, cresceu à mesma taxa da população, ou seja, a 2,7%; a renda anual crescia e a expectativa de vida também. Outras evidências que este mesmo autor ressalta e que, para este, são realizações importantes para a América Latina são: a região conseguiu acomodar um grande número de habitantes ao mesmo tempo em que melhorou seus padrões médios de existência e também aumentou a expectativa de vida; a região implementou a transição demográfica, que permite um crescimento populacional mais moderado e, por último, alguma melhora ocorreu no que diz respeito à classe pobre, pois os índices de mortalidade infantil e de analfabetismo caíram significativamente neste período (HIRSCHMAN, 1987).

As análises conjunturais feitas sobre a América Latina mostram uma visão otimista, calcadas em expectativas de curto prazo: a diminuição do fluxo negativo de recursos financeiros da região para com o resto do mundo, um crescimento moderado das economias, a diminuição da inflação e a redução de *déficits* fiscais, entre outros aspectos (GLIGLO, 2001).

Porém, no que diz respeito à situação ambiental dos recursos naturais da região, as análises são dramáticas. Os custos do desenvolvimento para a qualidade ambiental e para a qualidade de vida humana são gigantescos, como pode-se perceber a seguir.

No espaço rural diversos aspectos demonstram a insustentabilidade do estilo de desenvolvimento adotado pela região (GLIGLO, 2001). Dentre estes, destacam-se: erosão do solo, o desflorestamento, a perda da biodiversidade, o esgotamento dos solos.

No que diz respeito à erosão do solo, este é um grave problema numa região onde grande parte dos países baseiam suas economias na agricultura e na agroindústria⁵. No caso do desflorestamento, este tem como principais causas os processos erosivos, a expansão agropecuária, como também pode ser creditado o uso da madeira para gerar energia nos processos industriais como no consumo doméstico campesino. No tocante à perda da biodiversidade, esta vem diminuindo ao longo do tempo, apesar de ser considerada a mais rica do mundo. O esgotamento dos solos, outro fator importante, é causado pela exploração agrícola na região, advinda do período colonial, até os dias atuais, onde pode-se averiguar a inexistência de uma adequada reposição de nutrientes, o que reduz a capacidade produtiva dos solos e causa a sedimentação de rios e cursos de águas (devido aos processos erosivos e de desflorestamento).

No que diz respeito ao espaço urbano, os problemas ambientais dos centros urbanos da região estão diretamente relacionados com a qualidade de vida da população (GLIGLO, 2001). Os principais problemas que podem ser destacados são: o crescimento das áreas pobres e a contaminação hídrica; a contaminação atmosférica, o lixo, a contaminação por resíduos perigosos e catástrofes urbanas.

⁵ Na América do Sul, 155,1 milhões de hectares nos anos 80 estavam sobre processo de erosão e a aceleração deste processo na América Latina e Caribe deve-se, principalmente, à expansão da fronteira agropecuária e ao uso intensivo do solo (GLIGLO, 2001).

O crescimento de áreas pobres e contaminação hídrica, devido à migração intra-urbana e a vinda da população rural para os grandes centros urbanos, gera um crescimento espontâneo de áreas marginais, com pouca infra-estrutura urbana, como saneamento básico e transportes. Esta situação, segundo Gliglo (2001) se expande por toda a América Latina. A contaminação atmosférica, outro fator importante, possui dois aspectos para o seu crescimento, que pode-se citar o incremento do parque automobilístico e o crescimento da atividade industrial. Para Gliglo (2001), a falta de um planejamento urbano tem repercutido numa maior contaminação atmosférica em cidades como São Paulo, Cidade do México e Santiago do Chile.

No que diz respeito ao lixo, o problema fundamental da região está na incapacidade dos organismos municipais em criar um sistema de coleta e armazenamento, ou até mesmo de reutilização. Já a contaminação por resíduos perigosos, somente os países maiores, como Brasil, México e Argentina possuem uma política para resíduos industriais. É interessante notar que a contaminação por esses resíduos cresce na região, em especial na zona rural, devido ao uso de pesticidas, que afetam a saúde dos trabalhadores rurais. Na área urbana, além de resíduos industriais, a população sofre com os resíduos provenientes de hospitais (GLIGLO, 2001).

Por fim, encontra-se na região catástrofes associadas à expansão urbana espontânea, devido principalmente ao alto valor do solo urbano, que faz com que a população se aloque em regiões com alta frequência de catástrofes, tendo como conseqüências deslizamentos de terra em épocas de chuvas e áreas com tendência ao alagamento.

Como pode-se perceber, a necessidade de um desenvolvimento contínuo destruiu os recursos naturais, degradou o meio ambiente e a qualidade de vida da população (LEFF, 1993), tanto nas áreas urbanas como nas rurais. Pode-se ainda ressaltar que a região convive com problemas gerados pelo excesso de desenvolvimento, como pode-se notar em linhas anteriores, como também com problemas decorrentes da falta de desenvolvimento (GUIMARÃES, 1991).

No período dos gloriosos 30 anos e mesmo recentemente, a região sofre com um processo intenso de industrialização e urbanização, com mudanças profundas no padrão agrícola, como a modernização do campo. Vê-se que houve uma importação de um modelo de desenvolvimento pouco ligado às características da região e a urgência na tomada de consciência ambiental se dá pelo fato de se repensar o modelo de desenvolvimento, tendo como ponto fundamental a promoção da qualidade de vida.

Em outras palavras, a problemática ambiental surge num momento em que os efeitos negativos e perversos do desenvolvimento a qualquer custo tornam-se gritantes, tornando-se instrumento crítico na tomada de uma nova forma de encarar o desenvolvimento, calcado na qualidade de vida humana e na promoção de uma maior bem-estar ambiental e social. As propostas de sustentabilidade proclamadas pelo discurso do desenvolvimento sustentável não são suficientes para uma efetiva busca de desenvolvimento sadio, mas é hábil na busca de um repensar o desenvolvimento, com novas propostas para um futuro viável. É dentro deste contexto sociológico e a partir da premissa de um futuro diferente para a região, que esta pesquisa pretende analisar a produção intelectual latino-americana, buscado as possíveis soluções que proclama esta produção teórica.

2. O debate ambiental nas ciências sociais: algumas considerações

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SECÃO CIRCULANTE

2.1. As ciências sociais e o ambiente

A sociologia pós década de 70 passou a investigar as relações entre ambiente e sociedade e, conseqüentemente, passou a questionar a teoria clássica – principalmente Marx, Weber e Durkheim - por não tratarem em seus escritos os problemas de ordem ambiental. Dentre estes que passaram a questionar a sociologia clássica destacaram-se Catton e Dunlap (BUTTEL, 1992; FERREIRA, 2001).

Para Catton e Dunlap (1998) a sociologia clássica possui uma forte carga de antropocentrismo e seus estudos comprovam que houve, na história e constituição da sociologia, um processo crescente de negligência para com os fatores ecológicos. Desta forma, ambos autores pregam uma nova sociologia, fundada sob um novo paradigma, que deveria reestruturar o pensamento social no que diz respeito ao ambiente.

Esse novo paradigma, o *New Environmental Paradigm* (NEP) viria a substituir os pressupostos do *Human Exceptionalism Paradigm* (HEP), paradigma vigente na sociologia clássica e contemporânea.. Assim sendo, os teóricos clássicos, na perspectiva destes autores teriam muito pouco a contribuir para com uma emergente sociologia das questões ambientais. Antes de iniciar-se a discussão central deste capítulo, vale fazer uma pequena digressão sobre esta proposta de mudança paradigmática, que acabou por fundar novos rumos teóricos na produção intelectual em sociologia.

De acordo com Catton e Dunlap (1998), o HEP tem quatro pressupostos. As premissas do HEP podem ser encontradas na crença inabalável no progresso e na infinitude dos recursos naturais. São eles: a) os seres humanos são únicos, devido à sua cultura; b) a cultura pode variar indefinidamente, modificando-se mais rapidamente que os traços biológicos; c) muitas diferenças

são socialmente induzidas. Elas podem ser socialmente induzidas quando inconvenientes; e por fim, d) a cultura permite que o progresso continue sem limites, o que acaba tornando os problemas solucionáveis.

Já o NEP, paradigma proposto por estes autores, possui três pressupostos, que confirmam a dependência da sociedade humana para com o ecossistema. São estes os três pressupostos: a) os seres humanos são apenas uma espécie dentre as outras e todos os seres vivos estão interdependentemente envolvidos; b) algumas ligações de causa e efeito na rede da natureza produzem conseqüências, mesmo que não intencionadas, da ação humana; c) o mundo é finito, o que restringe o crescimento econômico, o progresso social e outros fenômenos sociais.

É importante salientar, como bem mostra Herculano (2000) que, mesmo trazendo para o interior das ciências sociais o debate sobre a relação ecologia e sociedade, Catton e Dunlap (1998) buscavam se manter dentro do legado de Durkheim, qual seja, explicar o social pelo social, sem se deixar cair nos reducionismos psicológicos e físicos e muito menos no determinismo biológico que os autores clássicos tanto lutaram contra.

Levantar-se-á ao longo deste capítulo alguns fatores, dentre outros que esta pesquisa poderia debruçar-se, que levaram a sociologia a afastar-se da problemática ambiental. O primeiro aspecto ou fator diz respeito à própria constituição da ciência sociológica, onde acabou-se seguindo a mesma linha de Catton e Dunlap (1998). A sociologia, desde o seu nascimento, foi fortemente influenciada pela ideologia do progresso. Pode-se identificar essa influência nos clássicos como Marx e Durkheim, como também em teóricos que os influenciaram fortemente. A idéia de progresso, como poderá ser visto adiante, possui em suas premissas a noção de infinitude, de crescimento material ilimitado. Esta ideologia, logicamente, possui seus críticos. Jean-Jaques Rosseau e mais tarde Max Weber são alguns dos exemplos de teóricos que possuíam uma visão mais pessimista do desenvolvimento das potencialidades humanas. Como mostra

Giddens (1991), Marx e Durkheim viam a modernidade como um momento histórico turbulento, mas onde as dificuldades seriam superadas pelas possibilidades benéficas trazidas pela modernidade; somente Weber via o mundo moderno como um mundo paradoxal, onde a criatividade humana seria esmagada pela expansão da burocracia.

O segundo aspecto diz respeito aos aspectos metodológicos da prática sociológica. Neste momento esta pesquisa diferencia-se de Catton e Dunlap (1998), apesar destes se manterem no legado de Durkheim. Émile Durkheim, ao propor as regras do método sociológico, tinha em mente fundar as regras de conduta científicas do sociólogo, definindo um objeto a ser estudado e uma metodologia própria. O próprio fato de delimitar o campo de conhecimento científico, a fim de consolidar a sociologia e discriminá-la das outras disciplinas científicas, fez com que Durkheim, e todos os cientistas sociais, afastassem a sociologia das questões ambientais. Assim, acredita-se que este seja um outro aspecto relevante para este afastamento dos clássicos e da sociologia contemporânea para com a questão ambiental.

2.1.1. A ideologia do progresso

As ciências sociais, em especial a sociologia, foi marcada desde o seu nascimento pela idéia de progresso. Grande parte dos teóricos sociais do século XIX tiveram, de alguma forma, uma forte influência desta ideologia. Tentar-se-á demonstrar neste item como a ideologia do progresso esteve presente em alguns autores relevantes para as ciências sociais, respondendo as seguintes perguntas: o que seria esta ideologia? Quais os seus pressupostos? Qual a sua importância junto à teoria sociológica?

A ideologia do progresso está intimamente relacionada a uma nova forma de perceber e conceber a ciência e a natureza. Na Idade Moderna, devido ao rápido avanço das ciências, a natureza começou a ser entendida como uma somatória de partes, que podia ser explorada de forma crescente. A natureza, neste momento, se dessacralizou e a idéia de um progresso contínuo substituiu as concepções cíclicas de produção (FOLADORI, 2001). Apesar deste sistema de idéias tomar forma no século XVIII, ele atingiu o senso comum após o desencadeamento da Revolução Industrial (LOBÃO, 1998). Esta nova relação com a natureza e o desencadeamento da noção de progresso foi fundamental para o entendimento da relação natureza e sociedade, sendo que esta conflituosa relação viria tomar corpo teórico na década de 70 do século XX, através dos escritos dos chamados ecologistas radicais, como Jean-Pierre Dupuy, Ivan Illich, entre outros.

A idéia de progresso deve ser compreendida, ainda, como fruto das virtudes morais e espirituais dos seres humanos em direção à felicidade. Está também intimamente ligada à capacidade do homem em resolver seus problemas materiais que são colocados pela natureza. Dito de uma outra forma, progredir significa avançar no caminho científico e artístico para a solução dos problemas postos para o homem (LOBÃO, 1998).

Herman (1999) demonstra que o progresso pode e deve ser entendido como um avanço de ordem econômica, onde o homem conquista sua vida de forma cada vez mais produtiva e satisfatória, ultrapassando vários limites e etapas – da busca de alimentos, do pastoreio, da agricultura, do comércio, até chegar à etapa industrial. Este paradigma de que o homem corre rumo a um futuro de felicidade e comodidade material esteve presente em boa parte dos escritos clássicos da sociologia – entre estes destacam-se, dentre muitos outros, Marx, Comte, Condorcet, Turgot, Spencer. Todos estes autores tinham de forma clara em suas obras uma visão progressiva do desenvolvimento da sociedade. Ou, dito de uma outra forma, estes teóricos entendiam o

processo histórico como uma ascensão lenta, objetiva e gradual ao fim almejado, qual seja, de comodidade material e felicidade (NISBET, 1985).

Cabe ressaltar que, conseqüentemente, os teóricos sociais do começo do século XX, em sua grande parte, partilhavam desta crença no progresso. A fim de ilustrar o quão importante a ideologia do progresso foi para a formação da tradição do pensamento das ciências sociais, optou-se por mostrar, embora de forma sucinta, o quanto esta idéia influenciou o pensamento de alguns autores emblemáticos, para uma melhor compreensão e análise da questão.

Destes autores influenciados por esta ideologia, Condorcet (1993), por exemplo, desenvolveu em suas obras uma lei do progresso. Este pensador elaborou as etapas da história pela qual a sociedade deveria passar, do mundo selvagem até um futuro de felicidade, que deveria ser dominado pela razão científica. Na visão de Condorcet (1993) o homem é um ser perfectível e o decorrer da história mostra o seu aperfeiçoamento. As obras deste autor influenciaram de forma grandiosa as ciências sociais, em especial a sociologia (NISBET, 1985).

Em Comte (1990), considerado um autor de grande importância nas ciências sociais e na sociologia em especial, a ideologia do progresso podia ser vislumbrada quando este divide a ciência sociológica em duas amplas áreas de conhecimento: a estatística e a dinâmica. Na primeira área o objeto sociológico é a ordem, a estabilidade e o progresso social. A segunda área, a dinâmica, consiste no estudo do progresso propriamente dito, suas leis, estágios, causas e manifestações. Para este, a concepção de progresso como lei científica pertence somente à sociologia (NISBET, 1985).

Em Karl Marx pode-se perceber a presença desta ideologia quando atenta-se ao entendimento que possui da história, principalmente através da leitura de algumas obras fundamentais, como Manifesto comunista ou A ideologia alemã. Na primeira obra, Marx (1998) nos mostra a evolução da história humana, que se inicia no contexto selvagem e rumo até chegar

na etapa capitalista. Em A ideologia alemã, Marx e Engels (1993, p.47) apontam um futuro melhor para a sociedade, caracterizada pelo comunismo,

[...] onde cada um não tem uma esfera de atividade exclusiva, mas pode aperfeiçoar-se no ramo que lhe apraz, a sociedade regula a produção geral, dando-me assim a possibilidade de hoje fazer tal coisa, amanhã outra, caçar pela manhã, pescar à tarde, criar animais ao anoitecer, criticar após o jantar, segundo meu desejo, sem jamais tornar-me caçador, pescador, pastor ou crítico.

Como pode-se perceber com a breve leitura destes teóricos clássicos, apesar destes terem grandes divergências de cunho teórico e metodológico, tinham como cerne de suas teorias o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas. Dito de uma outra forma, todos eles enxergavam a sociedade futura um mundo de conforto material e de perfeição. Sobre este grupo de autores, afirma Herman (1999, p.39):

Os grandes profetas do século XIX anunciavam que o que devíamos ser – seres sociais restritos pelo tempo – e o que queríamos ser – livres e felizes – um dia seria a mesma coisa. Rejeitavam a anarquia política da revolução romântica e a “anarquia espiritual” de uma sociedade de mercado egoísta. Anunciavam um futuro diferente, futuro esse também predestinado historicamente. Esse era o Progresso com pê maiúsculo, ornamentado com uma realidade metafísica muito própria.

Estes elementos seriam o primeiro aspecto relevante para o entendimento do distanciamento das ciências sociais em relação às questões ambientais. Cabe ainda discorrer sobre o segundo aspecto fundamental para uma melhor contextualização deste distanciamento: a construção da disciplina sociologia no rigoroso campo científico.

2.1.2. A construção do campo sociológico

As ciências sociais, em especial a sociologia, tiveram para seu fortalecimento enquanto ciência que estabelecer seu objeto de estudo e qual a sua metodologia para a prática sociológica. Como mostra Ortiz (2002), Durkheim tinha como objeto estabelecer as diretrizes metodológicas da sociologia. Por isso, a análise deste segundo aspecto segue os pressupostos teóricos de Durkheim, com o intuito de mostrar o quão relevante foi a estruturação de um método para o distanciamento das questões do mundo natural na sociologia.

Émile Durkheim, em *As regras do método sociológico* (1978), se propõe a estabelecer um novo campo científico, a sociologia, com o intuito de discriminá-la e defini-la diante das demais ciências consolidadas e competidoras, onde pode-se ressaltar como exemplos a psicologia e a biologia. Para tanto, como foi afirmado anteriormente, foi necessário estabelecer o objeto e a metodologia específica desta ciência. Assim, o objeto de estudo da sociologia é, para Durkheim, os fatos sociais. Como observar os fatos sociais? Como coisas, como se o cientista social estivesse observando uma célula ao microscópio.

Mas, ao tratá-los como coisas, Durkheim considera os fatos como coisas sociais. A terceira característica do método durkheimiano é justamente ser exclusivamente sociológico. Ainda, para este autor, o fato social só pode ser explicado por outro fato social (DURKHEIM, 1978). Pode-se perceber, da mesma forma que, no conjunto da obra deste autor, há uma certa tensão, que se configura numa aproximação e num distanciamento da sociologia para com as ciências naturais e físicas.

Como bem mostra Durkheim (1978, p.100):

[...] os fenômenos sociais são objetos e devem ser tratados como tais. Para demonstrar esta proposição não é necessário filosofar sobre a natureza nem

discutir as analogias que apresentam com os fenômenos dos reinos inferiores. Basta constatar que eles são o único datum oferecido ao sociólogo. É objeto, com efeito, tudo o que é dado, tudo o que se oferece, ou antes, se impõe à observação.

Durkheim se distancia das ciências naturais e físicas quando mostra que só o social é objeto de estudo da sociologia. Como salienta Ortiz (2002), este autor pensa a sociedade como *sui generis*, criando uma ruptura entre natureza e a cultura. Durkheim (1978) mostra que um fato social só pode ser explicado por outro fato social e que a sociologia não é somente um anexo de outras ciências, sendo ela mesma uma ciência distinta e autônoma. Este movimento de especialização significa a conquista de uma autonomia epistemológica, que implica a formação de públicos específicos e que acaba por resultar num padrão de legitimidade necessário à ordem de cada disciplina científica (ORTIZ, 2002). Autores como Buttel (1992) apontam que uma das falhas de Durkheim, no que tange ao problema ambiental é exatamente o fato deste haver delimitado o campo de estudo do cientista social somente aos fatos sociais. Contudo, cabe indicar que, num contexto mais amplo, a história intelectual do século XIX foi marcada por um intenso processo de disciplinarização e profissionalização, tendo como resultado uma fragmentação do conhecimento, de onde a sociologia não conseguiu escapar (COMISSÃO GULBENKIAN, 1996).

Ao mesmo tempo em que se distancia, para a própria autonomia científica da sociologia, Durkheim se aproxima de algumas ciências já consolidadas, como no caso a biologia, que lhe serve de modelo científico. Esta aproximação se dá quando Durkheim afirma a postura que deve ser adotada pelos sociólogos: tratar os fatos sociais como coisas. A postura metodológica neste caso é inspirada nas ciências naturais tanto que, para este teórico, os cientistas sociais deveriam adotar uma postura semelhante a dos físicos e fisiologistas quando fossem analisar um fato social.

O mesmo biologismo dá-se com o vocabulário utilizado por Durkheim, principalmente em sua obra *Da divisão do trabalho social* (1999). Os conceitos criados por Durkheim são

2.2. A sociologia ambiental: nascimento, institucionalização e produção intelectual

Nas últimas décadas, pode-se perceber uma intensa proliferação e evolução dos estudos científicos sobre a relação sociedade e ambiente (FERREIRA, 2001). As ciências sociais e no interior dela a sociologia acompanham esta evolução mesmo tendo um passado teórico marcado, como ressaltou-se anteriormente, pela fé no progresso, na racionalidade humana e no afastamento dos problemas ambientais do campo de estudo sociológico.

A institucionalização das ciências sociais foi amplamente marcada, assim como nas demais disciplinas acadêmicas, por um processo de disciplinarização e de formação de estruturas rígidas de produção do conhecimento. Após este processo de estruturação e especialização, as ciências sociais do pós-guerra alargaram suas preocupações, redefinindo o objeto de estudo (COMISSÃO GULBENKIAN, 1996; FERREIRA, 2001). Foi neste contexto de novos debates, de emergência de novos problemas e de uma crise ambiental que desenvolve-se uma crise do conhecimento (LEFF, 2000). Sem adentrar num debate mais profundo sobre a crise do conhecimento da qual fala Leff (2000), este autor resalta que a questão ambiental emergente no final da década de 60 e começo da década de 70 é o sintoma de uma crise do saber, esta que se manifesta devido ao fracionamento do conhecimento e pela degradação do ambiente, ambos marcados pelo logocentrismo da ciência moderna e pela economização do mundo. Pode-se afirmar que é neste contexto que surge o que hoje denomina-se sociologia ambiental.

2.2.1. Surgimento e institucionalização

Hannigan (1995) afirma que a década de 70 representa os anos do ambientalismo e, a partir disso, os sociólogos começam a se interessar pela relação sociedade e natureza. A sociologia ambiental nasceu, segundo Ferreira (2001) a reboque dos movimentos de contestação social surgidos na década de 60 e da preocupação com a situação dos recursos naturais e do desenvolvimento industrial pouco ético e altamente degradante⁶. Neste momento, os sociólogos tinham pouco instrumental teórico para compreender as mudanças empreendidas na década de 60, como pode-se averiguar na falta de referencial teórico para a compreensão dos novos movimentos sociais. Antes de fechar os olhos para a problemática ambiental emergente, alguns sociólogos começaram a voltar suas áreas de atuação à problemática ambiental, percebendo sua relevância e abrangência (FERREIRA, 2001). Ou, como bem mostra Ferreira (2001, p.43):

[...] tornou-se evidente que a questão ambiental não era apenas mais um modismo passageiro e a sociologia ambiental assumiu desde então uma posição significativa para estudar as divergências e conflitos sobre a natureza e as causas e a extensão dos problemas ambientais.

No que diz respeito à constituição teórica, a sociologia ambiental foi formada através da junção de diversas áreas e subdisciplinas consolidadas. Herculano (2000) ressaltava algumas destas disciplinas: a ecologia humana, a sociologia rural, a sociologia dos recursos naturais, a psicologia social, a antropologia cultural, a sociologia dos movimentos sociais, a sociologia do desenvolvimento e a sociologia urbana.

Esta nova sociologia, como todas as ciências jovens, se caracterizava pelas suas grandes aspirações e programas e pelas suas pesquisas empíricas triviais, uma vez que reivindicava uma

⁶ Vale ressaltar que muito do que se produziu em sociologia ambiental em sua fase de origem foi resultado de trabalhos de militantes compromissados com a causa ambiental, embora esta não seja uma característica somente da

mudança paradigmática ao mesmo tempo que utilizava análises, temas e teorias tradicionais (STRASSOLDO apud GIULIANI, 1998). O elemento unificador da sociologia não é, na visão deste autor, a adesão a um paradigma teórico, mas sim a adesão aos valores de uma nova cultura, a ambientalista e o desejo de contribuir para a solução dos problemas ecológicos. Esta seria, assim, a marca do nascimento da sociologia ambiental.

O extenso percurso de consolidação e superação dos obstáculos institucionais desta disciplina não foi homogêneo. Nos Estados Unidos, país de origem da sociologia ambiental, a produção na década de 60 era pouco sistemática e tinha um caráter bastante radical, certamente influenciada pelo clima cultural dos anos 60 (FERREIRA, 2001). Resultado deste momento são as obras de Ivan Illich, Jean Pierre Dupuy, entre outros autores que alertavam para a insustentabilidade do processo de produção e alienação capitalista. Neste mesmo período, a questão ambiental ganhou novos contornos teóricos, pois a produção intelectual começou a se preocupar com a contaminação ambiental provocada pela produção industrial e agrícola. Este momento pode ser representado por Rachel Carson e seu livro publicado em 1962, *Primavera silenciosa* (FERREIRA, 2001).

Pode-se destacar dois livros que Buttel (apud HERCULANO, 2000) destaca como fundantes da sociologia ambiental. São eles: *Energy and society*, de 1955, escrito por Cottrell, que versava sobre o papel das fontes de energia na estrutura social e *Mind and land*, de 1960, escrito por Firey, que enfocava a inter-relação entre cultura, estrutura social e política, juntamente com as práticas de conservação. Contudo, apesar deste florescimento da questão ambiental na opinião pública e na produção intelectual nos anos 60, é na década de 70 que a magnitude dos

sociologia ambiental. Podemos perceber estas mesmas características em “sociologias” como a de gênero e trabalho, como demonstra Herculano (2000) ou, como mostra Hannigan (1995), dos estudos sobre sociologia rural.

problemas ambientais e as conseqüências da certificação destes problemas para a sociedade irão afetar, de forma mais profunda, a produção teórica em ciências sociais (FERREIRA, 2001).

Em 1973 acirra-se a crise energética, devido a alta dos preços do petróleo. Essa crise coincidiu com a publicação do relatório *Limites do crescimento*, pelo Clube de Roma (1972). Esse relatório alertava para a possibilidade do esgotamento dos recursos naturais e de uma catástrofe planetária, caso as autoridades mantivessem o ritmo do crescimento econômico (FERREIRA, 2001). Como conseqüência desta publicação, a produção intelectual responde com a possibilidade de um novo Leviatã para conter a utilização desenfreada dos recursos naturais e a degradação ambiental, como pode-se averiguar em Ophuls (1973). Nesse mesmo período foram publicadas inúmeras pesquisas sobre o movimento ambientalista, sobre os impactos da produção e do consumo de energia, análises de políticas ambientais, de alternativas tecnológicas de crescimento e debates sobre a questão populacional, bastante polêmica neste momento (FERREIRA, 2001).

Paralelo a esse movimento cresce a sessão de sociologia ambiental na *American Sociological Association*. Do ano de 1976 a 1979, esta associação teve um salto significativo no número de membros, pulando de 290 para 321 (DUNLAP, 1997; FERREIRA, 2001; HERCULANO, 2000). Nesta mesma década, as três associações nacionais de sociologia nos Estados Unidos, a *Rural Sociological Association*, a *Society for the Study of Social Problems* e *American Sociological Association* iniciaram grupos dedicados aos estudos socioambientais e, em adição, numerosos cursos de sociologia passaram a integrar em seus programas os aspectos ambientais, oferecendo aos estudantes a oportunidade de se especializar neste novo campo do conhecimento (DUNLAP, 1997).

Apesar da promessa da institucionalização deste novo campo da sociologia, na década de 80 a situação se agravava, devido principalmente ao clima político do momento deflagrado pela

era Reagan (DUNLAP, 1997; FERREIRA, 2001). A noção de limites a serem respeitados não foi bem assimilada pela cultura norte-americana, crente inabalável na idéia de progresso, crescimento e prosperidade, havendo como conseqüência um decréscimo no número de interessados em estudar as relações entre sociedade e ambiente nas principais associações de sociologia dos Estados Unidos (DUNLAP, 1997; FERREIRA, 2001). Aqui reflete-se a importância do momento social e histórico para a análise, seja ela quantitativa ou qualitativa, da produção científica em ciências sociais.

A grande retomada destes estudos ocorre quando torna-se evidente a insustentabilidade do processo de desenvolvimento global: os grandes acidentes nucleares e tóxicos tomam conta da opinião pública global, como os casos de *Three-Mile Island* (1979), *Love Canal*, Bhopal (1984) e Chernobyl (1986). Nos Estados Unidos, os três maiores jornais – *Time*, *Newsweek* e *U.S News and World Report* tomaram a atenção da série crise ambiental através de notícias relacionadas com a contaminação do Atlântico, chuva ácida, camada de ozônio, destruição florestal e risco global (DUNLAP, 1997). Diante deste quadro de degradação socioambiental, acirra-se o debate público e científico sobre os riscos da sociedade moderna e emerge com força renovada os debates sobre a questão da cidadania e da qualidade de vida (FERREIRA, 2001), questões centrais para a compreensão dos problemas ambientais e sociais.

A década de 80, por fim, pode ser considerada como o momento de consolidação da sociologia ambiental. Inúmeros dados comprovam esta afirmação. Houve, por exemplo, um número crescente de membros da seção de sociologia ambiental da *American Sociological Association*, a formação de um grupo de trabalho sobre ambiente e sociedade em 1990 na *International Sociological Association* e um crescente interesse dos alunos em pesquisar as relações entre sociedade e ambiente (FERREIRA, 2001).

Ao mesmo tempo em que a sociologia ambiental adquire força no interior da sociologia mais tradicional nos Estados Unidos, Dunlap (1997) aponta que na década de 90 houve uma propagação da sociologia ambiental internacionalmente, sendo este movimento reflexo das condições ambientais que atingem as nações de forma global.

Na Europa, estimulados pela emergência dos verdes como força política, muitos trabalhos sobre ambientalismo foram escritos. Na Holanda levantaram-se questões relacionadas ao riscos ambientais e agricultura e na Inglaterra os sociólogos tentaram resgatar a relação sociedade e natureza através dos clássicos, principalmente através da perspectiva de classe social e industrialismo (HANNIGAN, 1995).

2.2.2. Aspectos metodológicos e objeto de pesquisa

A sociologia ambiental, como mostra Herculano (2000), pode ser classificada ou dividida em quatro grandes grupos ou enfoques, originalmente elaborados por Buttel. São eles:

1. Um enfoque materialista durkheimiano, ou seja, realista, expresso pelos trabalhos de Catton e Dunlap;
2. Um enfoque materialista marxista, exemplificado principalmente pelos trabalhos de Schnaiberg e O'Connor;
3. Um enfoque pós-materialista, exemplificado por autores como Inglehart;
4. E, por fim, um enfoque construtivista ou construcionista, representado por Hannigan, Bullard & Wright e Yearley.
5. Pode-se ainda enfatizar a questão da modernização reflexiva, que se divide em modernização ecológica (Mol e Spaargaren) e risco (Beck).

Apesar destes quatro enfoques serem importantes para a compreensão dos aspectos teóricos e metodológicos da sociologia ambiental, Buttel (1992) aponta que os dois primeiros enfoques influenciaram de forma profunda a cultura sociológica norte-americana.

Quanto ao objeto de estudo da sociologia ambiental, esta vem dedicando-se a defini-lo, para obter certamente seu *status* de subdisciplina específica e consolidada. Herculano (2000) resalta alguns destes objetos de estudo: a) atitudes e valores; b) movimentos ecológicos; c) riscos tecnológicos; d) política ambiental; e por fim e) desenvolvimento.

No caso de atitudes e valores, estes são analisados sempre em função de classes sociais, idade, gênero, entre outras variáveis. Pratica-se dentro deste grande tema estudos sobre fatores sociais correlacionados à comportamentos ambientais desejados e utiliza-se estudos de psicologia social para examinar a consistência das atividades sociais e pessoais em prol do ambiente (HERCULANO, 2000).

No que diz respeito aos movimentos ecológicos, estuda-se na sociologia ambiental a base social e a composição dos grupos ecológicos, o papel político das organizações ambientalistas, assim como os fatores, a dinâmica e as formas de mobilização social praticadas por estes movimentos (HERCULANO, 2000).

O tema de pesquisa referente aos riscos tecnológicos abrange, como bem mostra Herculano (2000), o estudo da dinâmica de protestos públicos, os valores e percepções dos riscos ambientais e tecnológicos, as controvérsias técnicas sobre a abrangência e real perigo, a construção de argumentações, falhas em sistemas técnicos altamente complexos e, por fim, a distribuição social dos riscos.

No caso dos estudos sobre política ambiental, ocorre que predominantemente esta tenha uma perspectiva de conservação do verde, em detrimento de um olhar integrado das diferentes políticas (HERCULANO, 2000), o que não ocorre nos estudos de Ferreira (1997; 2000). Dentro

desta área de estudo, integra-se a economia política ambiental, os processos de criação de leis e novas institucionalidades e os estudos sobre impactos socioambientais de grandes obras (HERCULANO, 2000).

Para os estudos sobre a temática do desenvolvimento no interior da sociologia ambiental, Herculano (2000) aponta as críticas ao modelo de desenvolvimento vigente, as propostas e práticas alternativas, a gestão empresarial ambiental e os estudos de casos e experiências ocorridas em âmbito local.

Depois de focar estes campos de estudo, a sociologia ambiental passou a focar suas pesquisas para a temática da justiça/injustiça e racismo ambiental, isto é, para a relação entre a localização sócio-espacial, a estratificação social e a localização dos resíduos e atividades perigosas das empresas poluidoras (HERCULANO, 2000). A partir dos anos 90 a sociologia ambiental retoma os estudos da sociologia do conhecimento, principalmente no que diz respeito aos riscos tecnológicos produzidos pela ciência, esta que passa a ser amplamente questionada (HERCULANO, 2000).

Há uma nova proposta da sociologia ambiental norte-americana, que estaria no interior do campo de uma nova ecologia humana. Esta nova ecologia desenvolve-se através do modelo POET, isto é, o estudo da inter-relação de quatro variáveis chave para o entendimento da questão ambiental: população, organização, ambiente (*environment*) e tecnologia (HERCULANO, 2000). Os temas estudados por esta nova ecologia humana, como bem mostra Herculano (2000) seria a relação entre poluição e redistribuição populacional nas cidades; capacidade de suporte ambiental; as formas de adaptação funcionais e disfuncionais do homem no ambiente.

Por fim, este capítulo teve o intuito de apontar algumas considerações sobre a relação entre ambiente e sociedade em sociologia, a fim de demonstrar os obstáculos institucionais e teóricos da emergência desta nova subdisciplina no campo das ciências sociais – a sociologia

ambiental e sua produção intelectual. Nota-se também que a temática da qualidade de vida pouco é citada ou trabalhada, estando sempre impregnada dentro de outros debates na sociologia ambiental.

3. O objeto: a produção intelectual sobre qualidade de vida

3.1. A idéia de qualidade de vida e sua relação com a problemática ambiental: surgimento e debate atual

O termo qualidade de vida pode abranger muitos significados, dependendo das experiências e valores dos indivíduos e coletividades. Estes significados, obviamente, são mutáveis e dependem do momento histórico e as condições sociais a qual os indivíduos pertencem, como podem abranger significados objetivos, palpáveis, como significados subjetivos e não quantificáveis.

Buarque (1993) aponta que o primeiro gesto do ser humano seria a melhoria da qualidade de vida dele e dos outros seres humanos de sua tribo. Por muitos séculos, a qualidade de vida estava em não ser ameaçado pelas forças naturais, assim como pelos deuses – ou seja, a rotina significava qualidade de vida. Contudo, como demonstra este autor, a partir do final do século XVIII e início do século XIX, a qualidade de vida passou a ser entendida como equivalente a viver no meio urbano e controlar melhor as forças da natureza. No século XX, o conceito de qualidade se transformou em consumo (BUARQUE, 1993). Portanto, diante destes dados, é impossível defender um único conceito sobre esta temática, apesar deste ser antigo e se constituir como uma busca utópica da humanidade (BUARQUE, 1993).

Apesar desta dificuldade conceitual, o tema é bastante discutido na Academia, principalmente nas áreas relacionadas a saúde. Também bastante debatido em reportagens televisivas e jornalísticas, presente no marketing das empresas e nos livros de auto-ajuda, tão aclamados e vendidos nos últimos anos.

Apesar de ser um tema corrente, as ciências sociais pouco teorizaram sobre o tema. Num levantamento bibliográfico no sistema de biblioteca das universidades paulistas, só para dar um

exemplo, pode-se perceber que esta temática pouco tem força nas ciências sociais e que boa parte dos trabalhos que concentram esta temática provém das áreas de saúde, mais especificamente medicina, gerontologia e, fugindo a esta regra, educação física, o que remete esta pesquisa no caminho de Herculano, Porto e Freitas (2000), que afirmam que esta discussão no interior das ciências sociais é pouco trabalhada, extremamente recente e marcada por tensas discussões.

Herculano, Porto e Freitas (2000) apontam que a temática é, por um lado, mal vista devido a sua vertente empresarial e neoliberal, que naturaliza a exclusão social e torna o ter qualidade de vida uma mercadoria de poucos. Ao mesmo tempo, esta temática ganha adeptos e torna-se um campo privilegiado para a crítica ao neoliberalismo e para a luta em prol da cidadania. Pode-se perceber a complexidade desta problemática ao notar que não é somente importante entender a literatura sobre qualidade de vida, mas compreender a escolha deste objeto de pesquisa como tema relevante ou não para as ciências sociais.

A relação entre a temática da qualidade de vida e ambiente, que é o foco deste estudo, é recente, sendo datada historicamente em 1989 (BARBOSA, 1996), momento em que os problemas ambientais, tão alarmados nas décadas de 60 e 70, se agudizaram.

As décadas de 60 e 70 podem ser consideradas marcos na emergência da consciência ambiental. Livros como *Primavera silenciosa* (1962) de Rachel Carson, que tem como mote a denúncia ao uso de produtos químicos que causam a morte de seres vivos e ecossistemas, *The closing cycle* (1971), de Barry Commoner, que analisa os efeitos da industrialização e das tecnologias para com o meio natural e *Population, resources environment* (1972), de Ehrlich e Ehrlich, que argumenta que o crescimento da população é o desencadeador da crise ambiental (FOLADORI, 2001; FERREIRA, 1998, 2001), provocaram intensos debates no âmbito da sociedade e da Academia.

Em 1972 foi publicado o primeiro informe do Clube de Roma, intitulado *Os limites do crescimento*. Este relatório aborda o problema da acelerada utilização dos recursos naturais e o crescimento populacional, em conjunto com uma indústria altamente destruidora. O objetivo deste livro era mostrar que, caso mantivesse-se os índices de crescimento econômico e populacional, a sociedade entraria em breve num colapso. A saída, desta forma, seria o crescimento zero.

Ainda neste mesmo ano, o desastre ecológico da Baía de Minamata, no Japão, fez com que a Suécia solicitasse a ONU uma resolução a favor de uma conferência internacional sobre meio ambiente, que culminou na Conferência de Estocolmo (HERCULANO, 1992), onde se discutiu problemas como explosão demográfica, industrialização e crescimento urbano e resultou na declaração de que seria necessário os países desenvolvidos elaborarem tecnologias limpas e transferirem recursos financeiros e técnicos para os países de Terceiro Mundo e, desta forma, seriam solucionados os problemas (FOLADORI, 2001).

O Brasil se posicionou contra a Conferência. Esta posição não deve espantar, pois na época o Brasil vivia o auge do milagre econômico e, conseqüentemente, manifestou-se contra as propostas de crescimento zero e da transformação dos recursos naturais em bens comuns da humanidade, declarando que o compromisso do país era com o crescimento acelerado (FERREIRA, 1998; GUIMARÃES, 1991; HERCULANO, 1992). Organismos regionais, assim, retomam a discussão sobre meio ambiente. No caso latino-americano, a Comissão Bariloche propunha modelos alternativos de desenvolvimento e renunciava a idéia de crescimento ilimitado, colocando que o fim último do desenvolvimento seria a promoção da qualidade de vida (FOLADORI, 2001).

Em 1986 cria-se o programa *Global Change*, sob a direção da 1ª ministra Gro Brundtland, que culminou no informe *Our common future*, ou Relatório Brundtland. Neste relatório se

divulga o termo desenvolvimento sustentável, que seria o desenvolvimento que responde às necessidades do presente, mas sem comprometer as gerações futuras. As propostas feitas por este relatório são: a) uso de tecnologias limpas; b) controle populacional dos países pobres; e c) ajuda financeira dos países ricos aos pobres (FERREIRA, 1998; FOLADORI, 2001).

Em 1992 ocorre, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), mais conhecida por Conferência da Terra. Nesta conferência, discutiu-se respostas e medidas que tinham a finalidade de deter os processos de degradação ambiental, promovendo o chamado desenvolvimento sustentável (FOLADORI, 2001). Neste encontro definiu-se o desenvolvimento sustentável como um processo de melhora da qualidade de vida humana sem rebaixar a capacidade de carga dos ecossistemas que sustentam esta qualidade de vida (GUDYNAS, 2002). Interessante notar, tal como faz Gudynas (2002) que esta conferência teve a capacidade de agregar os mais diversos atores sociais, desde organizações de cidadãos e grupos ambientalistas, até mesmo empresários preocupados com a causa ambiental.

Posterior a esta emergência dos problemas ambientais e sua inevitável ligação com a qualidade de vida da população, muitas foram as publicações, ao nível internacional, que colocaram a temática como centro, como foi o caso do *Worldwatch Institute*, que alertava sobre o processo de degradação ambiental global, a partir de diversos matizes, sempre em relação ao processo de desenvolvimento e modernidade. Assim, acompanhando a tendência desta temática em relacionar-se com a questão do desenvolvimento, deve-se ressaltar a importância de autores como Sen (2000) e Croker (1993) para um melhor entendimento da questão.

Sen (2000) enfatiza o aspecto valorativo do desenvolvimento e argumenta que este conceito deve ser redefinido na medida em que se percebe que espécie de mudanças este desenvolvimento está promovendo. Para Sen (2000) o conceito de desenvolvimento é impregnado de valor, pois produz critérios para avaliar o que conta como uma boa mudança

social, ou seja, o que permite a realização de uma vida melhor para os seres humanos. Está propondo, na verdade, é uma crítica a indicadores como PIB e renda *per capita*, pois estes indicadores não são bons meios para algo diverso. Esse algo diverso diz respeito ao bem-estar, à qualidade de vida e ao padrão de vida humana (CROKER, 1993).

Na visão de Sen (2000), o desenvolvimento é muito mais que simples crescimento econômico e não pode ser avaliado somente através do crescimento do produto nacional bruto (PNB), através do aumento das rendas pessoais, industrialização ou avanço técnico e sim através da expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O que Sen (2000) está propondo é o alocamento destes indicadores como meios de expandir a qualidade de vida humana, ou seja,

ver o desenvolvimento como expansão das liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que o tornam importante, em vez de restringi-la a alguns dos meios que, *inter alia*, desempenham um papel relevante no processo (SEN, 2000, p.18).

Desta forma, de que as pessoas precisam para haver um real desenvolvimento? O fim das privações como tirania, pobreza, carência de oportunidades econômicas, que geram a falta de liberdade. Para Sen (2000), apesar da grande opulência global, o mundo nega estas liberdades para grande parte de seus habitantes. O que é interessante na visão de Sen (2000) é que estas liberdades são constitutivas do desenvolvimento, ou seja, estas liberdades devem fazer parte do processo de desenvolvimento.

O processo de desenvolvimento carece de uma visão integrada da sociedade, da economia e da política, tendo como agentes instrumentadores deste processo os mercados (que possui um papel importante para o crescimento econômico), os governos e autoridades, os partidos políticos, a mídia e o sistema educacional, reconhecendo também o papel dos valores sociais e costumes de cada região (SEN, 2000). O desenvolvimento, segundo Sen (2000) pressupõe cinco tipos de liberdades, que ajudam a promover as capacidades de cada pessoa, como 1) liberdade política; 2)

facilidades econômicas; 3) oportunidades sociais; 4) garantias de transparência, e 5) segurança protetora.

Como consequência, o desenvolvimento deve ser definido em relação àquilo que os seres humanos podem e devem ser e fazer que são, para Sen e Nussbaum as “efetividades”. Desta forma, o que é o desenvolvimento? Seria a “a promoção de certas efetividades humanas e a expansão das capacidades humanas de efetivar essas formas de existência e de atividades” (CROKER, 1993, p.101). O que Croker (1993) propõe, desta forma, é uma redefinição do conceito de desenvolvimento, que leve em conta uma ética de desenvolvimento internacional.

Sen e Nussbaum (apud CROKER, 1993) questionam-se sobre quais categorias éticas o desenvolvimento deveria emergir. Para responder isso, estes autores propõem, de forma inovadora e interessante,

que devemos perguntar que coisas são tão importantes a ponto de sem elas não considerarmos uma vida como uma vida humana. Tal investigação valorativa acerca do que é mais fundo e essencial em nossa vida, de modo algum pressupõe um fundamento metafísico externo; ela pode ser uma forma de olhar para nós mesmos, perguntando o que realmente pensamos sobre nós mesmos e o que une nossa história (SEN; NUSBAUM apud CROKER, 1993, p.104-05).

O que é interessante notar é que a teoria de Croker, inspirada em Sen e Nussbaum e na teoria da justiça de Rawls, critica duramente estas categorias quantitativas (PIB, crescimento econômico, etc.), pois estes indicadores levam em conta a focalização em bens, e não em pessoas. Isso acontece, pois a ênfase recai sobre o que os bens podem fazer pela vida humana, e não sobre o que as pessoas podem realizar através destes bens – “uma concepção de bem-estar que focaliza bens ao invés de pessoas inevitavelmente negligencia a “conversão variável” de bens em efetividades e capacidades humanas valiosas” (CROKER, 1993, p.108). Ou seja, a qualidade de

vida está no consumo de objetos e coisas, e não no que as pessoas podem fazer com estes bens (CROKER, 1993; SEN, 2000).

Atualmente, um outro aspecto da produção intelectual sobre qualidade de vida diz respeito a questão da modernidade e suas implicações sobre a subjetividade na sociedade complexa, que vem sendo discutida na sociologia contemporânea, principalmente com Giddens (1991; 1993; 2002a ; 2002b).

Giddens (1991, p.11) define a modernidade como um “estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”. Num primeiro momento, pode-se imaginar a modernidade como provocadora de mudanças nas instituições sociais. Mas ela também provoca conseqüências no cotidiano das pessoas, pois penetra os aspectos pessoais da existência (GIDDENS, 2002b).

Um dos principais aspectos da modernidade, que mais perturba a qualidade de vida das pessoas, é o fato dela não instituir a certeza, e sim a dúvida, devido principalmente ao seu dinamismo. A vida social moderna é caracterizada pelas mudanças na relação tempo e espaço, mais especificamente a separação destes. Segundo Giddens (2002b), a separação entre espaço e tempo fornece uma base de possíveis recombinações de atividades sociais, que muitas vezes não fazem referência ao lugar. Como mostra Giddens (1991, p.27):

O advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros “ausentes”, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face. Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais *fantasmagórico*: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles.

Estas relações globais que não são face a face leva para um outro ponto levantado por Giddens (1991; 2002b), que é consequência deste esvaziamento do tempo e espaço: os mecanismos de desencaixe das instituições sociais.

Por desencaixe, Giddens (2002b, p.24) entende “o “deslocamento” das relações sociais dos contextos locais e sua rearticulação através de partes indeterminadas do espaço-tempo”. Dois tipos de mecanismos de desencaixe podem ser distintos: as fichas simbólicas e os sistemas peritos, que podem ser representados, no primeiro caso, pelo dinheiro, e no segundo pelos técnicos e especialistas.

Todas essas transformações promovidas pelas instituições modernas (pode-se enfatizar ainda o avanço da ciência e da técnica e por que não a degradação socioambiental) se entrelaçam com a vida cotidiana dos indivíduos (GIDDENS, 2002b). Dito de uma outra forma, a modernidade é uma cultura de risco (GIDDENS, 1991; 2002a; 2002b), e esses riscos podem tanto afetar, num nível macro, o planeta como também num nível micro, as relações sociais, sexuais e familiares.

Segundo Barbosa (2003), essas transformações, sejam elas macro ou micro, contribuem de forma significativa para aumentar os transtornos psíquicos, como estresse e tensões. Ou seja, contribuem, negativamente, para a qualidade de vida dos indivíduos.

Para o caso brasileiro, deve-se citar a produção intelectual de Barbosa (1990, 1996), Carmo (1992, 1995) Jacobi (1993) e Herculano (1998, 2000). Em Barbosa (1990; 1996; 2003) pode-se perceber o entrelaçamento das temáticas do desenvolvimento e da subjetividade na compreensão da problemática da qualidade de vida. Em Carmo (1995), a questão do desenvolvimento e urbanização das cidades brasileiras. O que tem-se nestes trabalhos são análises cuidadosas da temática em questão, através dos chamados indicadores duros e também, no caso de Barbosa (1990; 1996), os chamados indicadores subjetivos. Em revistas

especializadas, também no caso brasileiro, pode-se apontar alguns artigos que trabalham a questão. Vale destacar a revista Lua Nova que, no ano de 1993, produziu uma edição especial sobre a temática. Dentro deste número, pode-se perceber a pluralidade de questões que emergem a partir desta problemática.

3.2. Produção intelectual sobre qualidade de vida na sociologia ambiental internacional

A produção científica em sociologia ambiental em âmbito internacional é muito rica e vasta. Desde seu nascimento, nos Estados Unidos, até os dias de hoje, são inúmeros os livros, artigos e revistas publicados destinados a esta temática. Contudo, a questão que pode-se destacar é: quais as contribuições que esta produção intelectual ofereceu aos problemas socioambientais?. Que respostas apontou para a promoção da qualidade de vida?.

Questões como estas são relevantes quando ressalta-se que a explosão da consciência dos problemas socioambientais ocorreu na década de 70 e, embora tenha havido alguns avanços em alguns casos concretos (como melhorias na qualidade do ar e da água em países desenvolvidos), pouco se avançou na solução dos problemas ambientais detectados nas décadas de 60 e 70, e muito pouco se contribuirá para os novos problemas ambientais emergentes, como mudança climática, biotecnologias, entre outros (PARDO, 1998).

Pardo (1998), a partir da análise de algumas temáticas analisadas em sociologia ambiental, pôde perceber que esta produção pouco teorizou sobre qualidade de vida e pouco contribuiu para a busca de respostas que promovessem uma melhora socioambiental. O mesmo argumento utiliza Buttel (2000) para com a sociologia norte-americana em especial. Para esta

produção, Buttel (2000) afirma que também pouco se produziu sobre a temática, o que constitui uma falha teórica relevante. Ou seja, a sociologia ambiental, embora institucionalizada em diversos países, pouco colaborou teoricamente para que os problemas relacionados à qualidade de vida fossem solucionados.

Pode-se concluir que, se pouco teorizou-se sobre os processos de melhora ambiental, muito enfatizou-se os processos de degradação socioambiental. Para Buttel (2000) esta é uma grave deficiência da sociologia ambiental, e para tanto este autor procura os motivos que levaram a sociologia ambiental a negligenciar uma questão relevante como a problemática da qualidade de vida.

Um primeiro aspecto que pode ser destacado para esta não teorização dos processos de melhora ambiental está no fato da sociologia em questão ter se desenvolvido como resposta à falta de atenção da sociologia tradicional para com os processos naturais. Conseqüentemente, para alertar a sociologia dominante para os processos de degradação ambiental e a relação destes com a existência social, a sociologia tendeu a enfatizar a degradação. Porém, mesmo que esta ênfase tenha gerado algumas deficiências, ela foi necessária para a reorientação do pensamento sociológico nas décadas de 70 e 80 (BUTTEL, 2000).

Quais os motivos desta reorientação? Para a sociologia dominante, como bem mostra Buttel (2000), as estruturas sociais e os relacionamentos eram fatos sociais que requeriam explicações sociais. Esta postura tem o intuito de delimitar o espaço de atuação da sociologia, assim como diferenciá-la das demais ciências competidoras, tal como a economia, a psicologia e a biologia, como já referiu-se em momento anterior. Um outro ponto que deve ser destacado, como bem lembra Buttel (2000), é o fato dos problemas ambientais não serem, mesmo quando afetam diretamente a sociedade, um conjunto interessante de fenômenos a se examinar. Dito de

uma outra forma, os problemas ambientais, na perspectiva dominante, seriam passageiros e triviais para merecerem a atenção científica dos sociólogos.

Uma segunda deficiência está no fato da sociologia ambiental ter superestimado a coerência do movimento ambientalista e exagerado sua importância na busca de uma melhor qualidade de vida (BUTTEL, 2000; PARDO, 1998). Buttel (2000) ressalta que não há uma forte associação entre a mobilização do ambientalismo e a legislação ambiental dos Estados Unidos, como também mostra que muito da melhora ambiental que ocorreu na década de 70 foi devido a outras ações, como a conservação induzida pelo mercado, as mudanças comportamentais, os avanços tecnológicos, entre outros aspectos.

Pardo (1998) afirma que a área temática de estudo da sociologia ambiental que mais se destacou na busca de respostas para a melhora ambiental foi o campo de análise os valores sociais e políticos, onde se insere os estudos sobre os movimentos ambientalistas. Contudo, da mesma forma que Buttel (2000), esta autora afirma que houve uma superestimação destes movimentos e um certo exagero sobre as melhorias que este novo movimento social traria para a sociedade, tanto que ambos os autores afirmam que nada prova que as mudanças desenvolvidas na sociedade contemporânea tenham sido resultado das manifestações do movimento ambientalista.

Uma terceira deficiência que Pardo (1998) aponta como importante está na escassa atenção prestada ao meio ambiente como instrumento de controle social. A autora explica: os sociólogos ambientais vêem a crise ambiental como uma oportunidade de mudança social. Mas a crise ambiental, argumenta Pardo (1998) também está sendo utilizada para um maior controle e disciplinamento em diversos campos da vida social. No campo da economia, o meio ambiente serve como importante fator de competitividade econômica. No ramo empresarial, quando as

grandes empresas, utilizando o fator ambiental, “engolem” as pequenas (PARDO, 1998).

Confirmando esta idéia,

De hecho, los sociólogos medioambientales en gran medida ven la crisis medioambiental como una oportunidad de cambio en un sentido más ecológico y mas consciente, más reflexivo, mas democrático incluso. Pero esta crisis mediomabiental, y desde luego el valor simbólico del mediomambiente, también están siendo utilizados para un mayor control y disciplinamiento social en diversos campos (PARDO, 1998, p.32).

Buttel (2000) ressalta que é relativamente mais fácil, por parte da sociologia ambiental, teorizar sobre os processos de degradação socioambiental. Primeiro, devido ao fato dos estudiosos poderem contar com dados históricos e contemporâneos para demonstrar como as instituições afetam e deterioram o ambiente e, segundo, devido ao fato de que os exemplos históricos de melhora socioambiental são mais escassos do que aqueles relacionados à degradação socioambiental (BUTTEL, 2000). Como ainda ressalta Buttel (2000, p.33):

[...] os processos de melhora ambiental são presumivelmente fenômenos mais complexos e mais sutis do que os processos de degradação: enquanto há uma ampla gama de processos institucionais sobrepostos, que levam à degradação, a melhora do meio ambiente não é provavelmente assim constituída.

Apesar de todas estas deficiências que a sociologia ambiental apresenta, Buttel (2000) se mostra otimista quanto à capacidade desta em remediar esta situação frente aos estudos sobre qualidade de vida, através da emergência, nos países capitalistas avançados, da noção de modernização reflexiva. As teorias baseadas nesta noção – a teoria da sociedade de risco e da modernização ecológica – tendem a perceber e teorizar mais os processos de melhorias que de degradação socioambiental.

Buttel (2000) mostra que estas teorias abraçam a idéia de que existe um processo de mudanças de valores sociais e comportamentais derivados da crise socioambiental, assim como

também minimizam o papel do movimento ambientalista nos processos de melhora ambiental. Dada a importância dada por Buttel (2000) sobre estas teorias, passa-se agora a investigar estas tendências teóricas, a partir dos estudos de Mol e Spaargaren sobre modernização ecológica e dos estudos de Beck sobre a sociedade de risco.

3.2.1. Modernização ecológica e sociedade de risco

Para iniciar o debate sobre estas duas correntes, faz-se relevante levantar algumas questões sobre a modernização reflexiva, teoria em que as duas correntes se embasam.

Modernização reflexiva é, para Beck (1997) uma autodestruição criativa da era industrial, movida pelas vitórias da modernização ocidental e não pela revolução ou crise social. Esta destruição é, na verdade, provocada pela própria dinâmica da sociedade moderna, acarretando o fim das formações de classe, ocupações, família nuclear, agricultura, entre outros aspectos da modernidade ocidental e o fim das formas contínuas do progresso técnico-científico.

Estas mudanças, ao contrário do que pode sugerir o conceito de modernização reflexiva, não insere-se num contexto reflexivo, ou seja, planejado. A palavra reflexiva, neste contexto, significa autoconfrontação (BECK, 1997). Em outras palavras, a modernização reflexiva é a fase do desenvolvimento social em que a sociedade confronta-se, pois reconhece os riscos e azares da sociedade de risco. Um outro precipitador da modernização reflexiva é o declínio das instituições parlamentares, e a conseqüente individuação da política. Como salienta Beck (1997, p.16):

[...] ‘modernização reflexiva’ significa autoconfrontação com os efeitos da sociedade de risco que não podem ser tratados e assimilados no sistema da sociedade industrial – como está avaliado pelos padrões institucionais desta última.

É importante ressaltar que esta destruição não significa o fim da modernidade e sim mais modernidade. O conceito de modernização reflexiva baseia-se na noção de que quanto mais o processo de modernização simples prossegue, caracterizado pela racionalização, industrialização capitalistas e desenvolvimento científico-tecnológico, mais os alicerces da sociedade industrial ruiu (BUTTEL, 2000).

A modernização simples pode ser percebida como tendo levado para a sociedade um conjunto de riscos e azares que ameaçam a qualidade de vida das atuais gerações, como também das gerações futuras (BUTTEL, 2000). É o que Beck (1997) afirma ser a sociedade de risco.

Para Beck (1997) a sociedade de risco pode ser diferenciada em duas fases: a primeira fase é aquela em que os efeitos e as auto-ameaças são sistematicamente produzidos, mas não se tornam questões públicas ou alvo de debates políticos; já na segunda fase, os perigos da sociedade industrial começam a dominar os debates e conflitos políticos, tanto no âmbito público como privado. Em outras palavras, pode-se afirmar que a segunda fase da sociedade de risco é aquela em que se democratiza as informações sobre os riscos gerados pela sociedade industrial.

Pode-se pensar o conceito de modernização reflexiva como sendo, ao mesmo tempo, reflexo e reflexão. A idéia de reflexo traz a tona que os riscos e azares gerados pelo processo de modernização e pela sociedade industrial conduzem ao questionamento das instituições sociais. Já a reflexão corresponde a libertação dos atores em relação as classes sociais e a conseqüente construção de novos papéis e movimentos sociais em torno de preocupações, como o risco ambiental (BUTTEL, 2000).

A outra corrente que deriva da modernização reflexiva é a modernização ecológica, que tem como maiores expoentes Mol e Spaargaren. A teoria da modernização ecológica cresceu a

partir da pesquisa social, do envolvimento com o movimento ambientalista e da pesquisa voltada para a realidade prática e não utópica de alcançar um melhoramento ambiental (BUTTEL, 2000).

Na visão de Mol (2000, p.269):

Esta teoria social tenta delinear o processo de reestruturação ecológica que está começando a emergir nos países da OECD, focalizando as espécies de atores que desempenham papéis predominantes, as mudanças ideológicas ou sistemas de crenças, as regras e recursos utilizados e transformados por estes autores, a contribuição do Estado e do mercado para a reforma ecológica, e as alterações nas trajetórias tecnológicas no controle e prevenção da poluição.

Para tal processo de reestruturação ecológica, Mol (2000) cita algumas características institucionais essenciais. São elas: um sistema político democrático, uma ampla consciência ecológica, ONG's ambientalistas organizadas, um sistema detalhado de monitoramento que gere dados ambientais confiáveis, uma economia de mercado, um Estado legítimo e intervencionista, organizações de negócios e de mediação para representar os produtores e, por fim, alguma experiência em negociação política.

Diferentes autores, dentre eles cientistas sociais, ativistas ambientais, partidos políticos e gerentes industriais usam a noção de modernização ecológica, mas nem todos da mesma forma, pois esta noção aparece em distintos contextos, o que causa deficiência quanto a sua exatidão (MOL, 2000). Neste sentido, há duas grandes distinções sobre esta idéia de modernização ecológica: a primeira, esta corrente seria uma teoria de transformação social; a outra, a modernização ecológica seria um programa político de reforma e mudança na sociedade.

Para Spaargaren (2000), a modernização ecológica é um programa político quando consegue diminuir, ao nível local e nacional, os problemas ambientais, através de políticas próprias. É uma teoria da mudança social quando pressupõe que os problemas ambientais podem ser resolvidos através do processo de modernização e através das instituições que fazem parte desta modernização.

Esta teoria sustenta um papel diferenciado para a política ambiental do Estado. Segundo Buttel (2000), estes teóricos da modernização ecológica argumentam para um declínio da regulamentação ambiental baseada no comando e no controle, ou seja, argumentam por uma auto-regulação ambiental na sociedade civil através de mecanismos legais e econômicos, como também por pressão dos movimentos ambientalistas.

Apesar das inúmeras críticas que podem ser direcionadas às duas teorias expostas – da modernização ecológica e da sociedade de risco – por parte dos países em desenvolvimento, ambas concordam que as escolhas humanas e institucionais não estão estruturalmente determinadas pelas forças mestres do capitalismo e da industrialização e que as soluções ambientais residem na modernização da sociedade (BUTTEL, 2000). Ou, em outras palavras, ambas as teorias se mostram otimistas quanto a solução dos problemas socioambientais da modernidade reflexiva e, por isso, trazem novos contornos à temática da qualidade de vida no interior da sociologia ambiental.

4. Produção intelectual sobre qualidade de vida na América Latina: a persistência de algumas idéias

4.1. Justificativa para a escolha da literatura

Escolheu-se para o estudo de caso desta pesquisa alguns livros e revistas especializadas que pudessem representar de alguma forma o estado da arte da sociologia ambiental, ou dos estudos sobre ambiente e sociedade na América Latina. Obviamente outras publicações poderiam fazer parte deste conjunto e representar esta sociologia, mas a escolha destas publicações pode ser justificada devida a importância que possuem para as ciências sociais em geral, e mais especificamente para a sociologia ambiental.

Foram analisados os seguintes periódicos:

- Ambiente & Sociedade, desde seu 1º número (ano 1, n. 1, 2º semestre de 1997 até vol V, n. 02, 2º semestre de 2002; volVI, n. 01, 1º semestre de 2003.
- Revista Brasileira de Ciências Sociais (n.1, vol.1, junho de 1986 até n.50, vol.17, 2002).

Foram analisadas ainda as seguintes coletâneas:

- Ecologia e política no Brasil (1987). A análise foi realizada com a edição de 1992;
- Ecologia e política mundial (1991);
- Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável (1992). Nossa análise foi realizada com a edição de 1995;
- Incertezas de sustentabilidade na globalização (1996);
- Ecología política. Naturaleza, sociedad y utopía (2002).

A escolha da revista Ambiente & Sociedade para a análise da produção intelectual sobre qualidade de vida deve-se ao fato desta congregar nos seus volumes uma variedade de textos de intelectuais nacionais e internacionais representativos da área. Desta forma, a análise desta traz a

vantagem de apontar a variedade intelectual, teórica e metodológica (e até mesmo política) da produção latino-americana.

Foram analisados todos os números, disponíveis tanto na Internet (através do site www.scielo.com) tanto pelos números adquiridos e encontrados na biblioteca do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da Unicamp.

A Revista Brasileira de Ciências Sociais é fruto da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, a ANPOCS (Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais). É uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 1977, para aglutinar e representar centros de pesquisa e programas de pós-graduação que atuam no interior das ciências sociais brasileiras, além de ser a principal revista da área de ciências sociais no Brasil.

A revista não é especializada nos estudos sobre a relação ambiente e sociedade. Muito pelo contrário. Poucos são os textos, desde o seu nascimento em 1986, que trabalham a relação sociedade e ambiente. Tanto que, para a análise realizada, a pesquisa teve de contar com textos que pouco traduzem a produção em sociologia ambiental.

O critério utilizado para este caso foi, em comparação com os demais estudos de caso, diferenciado. Ao invés de se analisar todos os textos publicados pela revista (que alcançaria sem sombra de dúvida a marca de 417 textos), a pesquisa utilizou-se de ferramentas de um CD-ROM comemorativo dos 25 anos da ANPOCS, onde pode-se fazer buscas por palavras-chave, título, autor e palavras encontradas no texto.

A pesquisa, ao buscar textos sobre qualidade de vida, não detectou nenhum texto que tratasse desta temática. Os textos escolhidos foram analisados seguindo o seguinte critério: quais textos mencionam o termo qualidade de vida. A grande maioria, como pode-se conferir nos resumos encontrados nos apêndices, tratam dos mais variados assuntos, que pouco tocam a

temática ambiental e que não trazem respostas para a promoção da qualidade de vida e da sustentabilidade.

No que diz respeito aos livros, a pesquisa optou por analisar cinco coletâneas. São elas: *Ecologia e política no Brasil* (1987), *Ecologia e política mundial* (1991), *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável* (1995), *Incertezas de sustentabilidade na globalização* (1997) e *Ecologia política. Naturaleza, sociedad y utopía* (2002).

Estes quatro livros publicados no Brasil representam, como pode ser verificado no trabalho de Ferreira (2001), o processo de nascimento, amadurecimento e institucionalização da sociologia ambiental. É devido a esta constatação que esta pesquisa os escolheu como estudos de caso. Um outro ponto relevante é o fato destes livros congregarem intelectuais integrantes do GT (grupo de trabalho) sobre ambiente e sociedade da ANPOCS. A análise de todos os textos do GT da ANPOCS não pôde ser realizada devido a problemas de arquivamento e estrutura da própria associação. Assim considerou-se que estas coletâneas pudessem representar a ANPOCS neste estudo.

Ecologia e política no Brasil, organizado por José Augusto Pádua, tem grande relevância acadêmica na área socioambiental por agregar a legitimidade acadêmica e social da relação ecologia e política, discutindo a questão ecológica sob múltiplos e variados ângulos, enfatizando os aspectos sociais e políticos da degradação ambiental. Deve-se ressaltar que, se este livro não foi o primeiro, é o que mais se despontou como precursor do debate entre ambiente e sociedade (FERREIRA, 2001).

O livro *Ecologia e política mundial*, organizado por Héctor Leis, é uma coletânea produto da área ambiental do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio e que teve como objetivos realizar uma reflexão crítica sobre o emergente espaço público transnacional do ecologismo (FERREIRA, 2001; LEIS, 1991).

O livro Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável, organizado por Daniel Hogan e Paulo Vieira, tem como pano de fundo histórico as discussões da Rio-92. Na verdade, é uma publicação que teve o propósito de se posicionar criticamente frente as discussões oficiais sobre grandes problemas ambientais que desenrolaram no momento da Conferência. Em outras palavras, esta coletânea tinha em mente discutir os problemas socioambientais dos países em desenvolvimento, questões estas que se sobrepunham, pelo menos no caso brasileiro, às macro discussões globais.

Em Incertezas de sustentabilidade na globalização, organizado por Eduardo Viola e Leila Ferreira, discute-se a existência de processos globais que transcendem as categorias sociológicas como Estado, classe social ou nação, apontando assim uma crise de paradigmas da sociologia frente às novas questões, principalmente a ambiental. Certamente é possível enxergar este livro como um contraponto do anterior, qual seja, Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável.

Ecología política. Naturaleza, sociedad y utopía, coletânea organizada por Héctor Alimonda, é fruto do grupo de trabalho Ecología Política da CLACSO (Centro Latino-americano de Ciências Sociais). A escolha dessa coletânea tem o intuito de mostrar como a CLACSO, como uma instituição intelectual latino-americana, reflete a relação entre sociedade e ambiente e, ligada a esta relação, a temática da qualidade de vida. Dentro da CLACSO outros trabalhos, de outros GT's poderiam ser analisados, mas escapariam ao âmbito de estudo desta pesquisa, por não tratarem da relação ambiente e sociedade.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

4.2. As respostas e o objeto empírico

Antes de apontar as respostas apontadas pela sociologia ambiental latino-americana no que diz respeito às soluções dos problemas socioambientais, foram organizados alguns quadros para uma melhor visualização dos dados.

No quadro 1 destaca-se o ano da publicação de cada coletânea, assim como o total de artigos analisados.

Quadro 1 - Livro, ano de publicação e total de artigos analisados

Livro	Ano de publicação	Total de artigos analisados
Título: Ecologia e Política no Brasil Org.: José Augusto Pádua Autores: Carlos Minc; Liszt Vieira; Eduardo Viola; Fernando Gabeira; Paulo Gonzaga M. de Carvalho	1987	6
Título: Ecologia e Política Mundial Org.: Héctor Ricardo Leis Autores: Eduardo Viola e Héctor Leis; Héctor Leis; Clóvis Brigadão; Roberto Guimarães; José Augusto Pádua	1991	5
Título: Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável Org.s: Paulo Freire Vieira e Daniel Joseph Hogan (orgs.).	1993	8

<p>Autores: Leila da Costa Ferreira e Lúcia da Costa Ferreira; Ricardo Toledo Neder; Eduardo Viola e Héctor Leis; Paulo Freire Vieira; Daniel Joseph Hogan; Haroldo da Gama Torres; Sônia R. da Cal Seixas Barbosa; Donald R. Sawyer</p>		
<p>Título: Incertezas de Sustentabilidade na Globalização</p> <p>Org.s: Leila da Costa Ferreira e Eduardo Viola</p> <p>Autores: Eduardo Viola; Héctor Leis; Octavio Ianni; Franz Joseph Brüseke; Leila da Costa Ferreira; Daniel Joseph Hogan; Pedro Jacobi; Mario Fuks; Ricardo Toledo Neder; Lúcia da Costa Ferreira; Antonio Carlos Diegues; Clóvis Cavalcanti</p>	1997	12
<p>Título: Ecología Política. Naturaleza, Sociedad y Utopía.</p> <p>Org.: Héctor Alimonda</p> <p>Autores: Angela Alonso e Valeriano Costa; Guillermo Castro Herrera; Eduardo Gudynas; Roberto Guimarães; Fernando Marcelo de la Cuadra; James O'Connor; Alain Lipietz; Ricardo F. Ribeiro; Renata Menasche; Héctor Alimonda; Daniel Barkin; Ruy de Villalobos; Henri Acselrad e Cecília D. do A Mello; Célia Dias; Canrobert Costa Neto e Flaviane Canavesi; Roberto José</p>	2002	16

Moreira.		
----------	--	--

Quadro 1: Livro, ano de publicação e total de artigos analisados

No quadro 2, fez-se o mesmo, ressaltando o período da análise de cada revista, assim como o total de textos analisados, como pode-se ver abaixo, no quadro 3.

Quadro 2 – Livro, período da análise e total de artigos analisados

Periódico	Período da análise	Total de artigos analisados
Revista Brasileira de Ciências Sociais	1986 - 2002	20
Ambiente & Sociedade	1997-2003	60

Quadro 2: Livro, período da análise e total de artigos analisados

Quadro 3 – Total de artigos analisados

Material analisado	Total de artigos analisados
Livros	47
Periódicos	80
Total	127

Quadro 3: Total de artigos analisados

Foram investigados, como pode-se perceber nos quadros acima, o total de 127 textos, entre periódicos e coletâneas. Contudo, uma parte deles (mais especificamente 15) não trabalham a questão ambiental sendo eles pertencentes à Revista Brasileira de Ciências Sociais.

Sobre a temática deste estudo, pode-se afirmar que a sociologia latino-americana pouco trabalhou a temática da qualidade de vida de forma conceitual, ao contrário do que ocorre em trabalhos como de Barbosa (1996) e Herculano (1998). Esta afirmação pode ser verificada nos Quadros 4 e 5 abaixo esquematizados.

Quadro 4 - Número de textos nos livros analisados que trabalham estritamente com a temática da qualidade de vida

Livro	Nº de textos	Que trabalham estritamente com a temática da qualidade de vida
Ecologia e Política no Brasil	6	-
Ecologia e Política Mundial	5	-
Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável	8	1
Incertezas de Sustentabilidade na Globalização	12	-
Ecología Política. Naturaleza, Sociedad y Utopía.	16	-

Quadro 4: Número de textos nos livros analisados que trabalham estritamente com a temática da qualidade de vida

Quadro 5 - Número de textos nos periódicos analisados que trabalham estritamente com a temática da qualidade de vida

Periódico	Nº de artigos analisados	N. de artigos que trabalham estritamente com a temática da qualidade de vida
Ambiente & Sociedade	60	1
Revista Brasileira de Ciências Sociais	20	-

Quadro 5: Número de textos nos periódicos analisados que trabalham estritamente com a temática da qualidade de vida

A partir destes dados revelados pela análise bibliográfica, a pesquisa tomou novos rumos. A partir destes estudos, não pôde-se perceber como a sociologia ambiental latino-americana compreende a temática da qualidade de vida. Assim, inspirada no trabalho de Buttel (2000) e Pardo (1998) detalhados em outro momento, a pesquisa passou a analisar a problemática sob um novo olhar. Antes de buscar quais trabalhos ou intelectuais trabalham a temática da qualidade de vida, passou-se a buscar quais as respostas apontadas pela literatura latino-americana para a busca da sustentabilidade e conseqüentemente, da qualidade de vida humana.

Como apontou-se anteriormente, a sociologia em geral pouco teorizou sobre a temática da qualidade de vida e contribuiu teoricamente para a busca de respostas para a promoção da qualidade de vida. Isto significa que a sociologia ambiental internacional tendeu a enfatizar os processos de degradação em detrimento de se perceber os processos de melhora ambiental, mesmo que estes fossem sutis e mais lentos em relação aos processos de degradação (BUTTEL, 2000). O retorno a esta questão serve-nos de pano de fundo para respondermos à questão

proposta pela pesquisa: a sociologia latino-americana contribuiu teoricamente com respostas de melhora ambiental? Os Quadros 6 e 7 abaixo relacionados tentam responder esta questão.

Quadro 6 - Número de textos analisados no período e número de textos que não apontam respostas

Período	Nº total de textos analisados	Que não colocam respostas
1986 - 1992	19	0
1993-1997	36	3
1998-2003	72	12

Quadro 6: Número de textos analisados no período e número de textos que não apontam respostas

Consegue-se perceber com os dados detalhados acima que um grande número de textos analisados colocam respostas para a promoção da qualidade de vida. Contudo, isto não significa que estas respostas tenham sido revertidas em políticas públicas ou investimentos. Uma análise pormenorizada sobre a relação entre as propostas teóricas e os investimentos práticos em sustentabilidade seria fruto de uma outra pesquisa. Os dados constataam somente que, diferentemente da sociologia internacional explicitada por Buttel (2000) e Pardo (1998), o objeto de estudo desta pesquisa, qual seja, a sociologia latino-americana propôs respostas para a melhora ambiental, como pode-se perceber nos Quadros 7, 8 e 9.

Quadro 7 – Respostas em relação aos problemas socioambientais apontadas pelos livros analisados

Livro	Respostas apontadas
Ecologia e Política no Brasil	Gestão Pública; Cidadania; Democracia; Articulação política; Participação social; Integração das diversas políticas governamentais.
Ecologia e Política Mundial	Fortalecimento de ONG's; Espaço público transnacional; Cooperação internacional; Normas e leis internacionais; Mecanismos multilaterais de negociação; Democracia.
Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável	Novo estilo de desenvolvimento; Democracia participativa; Espaço público; Profissionalização do movimento ambientalista; Políticas de saneamento, moradia e saúde; Fortalecimento da cidadania; Satisfação das necessidades básicas;
Incertezas de Sustentabilidade na Globalização	Consciência ambiental na opinião pública e nos governos; Espaço público transnacional; Inter-relação entre economia, ecologia e sociedade; Participação social; Consórcios intermunicipais; Ação coletiva; Acesso a justiça; Inter-relação entre as diversas políticas;

	Expansão dos direitos.
Ecología Política. Naturaleza, Sociedad y Utopía.	Integração das políticas nacionais; Participação social; Novo estilo de desenvolvimento; Políticas ambientais; União dos movimentos sociais; Pensar global e agir local; Projetos e investimentos na área atingida; Desenvolvimento autônomo; Fortalecimento das organizações sociais; Valoração dos recursos naturais; Constrangimentos ecológicos ao capitalismo; Educação ambiental.

Quadro 7: Respostas em relação aos problemas socioambientais apontadas pelos livros analisados

Quadro 8 - Respostas em relação aos problemas socioambientais apontadas pelo periódico Ambiente & Sociedade

Periódico	Respostas apontadas	Nº de vezes em que a resposta é apontada
Ambiente & Sociedade	Relações internacionais	2
	Gestão democrática	1
	Planejamento urbano	1
	Cidadania	1
	Satisfação de necessidades (água, esgoto, coleta de lixo...)	1
	Nova democracia	1

	Democratização das informações acadêmicas	1
	Novo estilo de desenvolvimento	2
	Ética	4
	Conhecimento interdisciplinar	1
	Democracia ambiental	1
	Uso de indicadores (para políticas públicas)	1
	Fóruns de debate	1
	Fim das contradições sociais	1
	Interação de comunidades tradicionais com instituições locais e globais	1
	Investimento em identidade e valorização do saber	2
	Condições de vida	1
	Participação social	7
	Gerenciamento adequado de recursos	1
	Educação ambiental crítica	1
	Governança global	1
	Politização das discussões	1

	Justiça socio-econômica	1
	Permeabilidade democrática nos órgãos regulatórios	1
	Investimentos (educação, comércio, infra-estrutura rodoviária)	1
	Redirecionamento do desenvolvimento científico	1
	Saída do mercado e da técnica do cenário dominante	1
	Democracia	2
	Movimento ambientalista	1
	Consumo sustentável	1
	Manejo sustentável	2
	Estímulo à pesquisa	1
	Raciocínio sistêmico	1
	Formulação de dados ambientais	1
	Investimentos financeiros	1
	Fiscalização ambiental	1
	Cobrança pelo uso da água	1
	Princípio da precaução	1
	Descolonização da técnica e da ciência pelo industrialismo	1
	Fortalecimento do Estado	2
	Gestão dos conflitos	1
	Criação de identidades em sociedades marcadas pelo autoritarismo	1
	Criação de estruturas democrático-participativas para formulação de políticas públicas	1

	Auto-organização da sociedade	1
	Extração eficiente de recursos	1
	Fóruns comunitários	1
	Criação de instrumentos econômico-ecológicos	1
	Ações sociais desenvolvidas por escolas e sindicatos	1
	Mecanismos de renda verde	1

Quadro 8: Respostas em relação aos problemas socioambientais apontadas pelo periódico Ambiente & Sociedade

Quadro 9 – Respostas em relação aos problemas socioambientais apontadas pelo periódico Revista Brasileira de Ciências Sociais

Periódico	Respostas Apontadas
Revista Brasileira de Ciências Sociais (textos que trabalham com a temática ambiental)	Ação política dos atores sociais; Emergência do 3º setor Reforma na relação sociedade e recursos naturais

Quadro 9 – Respostas em relação aos problemas socioambientais apontadas pelo periódico Revista Brasileira de Ciências Sociais

Pode-se perceber com a análise dos dados colhidos durante a pesquisa que a sociologia ambiental latino-americana pode ter algumas respostas predominantes, no que diz respeito às soluções para os problemas ambientais. Embora todas estas temáticas sejam relevantes, a resposta que mais se destaca é a democracia e os processos participativos, na qual esta pesquisa irá se deter com mais afinco.

Ou seja, se entende-se que cidadania, participação social, fortalecimento de organizações sociais, democracia participativa, expansão de direitos, democracia ambiental, criação de um espaço público, entre outros, são elementos de um único processo, qual seja, a democracia, a

sociologia ambiental latino-americana tem no fortalecimento da democracia uma das possíveis soluções para a sustentabilidade socioambiental e para a busca de um estilo alternativo de desenvolvimento, mais justo ambientalmente e socialmente e com mais qualidade de vida. Como explicar estes dados?

Pode-se explicar estes dados a partir do contexto histórico desta produção. Esta ênfase na participação social e na democratização certamente é fruto do contexto histórico e social pela qual a América Latina passou, principalmente no que diz respeito aos anos de autoritarismo militar e desenvolvimentismo, que gerou conseqüências socioambientais na região (GUIMARÃES, 1991). A outra face desta realidade está na desmobilização da sociedade e a fragmentação de interesses sociais, o que torna complicada a organização da sociedade em torno das questões ambientais. Ou seja, o que percebe-se é uma ligação entre o que se produz teoricamente no continente e o contexto histórico da região.

Ianni (1990) mostra que existe um contraponto entre o pensamento e a realidade tanto que muitas vezes o processo de pensar é também um processo de constituir, organizar e redirecionar as prováveis direções da realidade social. Essa relação espelho, de reciprocidade entre a sociologia ambiental e o contexto na qual está inserida pode ser demonstrada por Ianni (1971, p.04):

Se é verdade que existe reciprocidade entre o pensamento científico e as configurações sociais da vida, esse princípio é especialmente válido para as ciências sociais. Em particular é verdadeiro para a sociologia, a economia política e a ciência política. Seja quanto à problemática, seja como referência à visão de mundo subjacente às contribuições dessas disciplinas, neste ou naquele país, é óbvio que existe sempre certa correspondência entre o pensamento social, por exemplo, e as condições de existência social.

4.3. A democracia e os processos participativos como resposta

Na literatura sobre desenvolvimento encontram-se três visões diferenciadas quanto ao papel dos processos participativos e democráticos na busca de soluções para os problemas socioambientais e para o desenvolvimento sustentável. A primeira é a concepção de desenvolvimento sustentável que aposta no mercado como força reguladora do desenvolvimento, chamada por Frey (2001) de abordagem econômico-liberal de mercado; a segunda concepção como aquela que considera o Estado e suas instituições como instrumentos indispensáveis para a prevalência do bem comum, que é chamada por Frey (2001) de abordagem ecológico-tecnocrata de planejamento; e a terceira concepção, que mais interessa neste trabalho, é aquela que confia na atuação política da população e organizações sociais dentro de uma abordagem de participação sócio-política.

A abordagem econômico-liberal de mercado tem como pressuposto que a pressão da concorrência, do crescimento econômico e prosperidade levariam os indivíduos ao uso racional dos recursos naturais, através de um consumo consciente (FREY, 2001). Esta abordagem defende ainda a internalização dos custos ambientais através de estímulos de mercado, como auxílio de impostos e taxas ambientais, ou comércios de títulos de poluição (FREY, 2001).

Esta é a visão propagada pelo Relatório Brundtland, que pode ser considerado como o representante desta abordagem. Para Frey (2001, p.04), o relatório dá prioridade às preocupações decorrentes do efeito da pobreza para o meio ambiente, “em detrimento à crítica do estilo nocivo de desenvolvimento praticado nos países industrializados”, apesar de incluir algumas demandas referentes à ampliação da participação política e planejamento ambiental.

O maior problema desta abordagem, segundo ainda este autor, é que há um desejo de mudança, mas sem tocar nas estruturas e mecanismos básicos que promovem a degradação ambiental, em especial processos institucionais que regulam a propriedade, o controle e o acesso ao uso de recursos (GUIMARÃES, 1997 apud FREY, 2001).

A sustentabilidade planejada, ou a abordagem ecológico-tecnocrata de planejamento, vê a superação dos problemas ambientais a partir de meios gerenciais, numa perspectiva reformista e tecnocrata. Nesta perspectiva, a intervenção estatal é indispensável para reduzir os efeitos negativos do crescimento econômico (FREY, 2001), assim como o conhecimento técnico-científico. A principal diferença desta perspectiva para com a primeira é que, no primeiro caso, o desenvolvimento e o crescimento econômico recebem preferência, enquanto que no segundo caso a atenção é direcionada para a dimensão ecológica, ou em outras palavras, a compatibilidade entre desenvolvimento e preservação de recursos naturais.

Ao contrário da primeira abordagem, onde o mercado rege as regras, neste caso a prática de planejamento vem acompanhada de uma postura centralizadora e tecnocrata. Como mostra Frey (2001), para manter o equilíbrio utiliza-se mecanismos de controle, assim como intervenções autoritárias e centralistas, ampliando como consequência a burocracia e a tecnocracia.

Esta visão acompanha a proposta do *steady-state society* de Ophuls (1973), onde a força coercitiva do Estado se impõe contra os sistemas democráticos que, na visão de Ophuls, são inadequados para lidar com os problemas ambientais. A necessidade de um Estado forte, em detrimento da participação social, é o que preconiza esta proposta. Este Estado forte deveria ser gerido por cientistas ou sábios pois somente eles poderiam garantir a realização do bem comum e impor as restrições necessárias (FREY, 2001). Dito de uma outra forma, mais autoritarismo e menos democracia.

Embora abordadas de forma breve, pode-se averiguar que ambas perspectivas não fazem parte das preocupações da literatura analisada nesta dissertação. Percebe-se através da leitura dos textos que uma visão centralizadora e autoritária não está no rol de possíveis soluções para os problemas socioambientais. A abordagem política de participação democrática seria mais adequada para entender a produção intelectual latino-americana.

A abordagem política de participação democrática, segundo Frey (2001), considera a participação social não só como um elemento para se alcançar o desenvolvimento sustentável mas entende a participação e o fortalecimento da sociedade civil como um valor em si e que traz um caminho alternativo para um novo estilo de sociedade. Os marginalizados do processo político devem ser incluídos, dentro desta perspectiva, como atores políticos ativos, defendendo interesses e conseqüentemente tomando o lugar da elite no processo decisório.

Dentro ainda desta abordagem, Frey (2001) distingue duas orientações distintas: uma vertente que enfatiza a luta do povo contra o poder dominante da elite; a outra, uma vertente que tem como idéia central a força da sociedade civil e a necessidade de um espaço público (ou esfera pública) que se tornaria a força transformadora da sociedade para o desenvolvimento sustentável. Como demonstra Frey (2001, p.15):

A primeira aposta tendencialmente no conflito e na luta dos grupos e indivíduos excluídos pelo acesso ao poder social e, na seqüência, ao poder político, a segunda no próprio processo discursivo e no princípio do entendimento, impulsionado por uma sociedade civil organizada e engajada nos processos políticos.

Os trabalhos analisados no contexto desta dissertação tendem para esta segunda vertente, como pode-se verificar nos quadros 7 e 8. Antes de perceberem a importância das lutas populares contra o poder da elite, tenderam a enfatizar a idéia de sociedade civil e de um novo espaço público democrático como propiciadores de mudanças socioambientais. Para contextos diferentes, os autores desenvolvem uma resposta comum aos problemas sociomabientais.

Leff (1998) ressalta a emergência da sociedade civil como resposta aos processos de exclusão social, tendo como mote uma maior participação na tomada de decisões. A proposta de Leff é uma nova democracia, intitulada ambiental, que buscaria promover uma reintegração socioambiental, sedimentada em novas solidariedades sociais, na pluralidade étnica e na diversificação do estilo de desenvolvimento, assim como na participação direta e da cidadania na tomada de decisões que afeta a qualidade de vida dos indivíduos.

Ferreira (2000), analisando a política ambiental a nível local, percebe também a importância da participação democrática na busca de uma sociedade sustentável. A autora mostra que a intensificação dos movimentos sociais e a fuga e descrença do eixo político-partidário fizeram com que surgissem novos canais de comunicação com o poder público, aumentando também a parceria do Estado com os outros atores sociais. Em outro artigo, comentando ainda a política ambiental a nível local, Ferreira (1996) ressalta que em alguns casos não houve mais avanços em torno da problemática ambiental, devido à falta de participação dos diversos atores sociais nas discussões públicas. Dito de uma outra forma, a participação social é fundamental para minimizar os processos de degradação ambiental.

A mesma defesa faz Fuks (1996). Analisando os dados referentes à proteção judicial do meio ambiente no Rio de Janeiro, aponta o número insuficiente de ações da sociedade civil, revelando-se a preferência por um movimento passivo. Segundo Fuks, os interesses difusos, que seriam universais, na prática não se aplica: a sociedade civil se mostra passiva diante de seus próprios interesses. Para tanto, Fuks (1996) reivindica um maior acesso à justiça e participação social.

Barkin (2002) e Gudynas (2002) apontam o problema socioambiental num nível macro, no que diz respeito à América Latina. Barkin (2002), comentando sobre a degradação socioambiental das áreas produtoras rurais da América Latina, mostra que essas são vítimas de

políticas de desenvolvimento geradoras de exclusão social e deterioração do meio ambiente. Sua “solução” se faz através de um desenvolvimento autônomo da região, através de ferramentas como a participação democrática e o fortalecimento das novas organizações sociais.

Gudynas (2002), por sua vez, tem também como centro de sua análise a América Latina, mais propriamente o Mercosul. Segundo o mesmo, o Mercosul apresenta fragilidades no que diz respeito à política ambiental e, para a saída deste impasse, a reconstrução do papel do cidadão na busca de respostas para a sustentabilidade, através da integração das políticas nacionais, se faz necessária.

Ferreira e Ferreira (1995) fazem uma análise da relação Estado e sociedade no que diz respeito à questão ambiental, mostrando que, dentro de um cenário de devastação ecológica e miséria social, é imprescindível para uma gestão eficiente a ligação entre o Estado, a sociedade civil, o setor privado e as comunidades locais na busca de um futuro possível e viável.

É importante salientar que esse processo de participação social e prática da cidadania não se resume em praticar o voto eleitoral, muito embora a onda democratizadora da América Latina faça acreditar nesta posição (GUDYNAS, 2002). O voto eleitoral não é enfatizado na literatura em questão. No contexto da produção analisada, a cidadania e a participação social são instrumentos para o acesso aos direitos socioambientais e para a construção de espaços públicos e plurais para a busca da sociedade sustentável.

Embora o processo democrático, a participação social, a criação de espaços públicos, entre outros, tenham um papel importante na visão da produção analisada, o papel do Estado continua sendo primordial para a solução dos problemas ambientais e sociais. Frey (2001) aponta que, apesar da descrença do Estado, este continua desempenhando papel fundamental em qualquer resposta de sustentabilidade, embora este papel tenha que ser redefinido. A literatura analisada também parte desta mesma resposta.

Leff (1998) aponta que se faz cada vez mais necessária a ação de um Estado forte para regular o comportamento dos agentes sociais e econômicos para reduzir os efeitos nocivos das atividades humanas contra o capital natural. Seguindo esta mesma linha, Guimarães (1998) mostra que o Estado, apesar dos problemas referentes a sua legitimidade, continua sendo um grande representante, ou um ator privilegiado, na função de ordenar o processo de desenvolvimento e os diferentes interesses que brotam da sociedade como um todo, forjando “un pacto social que ofrezca sustento a las alternativas de solución de la crisis de sustentabilidad” (GUIMARÃES, 1998, p.16).

Guimarães (1998; 2001; 2002) enfatiza que o Estado continua a desenvolver uma ação única, necessária e indispensável. Primeiramente porque transcende a lógica do mercado e tem em seu bojo práticas de justiça social e equidade, além de combater os direitos difusos de cidadania. Esta ação estatal é necessária, pois a oferta de bens comuns não pode ser produzida por atores competitivos; e por fim, indispensável, pois o Estado se dirige às gerações futuras, ao contrário do mercado, que vê indivíduos ao invés de coletividades.

Democracia participativa, espaços públicos, participação social, fortalecimento das organizações sociais. Em geral, a produção intelectual analisada não tendeu a enfatizar um único ator social como motivador de mudanças socioambientais.

De acordo com Gudynas (2001), desde a Conferência sobre Ambiente e Desenvolvimento, de 1992, tem-se dado grande importância em se enfatizar atores chaves como motivadores de mudanças e, geralmente, são estes mesmos atores que defendem as suas práticas. Por exemplo, a proposta dos empresários destaca a atuação dos empresários como propulsores de mudanças sociais; os cientistas defendem os ecólogos como aqueles que devem determinar que tipo de intervenção deve-se realizar na Terra; as feministas enxergam a importância das mulheres; os movimentos rurais destacam o papel do campesinato e dos indígenas; os

ambientalistas urbanos, defendem o papel dos movimentos verdes, e assim sucessivamente (GUDYNAS, 2001).

A produção intelectual analisada por Buttel (2000) e Pardo (1998) tendeu, como foi mostrado anteriormente, a enfatizar o movimento ambientalista como um ator chave na busca de soluções para a sustentabilidade social e ambiental. Neste contexto, Gudynas (2001) afirma que ao se privilegiar um ator chave, corre-se o perigo de se negligenciar o papel que desempenham outros atores sociais importantes. E ainda, o que é mais alarmante, ressaltar um único ator como responsável pela missão de conduzir o restante da sociedade a uma mudança ambiental.

Enfim, pode-se perceber que, embora os textos analisados tratem de assuntos tão divergentes, esta literatura tem em mente alguns aspectos relevantes: a ênfase na democracia, no papel do Estado como regulador das ações sociais e, por fim, a participação de atores diferenciados no processo de mudança ambiental.

5. Considerações finais

Tendo ainda como eixo norteador os trabalhos de Buttel (2000) e Pardo (1998), pode-se destacar algumas conclusões.

Um aspecto que pode-se concluir está no fato da produção analisada não superestimar um único ator social para a mudança ambiental. Pelo contrário, as enfatizar os processos participativos, a democracia, os espaços públicos, não está-se restringindo a mudança a nenhum ator e sim aos vários atores sociais que compõem a sociedade e que respondem a diferentes interesses. Ou, dito de uma outra forma, pode-se afirmar que a produção intelectual analisada acabou enfatizando a cidadania e os processos participativos, assim como a pluralidade de atores-chaves como aqueles capazes de transformar a sociedade atual rumo a uma sociedade calcada na sustentabilidade. Mas uma questão fica em aberto: tal como a sociologia analisada por Buttel (2000) e Pardo (1998), a sociologia ambiental latino-americana não tendeu a superestimar os processos participativos e a democracia como propulsores de melhorias ambientais?

Nota-se na análise desta literatura um aspecto importante. Ao se enfatizar a democracia e os processos participativos, esta está enfatizando que o problema socioambiental nada mais é que um problema político e de exercício de poder. Isto é, a solução dos problemas socioambientais não depende somente do alcance de um crescimento econômico nem de uma melhor compreensão científica e um planejamento eficiente para a minimização destes problemas, mas sim da superação de conflitos decorrentes de uma má distribuição e da criação de formas de participação dos processos decisórios, que afetam diretamente a qualidade de vida da população. Neste sentido, do ponto de vista metodológico, pode-se ressaltar que a produção analisada tendeu a filiar-se a uma perspectiva construtivista, que tem como foco os processos sociais, políticos e culturais onde as condições ambientais são definidas.

Em outros momentos, nota-se claramente uma tendência para a teoria da modernização ecológica (Mol e Spaargaren) que, como ressaltou-se em capítulo anterior, é corrente teórica

relevante para os estudos sobre qualidade de vida na sociologia internacional. Da mesma forma, a teoria da sociedade de risco influencia de forma significativa a produção intelectual latino-americana.

Por fim, pode-se concluir com a caracterização de um *ethos* particular da produção intelectual latino-americana, que reside no fato desta propor soluções para os problemas socioambientais, tendo uma visão mais otimista dos processos de melhora ambiental, muito embora as condições socioambientais possam trazer uma onda de pessimismo. Não afirma-se que esta produção não foi crítica. Afirma-se somente que, apesar de vivenciarem e refletirem sobre os graves problemas latino-americanos, tentam sempre colocar sugestões de melhorias que refletiriam na qualidade de vida humana.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, T; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- ALIMONDA, H. (org.). **Ecología política: naturaleza, sociedad y utopía**. Buenos Aires: CLACSO, 2002.
- BARBOSA, S. R. C. S. Ambiente, qualidade de vida e cidadania. Algumas reflexões sobre regiões urbano-industriais. In: HOGAN, Daniel; VIEIRA, Paulo (orgs.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- _____. **Qualidade de vida e suas metáforas**. 1996. Tese (Doutorado em ciências sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.
- _____. **Qualidade de vida e ambiente: uma temática em construção. A temática ambiental e a pluralidade dos ciclos de seminários do NEPAM**. UNICAMP. Campinas, 1998.
- _____. **Qualidade de vida e subjetividade em sociedades complexas**. **RBSE**, João Pessoa, n.6, v.2, dez. 2003. Disponível em:< <http://www.rbse.rg3.net>>. Acesso em: 15 set. 2004.
- BARKIN, D. El desarrollo autónomo: un camino a la sostenibilidad. In: ALIMONDA, H. (org.). **Ecología política: naturaleza, sociedad y utopía**. Buenos Aires: CLACSO, 2002.
- BECK, U. **Risk society**. Towards a new modernity. London: Sage, 1992.
- _____. De la sociedad industrial a la sociedad del riesgo. Cuestiones de supervivencia, estructura social e ilustración ecológica. In: RODRÍGUEZ-IBÁÑEZ, José E. **Revista de Occidente**. Madrid, n.150, 1993.
- _____. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony et al. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

BUARQUE, C. Qualidade de vida: a modernização da utopia. **Lua Nova**. Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 31, 1993.

BUTTEL, F. A sociologia e o meio ambiente: um caminho tortuoso rumo à ecologia humana. **Perspectiva**. Revista de Ciências Sociais. São Paulo, v. 15, 1992.

_____. Sociologia ambiental, qualidade ambiental e qualidade de vida: algumas observações teóricas. In: HERCULANO, Selene et al (orgs.). **Qualidade de Vida e Riscos Ambientais**. Rio de Janeiro: EDUFF, 2000.

CARMO, R. **População, meio ambiente e qualidade de vida: o caso de Campinas (1970-1991)**. 1995. Dissertação (Mestrado em sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

CATTON, W; DUNLAP, R. Environment sociology: a new paradigm. **The American sociologist**. Vo. 13, n.1, february. Washington, D.C.

COMISSÃO GULBENKIAN. **Para abrir as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1996.

COMTE, A. **Discurso sobre o espírito positivo**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

CONDORCET, J.A .N. C. **Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano**. Campinas: Unicamp, 1993.

CROKER, D. Qualidade de vida e desenvolvimento: o enfoque normativo de Sen e Nussbaum. **Lua Nova**. Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 31, 1993.

DUNLAP, R. The evolution of environmental sociology: a brief history of American experience. In: REDCLIFT, M; WOODGATE (editors). **The international handbook of environmental sociology**. Cheltenham, UK. Northampton, MA, USA, 1997.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

DUVIGNAUD, J. **Durkheim**. Lisboa: Edições 70, 1979.

FERREIRA, Leila; FERREIRA, Lúcia. Limites ecossistêmicos: novos dilemas e desafios para o estado e para a sociedade. In: HOGAN, Daniel; VIEIRA, Paulo (orgs.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

_____. A busca de alternativas de sustentabilidade no poder local. In: FERREIRA, L; VIOLA, E. (org.s). **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

_____. Sustentabilidade e democracia no poder local. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, ano 1, n. 1, 1997.

_____. **Sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 1998.

_____. Indicadores político-institucionais de sustentabilidade: criando e acomodando demandas públicas. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, ano 3, n.6 e 7, 2000.

_____. Sociologia ambiental, teoria social e a produção intelectual no Brasil. **Revista Idéias**, Campinas, ano 8, n.2, 2001.

FOLLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

FREY, K. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, ano 4, n.9, 2001.

FUKS, M. Do discurso ao recurso: uma análise da proteção judicial ao meio ambiente do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, L; VIOLA, E. (org.s). **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.

_____. et al. **Modernização reflexiva – política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

_____. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002a

_____. **Mundo em descontrole**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002b.

GIULIANI, G. Sociologia e ecologia: um diálogo reconstruído. **Revista Dados**. Rio de Janeiro, ano 1, vol 14, 1998.

GLIGLO, N. **La dimensión ambiental en el desarrollo de América Latina**. Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Santiago de Chile, 2001.

GUIMARÃES, R. A assimetria dos interesses compartilhados: América Latina e a agenda global do meio ambiente. In: LEIS, H (org.). **Ecologia e política mundial**. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

_____. Modernidad, médio ambiente y etica: un nuevo paradigma de desarrollo. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, ano 1, n.2, 1998.

_____. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, G; SILVA, M.; DINIZ, N. (orgs.). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. La etica de la sustentabilidad y la formación de politicas de desarrollo. In: ALIMONDA, H. (org.). **Ecología política: naturaleza, sociedad y utopía**. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

GUDYNAS, E. Actores sociales y ambitos de construcción de políticas ambientales. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, ano 3, n.8, 2001.

_____. **Ecología, economia y etica del desarrollo sustentable**. Buenos Aires: Ediciones Marina Vilte, 2002.

GUIVANT, J. A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. **ANPOCS BIB**, Rio de Janeiro, n.46, 1998.

HANNIGAN, J. **Environmental sociology. A social constructionist perspective**. London and New York.: Routledge, 1995.

HERCULANO, S. Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz. In: GOLDENBERG, M (coord.). **Ecologia, ciência e Política**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

_____. A qualidade de vida e seus indicadores. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, ano 1, n. 2, 1998.

_____. Sociologia ambiental: origens, enfoques metodológicos e objetivos. In: **Revista Mundo e Vida**. Niterói, ano 1, v.1, 2000.

_____ ; PORTO, M; FREITAS; C. **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Rio de Janeiro: EDUFF, 2000.

HERMAN, A. **A idéia de decadência na história ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

HIRSCHMAN, A. A economia política do desenvolvimento latino-americano: sete exercícios de retrospectiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.3, v.1, 1987.

HOGAN, D. J.; VIEIRA, P.V. **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. 2.ed. Campinas: editora da Unicamp, 1995.

IANNI, O. **Sociologia da sociologia latino-americana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

_____. **A idéia de América Latina**. Primeira versão, n. 13, IFCH, Unicamp, 1990.

JACOBI, P. A percepção de problemas ambientais urbanos em São Paulo. **Lua Nova**, n.31, 1993.

LEIS, H. (org.). **Ecologia e política mundial**. Rio de Janeiro: FASE/Vozes, 1991.

LEFF, E. Sobre el concepto de racionalidad ambiental. **Formación ambiental**. Madrid, PNUMA, v. 4, n. 7, 1993.

_____. Los nuevos actores sociales Del ambientalismo mexicano. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, ano 1, n.2, 1998.

_____. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. In: PHILLIPE, A et al (orgs.). **Interdisciplinaridade em ciências ambientais**. São Paulo: Signus editora, 2000.

_____. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LOBÃO, A. **Progresso e capitalismo**. 1998. Dissertação (Mestrado em geociências) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

LÖWY, M. A Escola de Frankfurt e a modernidade. **Novos Estudos Cebrap**, n. 32, 1992.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: HUCITEC, 1993

_____. **Manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

MOL, A. A globalização e a mudança dos modelos de controle de poluição industrial: a teoria da modernização ecológica. In: HERCULANO et al (orgs.). **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Rio de Janeiro: EDUFF, 2000.

NISBET, R **História da idéia de progresso**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

OPHULS, W. **Ecology and politics of scarcity**. San Francisco: Freeman, 1973.

ORTIZ, R. **As ciências sociais e o trabalho intelectual**. São Paulo: Olho d'água, 2002.

PÁDUA, J. A. **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1987.

PARDO, M. Sociología y medioambiente: estado de la cuestión. **Revista Internacional de Sociología**. Córdoba, n. 19-20, 1998. Disponível em: <<http://www.unavarra.es/personal/mpardo/pdf/03estado.PDF>> . Acesso em: 15 jul. 2004.

COLEÇÃO da Revista Brasileira de Ciências Sociais. 1 CD-ROM, 2002.

RODRÍGUEZ-IBÁÑEZ, J. Hacia un nuevo marco teórico. **Revista de Occidente**, Madrid, n. 150, 1993.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SPAARGAREN, G. Ecological modernization theory and the changing discourse on environment and modernity. In: SPAARGAREN, G; BUTTEL, F (editors). **Environment and global modernity**. London: Sage Studies, 2000.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

Apêndices

Periódicos

Ambiente & Sociedade

Autor: VIOLA, Eduardo

Título: O GEF e o Brasil: institucionalidade e oportunidades de financiamento.

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano I, n. 1, 2º semestre de 1997.

Pequeno resumo do texto: O autor aponta neste texto os problemas ambientais globais que geram degradação global. Para a resolução destes problemas, surgiu no contexto internacional um grande número de instituições para a governança do ambiente global (Convenções para a Proteção da Camada de Ozônio, para a Mudança Climática, Agenda 21). Dentro destas instituições situa-se o GEF (Global Environment Facility), como produto de um acordo entre países ricos doadores para organizar e coordenar esforços para a proteção do ambiente global. O texto analisa a degradação socioambiental global e os poucos recursos provenientes do GEF para a promoção do desenvolvimento econômico e social baseado na sustentabilidade ambiental.

Estratégias: Estratégias nacionais para um maior relacionamento com o GEF – no caso poderíamos dizer que uma estratégia seria melhores relações internacionais para a busca de recursos.

Autor: VIGEVANI, Tullo

Título: Meio ambiente e relações internacionais: a questão dos financiamentos.

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano I, n.1, 2º semestre de 1997.

Pequeno resumo do texto: O autor aponta a tensa relação entre a questão ambiental e as relações internacionais dentro do contexto da globalização. Analisa um quadro de degradação devido à incapacidade dos países em aproveitar os seus próprios potenciais (no caso do Brasil o conhecimento local e os seus recursos naturais).

Estratégias: A melhora viria com a maior capacidade de barganha por financiamento e recursos tecnológicos para o financiamento do desenvolvimento sustentável – no caso, como no texto acima, um melhor relacionamento internacional

Autor: FERREIRA, Leila da Costa

Título: Sustentabilidade e democracia no poder local.

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano I, n.1, 2º semestre de 1997.

Pequeno resumo do texto: Este texto tem como objetivo analisar a busca de alternativas de sustentabilidade no poder local através do estudo da formulação e implementação de políticas públicas de algumas prefeituras do Estado de São Paulo. Aponta a degradação socioambiental (crescimento das cidades, poluição urbana), mas acredita que houve um avanço no que diz respeito às políticas municipais de meio ambiente.

Estratégias: A melhora certamente viria através de uma gestão integrada e sistêmica e gestão democrática das cidades, planejamento urbano e direito à cidadania.

Autor: MUELLER, Charles C.

Título: Problemas ambientais de um estilo de desenvolvimento: a degradação da pobreza no Brasil.

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano I, n.1, 2º semestre de 1997.

Pequeno resumo do texto: O autor faz uma análise de alguns problemas socioambientais decorrentes de um estilo de desenvolvimento excludente e predatório, que realça a desigualdade social e a concentração da população nos grandes centros urbanos e que acarreta problemas ambientais de saúde ligados as deficiências de serviços públicos (abastecimento de água, saneamento básico e coleta de lixo).

Estratégias: Abastecimento de água, saneamento básico e tratamento de lixo, para a redução da miséria e melhorias no ambiente físico.

Autor: GIOVANINNI, Fábio.

Título: A democracia é boa para o ambiente?.

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano I, n.1, 2º semestre de 1997.

Pequeno resumo do texto: O autor faz neste artigo uma análise da democracia enquanto propiciadora de sustentabilidade. Para Giovannini, o tema requer uma revolução cultural e uma prática democrática diferente do que vivemos. Segundo o autor, a degradação do ambiente vem acompanhada da degradação da democracia. O autor defende a importância da democracia para o ambiente.

Estratégias: A prática de uma nova democracia.

Citações relevantes:

O ambiente necessita da democracia e das instituições, uma vez que sua proteção necessita de intervenções orgânicas, competências coordenadas, consenso ativo, portanto, uma rica rede de sedes institucionais. A questão ambiental exige que a coletividade desenvolva uma capacidade de controle sobre tecnologias, as quais, se confinadas à mera lógica do mercado podem produzir prejuízos irreparáveis e, muitas vezes inimagináveis, para a vida e para a saúde do planeta (GIOVANINI, 1997, p.108).

É necessária, portanto, uma nova circulação de baixo para cima, da periferia para o centro, com um papel ativo das autonomias locais na programação (GIOVANINI, 1997, p.111).

Nem todas as democracias são boas para o ambiente, somente uma democracia territorial capaz de assumir a democracia social pode beneficiar o ambiente (GIOVANINI, 1997, p.111).

Autor: BRÜSEKE, Franz

Título: Risco social, risco ambiental, risco individual

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano I, n.1, 2º semestre de 1997.

Pequeno resumo do texto: O autor faz uma análise da temática do risco, mostrando algumas deficiências da teoria do risco de Beck. Segundo Brüseke (1997), Beck não se atém aos perigos que provém das forças do bem e do culto das forças originárias, como mostra Loparic.

Comentários: É um texto bastante teórico, onde não podemos identificar estratégias para a promoção da qualidade de vida.

Autor: SANTOS, Laymert Garcia dos

Título: A biodiversidade e a questão dos direitos intelectuais

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano I, n.1, 2º semestre de 1997.

Pequeno resumo do texto: Este artigo aponta as diferentes posições tomadas pelos diversos atores (governos, cientistas, indústrias) no debate sobre biodiversidade. Segundo Garcia (1997), a concepção de Direitos Intelectuais Coletivos, que tem como intuito proteger o conhecimento das comunidades tradicionais, foi criada para expandir a noção de Direitos de Propriedade Intelectual, amplamente defendida pelos EUA. Segundo o autor a situação brasileira atende aos interesses industriais.

Estratégias: Mais informações científicas sobre o assunto para ONG's e governos.

Autor: GUIMARÃES, Roberto P

Título: Modernidad, medio ambiente y etica: un nuevo paradigma de desarrollo.

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano I, n.2, 1º semestre de 1998.

Pequeno resumo do texto: Guimarães aponta neste texto a crise de civilização e do estilo de desenvolvimento na qual vivemos, enfatizando os países periféricos, principalmente da América Latina.

Estratégias: Um novo estilo de desenvolvimento, baseado em valores éticos, necessários para a busca da qualidade de vida

Autor: NORGAARD, Richard B.

Título: A improvisação do conhecimento discordante.

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano I, n.2, 1º semestre de 1998.

Pequeno resumo do texto: O autor faz neste texto uma análise do discurso da sustentabilidade comparando-o com uma orquestra desafinada, onde cada instrumento chama para si a atenção. Mostra a crença na harmonia da orquestra, ditada pelo ideal moderno mas que, com a emergência dos problemas complexos, como o ambiental, esta harmonia se desmorona, surgindo o que o autor chama de “improvisações”, que são tentativas multidisciplinares de responder as questões sociais e ambientais.

Estratégias: Emergência do conhecimento interdisciplinar

Autor: LEIS, Héctor R.

Título: Espiritualidade e globalização na perspectiva do ambientalismo

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano I, n.2, 1º semestre de 1998.

Pequeno resumo do texto: Este texto mostra a evolução do ambientalismo nos anos 90, destacando principalmente suas dimensões global e espiritual. Exemplo desta evolução é a Rio-92. No campo espiritual, Leis destaca a importância das experiências religiosas na constituição do ambientalismo, apesar da responsabilidade histórica do cristianismo na agudização da crise. O autor destaca a constituição de um espaço público local com a Rio-92 e sua relativa capacidade de gerar consensos.

Estratégias: O autor destaca o papel da espiritualidade nos cumprimentos éticos para com o meio ambiente.

Comentários adicionais: O autor pouco enfatiza a degradação e se mostra muito otimista quanto aos processos de melhora.

Citações relevantes:

[...] o ponto mais alto dos acontecimentos de junho de 1992 foi o encontro de várias culturas e setores da sociedade mundial, produzindo consensos sobre a crise socioambiental global que excediam às regras e possibilidades de ação dos setores sistêmicos tradicionais d mercado e da política.(LEIS, 1998, p.43).

Autor: LEFF, Enrique

Título: Los nuevos actores del ambientalismo en el medio rural mexicano.

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano I, n. 02, 1º semestre de 1998

Pequeno resumo do texto: Neste texto Leff (1998) aponta o movimento rural no México como um dos portadores de uma nova democracia, a democracia ambiental, construindo conseqüentemente uma nova ordem social e uma nova racionalidade produtiva. Neste sentido, avançam para a legitimação de valores como sustentabilidade, democracia, direitos humanos e étnicos. A democracia ambiental é fundada na participação direta da cidadania na tomada de decisões que afetam a qualidade de vida. Para a concretização desta democracia, é necessária a inserção de um Estado forte para normatizar os agentes econômicos e sociais.

Estratégias: Uma democracia ambiental

Comentários adicionais: No entender da pesquisa, Leff entende o processo de degradação como resultado de um estilo de desenvolvimento e um sistema político ineficientes no que diz respeito a questão ambiental.

Citações relevantes:

[...] es necesario construir y practicar un concepto de democracia más rico en atribuciones, que habría de pasar de la libertad y transparencia del voto a localizar y arraigar su sentido en las condiciones mismas de la producción, que permitan mantener un sistema productivo vigoroso y participativo, en el que se generen condiciones para erradicar la pobreza y para satisfacer las necesidades y aspiraciones de los diferentes grupos de la población; donde las condiciones de socialización y apropiación de los recursos productivos permitan reducir la desigualdad de oportunidades y de ingresos (LEFF, 1998, p.64).

Autor: HERCULANO, Selene.

Título: Qualidade de vida e seus indicadores

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano I, n.2, 1º semestre de 1998

Pequeno resumo do texto: Neste texto Herculano faz uma análise do conceito de qualidade de vida e seus problemas de mensuração, onde a autora propõe o uso do conceito de qualidade de vida para se obter o mesmo efeito teórico articulador do conceito de exclusão social

Estratégias: Diante de um quadro de degradação socioambiental, o uso de indicadores é importante para a orientação de políticas voltadas ao bem-estar.

Autor: GUIVANT, Júlia

Título: Conflitos e negociações nas políticas de controle ambiental: o caso da suinocultura em Santa Catarina.

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano I, n.2, 1º semestre de 1998.

Pequeno resumo do texto: Guivant (1998) faz neste texto uma análise do processo de implantação do programa Expansão da Suinocultura e Tratamento de seus Dejetos, que consolida uma visão produtivista da suinocultura e uma visão tecnocrática da poluição, que correspondem os valores que controlam e se beneficiam deste programa (agroindústrias e cooperativas). Há, segundo a autora, uma distância dos demais atores sociais e um prejuízo da situação da agricultura familiar.

Estratégias: Apesar dos problemas apontados, a autora ressalta que a região possui condições favoráveis para estabelecer fóruns para o debate da integração do controle ambiental com as estratégias de reconversão da agricultura familiar

Autor: BECKER, Joachim; RAZA, Werner

Título: Theory of regulation and political ecology: Na inevitable separation?.

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano II, n.5, 2º semestre de 1999

Pequeno resumo do texto: Este texto tem como objetivo a integração entre ecologia política e teoria da regulação, confrontando com a posição teórica de Alain Lipietz, que afirma que estas duas áreas não são associáveis. O texto apresenta uma outra forma de associar as duas abordagens: a partir da relação social frente a natureza, ou a restrição ecológica.

Estratégias: É um texto de discussão estritamente teórica.

Autor: FOLADORI, Guillermo

Título: Sustentabilidad ambiental y contradicciones sociales

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano II, n.5, 2º semestre de 1999

Pequeno resumo do texto: O autor faz neste texto uma crítica as medições de sustentabilidade, por estas não abarcarem como um problema ambiental as contradições sociais. Segundo Foladori (1999), ao considerar a sociedade humana como unidade frente a natureza externa, os autores e as formulações teóricas e práticas tendem a ocultar as contradições sociais que, muitas vezes, são as causas dos problemas ambientais

Estratégias: eliminação das contradições sociais.

Autor: BEGOSSI, Alpina

Título: Caiçaras, caboclos and natural resources: rules and scale patterns.

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano II, n.5, 2º semestre de 1999

Pequeno resumo do texto: Este trabalho analisa como populações nativas brasileiras, em especial os caiçaras da Mata Atlântica e os caboclos da Amazônia tem interagido, em relação as demandas ambientais, com as instituições regionais, nacionais e globais. Segundo a autora, a sustentabilidade destes grupos depende da interação destes com as instituições locais e globais. As populações que interagem tendem a ter maior chance de continuidade ecológica e cultural. Comparando os dois casos a autora afirma que os caboclos da Amazônia teriam maior capacidade de continuidade ecológica e cultural, pois possuem maior interação, o que não acontece com o caso dos caiçaras da Mata Atlântica. Ou seja, estes últimos teriam maior tendência a degradação socioambiental.

Estratégias: Maior interação das comunidades com as instituições locais e globais.

Autor: PANZUTTI, Nilce Migueles

Título: Impureza e perigo para os povos da floresta.

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano II, n.5, 2º semestre de 1999

Pequeno resumo do texto: Este texto tem o intuito de discutir as associações que são feitas entre concepções de abjeção de uma sociedade e diferenciação de sexos; estados fisiológicos da mulher e da natureza; estados de transição e poder. A autora recorre a dois autores (Almeida, 1992 e Da Matta, 1977), que abordaram em seus estudos os complexos de panema e reima em duas sociedades florestais. O estudo aponta para o caráter simbólico e a sua eficácia no estabelecimento de limites, fronteiras, hierarquias e controle social.

Estratégias: Neste texto não foi encontrada estratégias para os problemas socioambientais.

Autor: ARRUDA, Rinaldo

Título: “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação.

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano II, n.5, 2º semestre de 1999

Pequeno resumo do texto: Este texto tem o intuito de analisar a pretensa oposição entre populações tradicionais e conservação dos recursos naturais. Para tanto, avalia as características das leis de preservação ambiental vigentes no Brasil, que se centra na criação de Unidades de Conservação, restritas à ocupação humana. Enfatiza a degradação decorrente da expulsão das populações das suas terras, e passam a ter atitudes antiecológicas para garantir a própria sobrevivência.

Estratégias: Inclusão das populações rurais no conceito de conservação e investimentos na identidade e valorização do saber, na melhoria das condições de vida e garantir a participação destas populações na tomada de decisões.

Autor: PEDLOWISKI, Marcos; DALE, Virginia; MATRICARDI, Eraldo.

Título: A criação de áreas protegidas e os limites da conservação ambiental em Rondônia.

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano II, n.5, 2º semestre de 1999

Pequeno resumo do texto: Este texto tem como objetivo analisar o processo de criação e proteção de Unidades de Conservação no Estado de Rondônia, que tem o apoio do Banco Mundial para os

programas de desenvolvimento regional. O texto faz uma análise histórica do processo de criação destas UC's, apontando as limitações institucionais e de capital social que comprometem a conservação ambiental, concluindo que grandes investimentos não garantem a proteção dos ecossistemas.

Estratégias: Maior envolvimento das comunidades locais e da sociedade civil no processo de conservação ambiental.

Autor: VARGAS, Marcelo Coutinho

Título: O gerenciamento integrado dos recursos hídricos como problema socioambiental.

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano II, n.5, 2º semestre de 1999

Pequeno resumo do texto: Este texto busca analisar os múltiplos aspectos referentes a água enquanto importante recurso socioambiental, ao qual atribuímos valor social e econômico e que é, ao mesmo tempo, alvo de disputas e conflitos políticos. O autor aponta a melhora ambiental pois hoje há uma maior racionalização do uso da água, no gerenciamento, na proteção de mananciais e na conservação dos recursos hídricos, em contraponto ao modelo antigo de exploração da água.

Estratégias: Como podemos perceber com o resumo acima, uma estratégia posta em prática foi o melhor gerenciamento de recursos.

Autor: LIMA, Gustavo da Costa

Título: Questão ambiental e educação: contribuições para o debate.

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano II, n.5, 2º semestre de 1999

Pequeno resumo do texto: Este trabalho faz uma análise da relação educação e ambiente, através da análise de algumas propostas educacionais. As propostas dominantes tendem a enfatizar os aspectos técnicos e biológicos da questão ambiental, deixando encobertas as dimensões políticas e éticas. Para o autor estas práticas tornam a educação ambiental conservadora, despolarizada e insustentável

Estratégias: Uma educação ambiental crítica.

Autor: ALTVATER, Elmar

Título: Restructuring the space of democracy. The effects of capitalist globalization and the ecological crisis on the form and substance of democracy

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano II, n. 3 e 4, 2º semestre de 1998 e 1º semestre de 1999.

Pequeno resumo do texto: Este texto faz uma análise do processo de globalização e da crise ecológica no que diz respeito à questão democrática e aos novos atores envolvidos na problematização do meio ambiente e da sua inserção no interior da agenda social global.

Estratégias: Segundo o autor, a sustentabilidade ecológica precisa da participação social e a globalização de uma governança global

Autor: NAREDO, José Manuel

Título: Cuantificando el capital natural. Más allá del valor

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano II, n. 3 e 4, 2º semestre de 1998 e 1º semestre de 1999.

Pequeno resumo do texto: O autor propõe neste texto metodologias capazes de avaliar os processos econômicos a partir dos recursos físicos, analisando a distribuição de recursos e dos resíduos não somente a partir de instrumentos monetários e valores financeiros quantificáveis. Segundo o autor, a conceituação tradicional de valor da economia é um obstáculo para avaliar sustentabilidade a partir dos custos físicos.

Estratégias: Mudanças éticas e institucionais para promover mudanças nos processos de valoração para uma sociedade mais sustentável.

Autor: GUDYNAS, Eduardo

Título: Los limites de la mensurabilidad de la naturaleza.

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano II, n. 3 e 4, 2º semestre de 1998 e 1º semestre de 1999.

Pequeno resumo do texto: Este texto analisa alguns aspectos da pretensão de se medir a natureza. Para o autor, a natureza é imensurável.

Estratégias: O problema da mensuração da natureza deve ser remediado com a politização das discussões e na busca de uma ética ambiental.

Citações relevantes:

No se dispone de ningún tipo de medida que pueda describir acertadamente a todos los aspectos propios de la composición, estructura y dinámica de un ecosistema. La pretensión de su mensura lleva a problemas metodológicos, esconde el propósito de la manipulación y control, reduciendo los espacios de discusión social (GUDYNAS, 1999, p.76).

Autor: BOEHMER-CHRISTIANSEN, Sonja

Título: Globalização e 'valor de vidas humanas': implicações políticas para os países em desenvolvimento (a polêmica do IPCC).

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano II, n. 3 e 4, 2º semestre de 1998 e 1º semestre de 1999.

Pequeno resumo do texto: Este texto enfoca o IPCC (Painel Internacional de Mudanças Climáticas) e suas implicações políticas nas estratégias dos países em desenvolvimento, principalmente no que diz respeito ao debate sobre o valor de vidas humanas.

Estratégias: Para a melhora ambiental dos países em desenvolvimento, a autora ressalta a importância de se considerar as desigualdades internas nos países a questão da justiça econômica.

Autor: HORIKAWA, Saburo.

Título: A doença de Minamata: problemas remanescentes e novas tendências de estudo.

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano II, n. 3 e 4, 2º semestre de 1998 e 1º semestre de 1999.

Pequeno resumo do texto: O autor faz neste texto uma análise histórica e sociológica da doença de Minamata, apontando as dificuldades dos atingidos em serem reconhecidos e indenizados tanto pelo Estado quanto pela empresa poluidora. O autor enfatiza a degradação, mostrando a

dimensão social da doença, apontando a falta de respeito aos direitos humanos básicos dos atingidos pela poluição.

Estratégias: nenhuma

Comentários: Como podemos notar, o autor não aponta nenhuma estratégia para as condições de vida da população. É um artigo fortemente alarmante e pessimista

Autor: ANDRADE, Thales

Título: Cultura do espetáculo e a estetização do ambiente.

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano II, n.3 e 4, 2º semestre de 1998 e 1º semestre de 1999.

Pequeno resumo do texto: O objetivo deste texto é lançar um olhar sobre a estetização do debate que envolve a natureza. Para o autor, a questão ambiental se configura na sociedade moderna enquanto um espetáculo.

Estratégias: nenhuma

Comentários: O texto não oferece nenhuma estratégia para a promoção da qualidade de vida. Acreditamos que seja devido ao fato do tema não propiciar muito este debate.

Autor: DRUMMOND, José Augusto

Título: A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo.

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano II, n. 3 e 4, 2º semestre de 1998 e 1º semestre de 1999.

Pequeno resumo do texto: Este texto analisa as características e efeitos de algumas leis, decretos e regulamentos de caráter ambiental emitidas pelo governo brasileiro entre 1934-1988, discutindo a inserção constitucional da questão ambiental. Para o autor, a legislação existe, mas pouco é cumprida.

Estratégias: Maior participação social e um maior grau de permeabilidade democrática nos órgãos regulatórios.

Autor: HOGAN, Daniel; CARMO, Roberto L.; ALVES, Humberto P. F.; RODRIGUES, Izilda A..

Título: Sustentabilidade no Vale do Ribeira (SP): conservação ambiental e melhoria das condições de vida da população. Publicação:

Pequeno resumo do texto: Ambiente & Sociedade, ano II, n. 3 e 4, 2º semestre de 1998 e 1º semestre de 1999.

Estratégias: Para os autores, há a possibilidade de desenvolvimento sustentável na região, a partir de investimentos em educação, nas unidades de conservação, na infra-estrutura rodoviária, no comércio de Registro, para que se torne um pólo regional de desenvolvimento

Autor: GARCIA, Maria Alice

Título: Convergências entre controle químico, biológico e biotecnologia para o manejo de plantas invasoras: reflexões sobre ciência e tecnologia.

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano II, n. 3 e 4, 2º semestre de 1998 e 1º semestre de 1999.

Pequeno resumo do texto: A autora faz uma análise do aumento desproporcional do nº de trabalhos e pesquisas direcionados à produção de microherbicidas para o controle de plantas invasoras em comparação com outras opções de controle biológico. A autora expõe, neste sentido, um quadro de degradação socioambiental, pois estes insumos causam riscos à saúde humana e ao meio ambiente e há poucos investimentos para o desenvolvimento de tecnologias voltadas para a agroecologia.

Estratégias: Redirecionamento do desenvolvimento científico e tecnológico, menos voltado para o mercado.

Autor: LEFF, Enrique

Título: Tiempo de sustentabilidad

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano III, n.6 e 7, 1º e 2º semestre de 2000.

Pequeno resumo do texto: O autor faz uma análise da crise socioambiental decorrente dos ideais da modernidade, apontando os limites desta última no final do século XX. Mostra a degradação socioambiental e a crise civilizatória .

Estratégias: Contudo, mostra-se otimista em relação as possibilidades de sustentabilidade. Isto requer a saída do mercado e da tecnologia do cenário dominante.

Citações relevantes:

La sustentabilidad del desarrollo anuncia el límite de la racionalidad económica, proclamando los valores de la vida, la justicia social y el compromiso con las generaciones venideras (LEFF, 2000, p.05).

Autor: FERREIRA, Leila da Costa

Título: Indicadores político-institucionais de sustentabilidade: criando e acomodando demandas públicas.

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano III, n. 6 e 7, 1º e 2º semestre de 2000.

Pequeno resumo do texto: O objetivo deste trabalho é analisar algumas experiências no nível do poder local, através do estudo da formulação e implementação de políticas públicas ambientais de alguns municípios brasileiros. A autora aponta o quadro de degradação das cidades brasileiras decorrentes do processo de urbanização, empobrecimento e carências sociais. Contudo, aponta um aparelhamento do Estado no que diz respeito à questão ambiental.

Estratégias: Para que estas políticas ambientais se viabilizem de forma mais eficaz, a autora ressalta a importância da participação social e da democracia no processo de formulação, implantação e viabilização das políticas ambientais municipais.

Autor: ZHOURI, Andréa

Título: Transnational campaigns for the Amazon: NGO strategies, trade and official responses.

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano III, n. 6 e 7, 1º e 2º semestre de 2000.

Pequeno resumo do texto: Este artigo discute as origens, o desenvolvimento e as diferentes estratégias empregadas na campanha do mogno, a relação entre as ONG's brasileiras e internacionais, como também as reações do comércio madeireiro e do governo federal. A análise apresenta ainda as diferentes formas em que a Amazônia é compreendida e projetada no espaço global e que muitas vezes camufla a realidade social local.

Estratégias: É um texto que não aponta estratégias e que ressalta muito os aspectos negativos da exploração madeireira na Amazônia.

Autor: TAVOLARO, Sérgio B. F.

Título: Sociabilidade e construção de identidades entre antropocêntricos e ecocêntricos.

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano III, n^{os} 06 e 07, 1^o e 2^o semestre de 2000.

Pequeno resumo do texto: O autor faz neste texto uma análise do surgimento do movimento ambientalista dentro do contexto da modernidade, questionando-se a possibilidade sociológica da existência destes movimentos como um produto da modernidade. Utilizando-se da teoria de Habermas, o autor afirma que a visão de mundo secular e a normatividade racionalizada (características proeminentes da modernidade) não conseguem eliminar da sociedade concepções de sociedade alternativas, onde aspectos não-seculares ocupam posição central. Os movimentos sociais seriam portadores de uma "moralidade pós-convencional" que tomam para si a tarefa de significação da totalidade e regida por princípios universais abstratos. Ao apontar a moralidade pós-convencional como pautadoras na normatividade das avançadas democracias ocidentais, o autor está apontando o movimento ambientalista como um fator de melhora.

Estratégias: nenhuma, texto bastante teórico.

Autor: REBÊLO, George; PEZZUTI, Juarez.

Título: Percepções sobre consumo de quelônios na Amazônia. Sustentabilidade e alternativas ao manejo atual.

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano III, n^{os} 06 e 07, 1^o e 2^o semestre de 2000.

Pequeno resumo do texto: Este estudo faz uma análise da caça e pesca extrativa de quelônios na Amazônia e as percepções de consumo. A caça e a pesca indiscriminada fez com que diminuíssem, ao longo do tempo, o nº de quelônios na região.

Estratégias: A melhora ambiental viria com o consumo sustentável dos quelônios, através do cadastramento de produtores e comerciantes; na elaboração de propostas de regulamentação do manejo; o estabelecimento de sistemas de monitoramento da produção; e, por fim, o estímulo a pesquisas acadêmicas.

Citações relevantes:

Sem a alternativa do manejo sustentável, o uso extrativista de quelônios na Amazônia se tornou uma questão ainda mais intrincada e de difícil solução, onde os sinais mais evidentes da injustiça social e do desastre ambiental são o afastamento cada vez maior dos moradores rurais da cidadania (no rumo da exclusão social), o contrabando imoral que contribui com o enriquecimento dos grandes comerciantes, e o esgotamento dos estoques naturais, que é percebido pelos próprios extrativistas, independentemente do discurso presente na mídia sobre extinções e proteção à natureza (REBÊLO & PEZZUTI, 2000, p.88).

Autor: FOLLEDO, Manuel.

Título: Raciocínio sistêmico: uma boa forma de se pensar o ambiente

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano III, nºs 06 e 07, 1º e 2º semestre de 2000.

Pequeno resumo do texto: O autor faz neste texto uma incursão preliminar no raciocínio sistêmico.

Estratégias: A melhora viria com o uso do raciocínio sistêmico

Citações relevantes:

[...] se existe alguma chance na recuperação de nosso planeta, ela terá como pressuposto básico uma mudança global de perspectiva com que as pessoas se relacionam com o ecossistema (FOLLEDO, 2000, p.105).

Autor: GUDYNAS, Eduardo.

Título: Actores sociales y ambitos de construccion de politicas ambientales.

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano IV, nº 08, 1º semestre de 2001

Pequeno resumo do texto: O trabalho tem o intuito de oferecer uma análise do papel dos atores sociais na construção de políticas públicas ambientais. O autor analisa a degradação, quando afirma que as propostas ambientais colocam em segundo plano o papel dos atores, ou quando coloca estes atores no papel exclusivo de articulador e responsável da política ambiental.

Estratégias: Estabelecer condições políticas para a maior expressão dos diversos grupos, através do fortalecimento da democracia.

Citações relevantes:

Las posibilidades de generar alternativas sustentivas que modifiquem las relaciones de reproducción económica y apropiación del ambiente son muy pocas, dada la alta capacidad de otros actores sociales de imperdilos y controlarlos (GUDYNAS, 2001, p.17).

Autor: MAGALHÃES Jr. Antonio.

Título: Variáveis e desafios do processo decisório no contexto dos comitês de bacia hidrográfica no Brasil.

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano IV, nº 08, 1º semestre de 2001.

Pequeno resumo do texto: O autor trabalha a gestão de águas no Brasil, a partir da análise dos comitês de bacia hidrográfica. Mostra que a eficácia e o poder de discussão depende da capacidade destes comitês em trabalhar com os interesses locais e problemas conjunturais, o que não corre na prática.

Estratégias: Estes comitês já têm como pressupostos a gestão descentralizada e participativa. Contudo, segundo o autor, para que haja uma efetiva melhora seria necessário uma maior disponibilidade de dados ambientais, investimentos financeiros e uma maior fiscalização ambiental. O autor defende, ainda, a cobrança pelo uso da água.

Autor: TOMMASINO, Humberto; FOLADORI, Guillermo.

Título: (In) certezas sobre la crisis ambiental

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano IV, nº 08, 1º semestre de 2001

Pequeno resumo do texto: Como mostra no próprio título, este texto faz uma incursão nas certezas e incertezas da crise ambiental contemporânea a partir de dois problemas globais: aquecimento global e perda da biodiversidade. Segundo os autores, a atenção dada a esses dois temas camufla os problemas reais e visíveis do Terceiro Mundo, como contaminação de águas, saneamento e pobreza.

Estratégias: Como não há no momento verdades científicas sobre os problemas ambientais, os autores colocam como um fator de melhora ambiental o uso do princípio da precaução

Autor: BRITO, Daniel Chaves

Título: A SUDAM e a crise da modernização forçada: reforma do Estado e sustentabilidade na Amazônia

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano IV, nº 08, 1º semestre de 2001

Pequeno resumo do texto: Este texto centra-se no estudo da crise da política de desenvolvimento na Amazônia, iniciada nos anos da modernização forçada (ditadura militar). Com o advento da questão ambiental, a SUDAM viu-se na necessidade de criação de uma estrutura que viabilizasse o desenvolvimento em conjunto com o meio ambiente. O autor aponta que o discurso da sustentabilidade permeia as propostas, mas nenhuma delas se efetiva operacionalmente, ressaltando sempre o crescimento econômico.

Estratégias: nenhuma

Citações relevantes:

Por essa razão, se crescimento seguir as necessidades de consumo de matéria e energia ao ritmo cada vez mais curto da realização da valorização do valor, permanecendo os moldes de exclusão social, será difícil estabelecer na Amazônia uma sociedade sustentável (BRITO, 2001, p.86).

Autor: ANDRADE, Thales

Título: Intersecções entre o ambiente e a realidade técnica: contribuições do pensamento de G. Simondon.

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano IV, nº 08, 1º semestre de 2001

Pequeno resumo do texto: Andrade faz uma análise da relação entre técnica e ambiente a partir da leitura que Simondon faz sobre a realidade técnica e discute até que ponto esta é capaz ou incapaz de incluir em seu desenvolvimento a realidade ambiental. Podemos afirmar que o autor aponta um quadro de degradação socioambiental quando afirma, a partir da leitura de Simondon, que a técnica e o ambiente são colonizados pelo industrialismo.

Estratégias: Porém, o autor se mostra otimista quando, com base em Simondon, aponta que o “desenvolvimento sustentável pode ser retomado enquanto operação social que incorpora tanto um sentido técnico de organização como um projeto intergeracional de alocação de recursos”(ANDRADE, 2001, p.92).

Citações relevantes:

O posicionamento de Simondon sobre a dimensão técnica e os efeitos que ela acarreta à sociabilidade e ao ambiente vai em sentido diverso e vale a pena ser retomado. Ele sustentou polêmicas contra os ecologistas do seu tempo, pois eles seriam em muitos casos incapazes de conceber a técnica também enquanto problemática ambiental e igualmente sujeita às ingerências do industrialismo (ANDRADE, 2001, p.93).

Autor: ALEXANDRE, Agripa Faria

Título: Os ecologistas sabem fazer política?.

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano IV, nº 08, 1º semestre de 2001

Pequeno resumo do texto: Este artigo destaca os aspectos filosóficos, históricos e sociais de uma época em que os “verdes” tentam oferecer respostas aos problemas decorrentes de uma crise de participação política, de cultura e de sobrevivência

Estratégias: Para o autor, os ecologistas sabem fazer política, o que significa que estes podem ser considerados figuras de coordenação técnica nos espaços locais e nacionais, promovendo dentro das mais diversas correntes políticas (liberalismo, anarquismo, conservadorismo e marxismo), um espaço de diálogo, de regulação econômica, entre outros aspectos

Autor: GUIMARÃES, Roberto P.

Título: La sostenibilidad del desarrollo entre Rio-92 y Johannesburgo 2002: eramos felices y no sabíamos.

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano IV, no. 09, 2º semestre de 2001

Pequeno resumo do texto: Este texto faz uma análise do processo e caminho do desenvolvimento sustentável na América Latina no período que abrange a Rio-92 até a Conferência de Johannesburgo. O autor aponta que pouco se caminhou para o desenvolvimento sustentável na região, afirmando a existência, em alguns casos, de uma piora das condições socioambientais.

Estratégias: Fortalecimento do Estado e a formulação de um novo paradigma de desenvolvimento, que tenha o ser humano como seu cerne

Autor: ALIMONDA, Héctor.

Título: Inheritance in Comala (remarks on Latin american political ecology and the marxist tradition).

Publicação: Ambiente & Sociedade, n. 09, 2º semestre de 2001

Pequeno resumo do texto: Alimonda traz neste texto algumas perspectivas sobre a ecologia política latino-americana e sua herança fortemente marcada pelo marxismo.

Estratégias: O texto analisado é estritamente teórico e seu tema não permite responder a questão proposta pelo trabalho

Autor: HOGAN, Daniel

Título: Dinâmicas demográficas e mudança ambiental no Brasil

Publicação: Ambiente & Sociedade, n.o 09, 2º semestre de 2001

Pequeno resumo do texto: O texto traça a história e evolução dos estudos sobre ambiente e questão demográfica. Embora as questões amazônica e sobre desmatamento fossem importantes, foram as questões sobre qualidade ambiental urbana que motivaram os especialistas a entrar neste ramo do conhecimento. O autor faz ainda uma análise da dinâmica ambiental nas principais formações ecológicas no Brasil (Cerrado, Mata Atlântica, etc), levando em consideração a sustentabilidade ambiental

Estratégias: Dentro do contexto dos grandes biomas brasileiros, Hogan aponta que, para se buscar qualidade de vida nestas regiões, seria necessário encontrar as vocações econômicas e ecológicas de cada região.

Autor: ANDRADE, José Célio; DIAS, Camila; QUINTELLA, Rogério.

Título: A dimensão político-institucional das estratégias sócio-ambientais: o jogo Aracruz Celulose S.A – índios Tupiniquim e Guarani

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano IV, n.o 09, 2º semestre de 2001

Pequeno resumo do texto: Este artigo tem Por objetivo analisar o processo de formação das estratégias socioambientais da Aracruz Celulose S.A defronte a uma situação específica de conflito/cooperação cujos protagonistas são a empresa e os *stakeholders* socioambientais, os índios Tupiniquim e Guarani.

Estratégias: Gestão dos conflitos.

Autor: MATTEDI, Marcos A.; BUTZKE, Ivani C.

Título: A relação entre o social e o natural nas abordagens de Hazards e de Desastres

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano IV, n.o 09, 2º semestre de 2001

Pequeno resumo do texto: Este artigo tem o objetivo de apresentar as contribuições das pesquisas sobre as “calamidades naturais” para a análise dos problemas ambientais. Segundo os autores, as

teorias de Hazards e Desastres constituem tentativas de explicar a interdependência existente quando um evento físico destrutivo atinge um contexto social vulnerável

Estratégias: Texto teórico, que não responde à questão proposta pela pesquisa.

Autor: FREY, Klaus

Título: A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano IV, n.o 09, 2º semestre de 2001.

Pequeno resumo do texto: Este texto faz uma análise de algumas abordagens políticas que poderiam levar ao desenvolvimento sustentável: a liberal de mercado, a ecológico-tecnocrata e a abordagem política da participação democrática, da qual o autor se filia

Estratégias: Fortalecimento do Estado para a condução de estratégias de desenvolvimento sustentável; criação de identidade em sociedades ainda marcadas pelo autoritarismo; de estruturas democrático-participativas para a formulação de políticas públicas.

Citações relevantes:

[...] a perseguição do desenvolvimento sustentável dentro de uma perspectiva democrática exige, pelo menos por enquanto, um Estado ativo e facilitador. Cabe em particular aos municípios estimular a participação e o engajamento cívico, sendo este imprescindível para avançar no fortalecimento da consciência ecológica, e promover desta forma os fundamentos para implementação de um outro modelo de desenvolvimento consentâneo com as necessidades de uma sociedade sustentável (FREY, 2001, p.28).

Autor: OSTROM, Elinor

Título: Reformulando a teoria sobre o uso comum de recursos

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano V, no. 10, 1º semestre de 2002

Pequeno resumo do texto: Neste texto Ostrom faz uma reformulação da teoria sobre o uso comum de recursos, apontando que a teoria convencional afirma que os usuários não poderão se liberar da tragédia das comunidades. No entanto, segundo a autora, o desempenho das mais

diversas comunidades varia e um número maior de usuários tem se auto-organizado para a utilização dos recursos comuns.

Estratégias: Aqui a autora enfatiza a melhora ambiental, quando mostra que as comunidades têm a capacidade de se auto-organizarem.

Autor: DRUMMOND, José Augusto

Título: Natureza rica, povos pobres? – Questões conceituais e analíticas sobre o papel dos recursos naturais na prosperidade contemporânea

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano V, no. 10, 1º semestre de 2002

Pequeno resumo do texto: O objetivo deste texto é analisar algumas formulações teóricas que direcionam pesquisas empíricas destinadas a testar a hipótese de coincidência entre recursos naturais e riqueza social. O autor chama a atenção para o fato de que a prosperidade e o bem estar de uma região não depende da riqueza natural. A abundância de recursos naturais de uma região ou país se associa fortemente ao subdesenvolvimento, ou a um nível de prosperidade inferior, pois a produção agrícola e sua importação não traz desenvolvimento tanto quanto indústrias e serviços (característicos dos países desenvolvidos).

Estratégias: Extração eficiente de recursos, combinada com a transformação da indústria local com tecnologia eficiente

Autor: PRADO, Paulo; LEWINSOHN, Thomas; CARMO, Roberto; HOGAN, Daniel.

Título: Ordenação multivariada na ecologia e seu uso em ciências ambientais

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano V, n.o 10, 1º semestre de 2002

Pequeno resumo do texto: Os autores fazem uma análise da utilidade que as ferramentas multivariadas têm para a pesquisa interdisciplinar, principalmente no que diz respeito à questão ambiental. O uso e avanço destes métodos multivariados depende do envolvimento de todos os pesquisadores das diversas áreas de conhecimento.

Estratégias: nenhuma

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SECÃO CIRCULANTE

Autor: BOEIRA, Sérgio Luís

Título: Ecologia política: Guerreiro Ramos e Fritjof Capra

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano V, n.o 10, 1º semestre de 2002

Pequeno resumo do texto: O presente texto tem o intuito de contribuir com a ecologia política através da análise de duas obras de pensadores ambientalistas: “A nova ciência das organizações” de Alberto Guerreiro Ramos e “O ponto de mutação”, de Fritjof Capra. A idéia central deste trabalho é, segundo o autor, que estes dois autores, apesar das divergências acadêmicas, chegaram a resultados semelhantes na contribuição da formação de um campo de pesquisa interdisciplinar, qual seja, a ecologia política. Ambos autores fazem uma crítica as sociedades industriais questionando a racionalidade e a visão de mundo que dá base a estas sociedades.

Estratégias: nenhuma

Autor: FUTTEMA, Célia; CASTRO, Fábio; SILVA-FORSBERG, Maria Clara.

Título: “The emergence and outcomes of collective action: na institutional and ecosystem approach”.

Publicação: Ambiente & Sociedade, ano V, n.o 10, 1º semestre de 2002

Pequeno resumo do texto: Este texto analisa a ação coletiva de atores sociais numa dada região (no caso da região costeira na Baixa Amazônia) através de uma análise baseada nas famílias (ao invés de comunidades), apontando que a heterogeneidade dentro da comunidade conduz a diferentes incentivos para a participação das atividades coletivas. A análise sistêmica acaba mostrando que a conexão entre ecossistema manejado e adjacente influi nas decisões para participar das ações coletivas.

Estratégias: Os autores enfatizam a melhora quando apontam que a heterogeneidade no interior das comunidades leva a uma maior participação coletiva

Autor: WORSTER, Donald

Título: Transformações da terra, para uma perspectiva agroecológica na história.

Publicação: Ambiente & Sociedade, vol. V, no. 02 – 2º semestre de 2002 – vol. VI, no. 01, 1º semestre de 2003

Pequeno resumo do texto: Este texto tem como objetivo analisar os modos de produção como fenômenos ecológicos, buscando compreender como estes estão articulados com a agricultura. O autor ressalta que toda agricultura traz mudanças para o ecossistema, mas com o advento do capitalismo, essas mudanças se intensificaram devido à alta produção especializada (monocultura) e suas dificuldades inerentes de fertilização e estabilização do solo.

Estratégias: nenhuma

Autor: BRAND, Ulrich; GÖRG, Christoph.

Título: “Globalización sostenible?” Desarrollo sostenible como pegamento para el montón de cristales trizados del neoliberalismo.

Publicação: Ambiente & Sociedade, vol. V, no. 02 – 2º semestre de 2002 – vol. VI, no. 01, 1º semestre de 2003

Pequeno resumo do texto: Os autores fazem uma análise da relação Norte e Sul e os problemas sociais e ambientais levados pela globalização. Apontam o debate do desenvolvimento sustentável falso, diante das políticas neoliberais e os interesses de poder que estão imbutidos neste termo. Apesar das reformas institucionais e dos acordos internacionais, o discurso do desenvolvimento sustentável não se traduziu em mudanças

Estratégias: nenhuma

Citações relevantes:

No se logra a autodeterminación, la dignidad humana y la satisfacción de necesidades básicas por el camino de la eficiencia y la gestión burocrática (BRAND & GÖRG, 2003, p.67).

Autor: CAVALCANTI, Clóvis

Título: Meio ambiente, Celso Furtado e o desenvolvimento como falácia

Publicação: Ambiente & Sociedade, vol. V, no. 02 – 2º semestre de 2002 – vol. VI, no. 01, 1º semestre de 2003

Pequeno resumo do texto: Cavalcanti (2003) faz uma análise da produção intelectual de Celso Furtado, apontando as questões importantes levantadas por este teórico no que diz respeito ao desenvolvimento e sua relação com o meio ambiente.

Estratégias: nenhuma

Autor: FONSECA, Sérgio Mattos; DRUMMOND, José Augusto

Título: O valor da existência de um ecossistema costeiro tropical através da disposição ao trabalho voluntário: o caso da lagoa de Itaipu (Niterói, RJ)

Publicação: Ambiente & Sociedade, vol. V, no. 02 – 2º semestre de 2002 – vol. VI, no. 01, 1º semestre de 2003

Pequeno resumo do texto: Este texto analisa o processo de participação das famílias de pescadores artesanais da região frente a crescente degradação do ecossistema, contrapondo-se ao descaso das autoridades governamentais. As pessoas que não podem pagar pela recuperação e preservação dos ecossistemas podem estar dispostas a valorizar sua existência através do seu trabalho voluntário, sendo esta consequência do subdesenvolvimento e do descrédito nas instituições, entre outros aspectos

Estratégias: Os autores apostam na criação de instrumentos econômico-ecológicos, de fóruns comunitários e no incentivo a multirões ecológicos para a busca da minimização da degradação e para o incentivo à participação social.

Autor: RODRIGUES, Aníbal; TOMMASINO, Humberto; FOLADORI, Guillermo; GREGORCZUK, Anderson.

Título: É correto pensar a sustentabilidade em nível local? Uma análise metodológica de um estudo de caso em uma Área de Proteção Ambiental no litoral sul do Brasil

Publicação: Ambiente & Sociedade, vol. V, no. 02 – 2º semestre de 2002 – vol. VI, no. 01, 1º semestre de 2003

Pequeno resumo do texto: Neste texto os autores questionam a possibilidade de a sustentabilidade social e ambiental andarem juntas. O caso empírico analisado é o município de Guaraqueçaba, litoral do Paraná. Segundo os autores, o social determina o ecológico, ou seja, a sustentabilidade ecológica depende da sustentabilidade social; as condições naturais impõem restrições importantes à viabilidade econômica. Os autores enfatizam a degradação socioambiental, devido a alta competitividade do mercado que se dá na região estudada.

Estratégias: nenhuma

Autor: RIBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flávia Maria

Título: Água, população rural e políticas de gestão: o caso do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais

Publicação: Ambiente & Sociedade, vol. V, no. 02 – 2º semestre de 2002 – vol. VI, no. 01, 1º semestre de 2003

Pequeno resumo do texto: O objetivo deste texto é analisar alguns aspectos da relação entre população e recursos hídricos, investigando a percepção cultural e usos locais da água para compreender de que forma os costumes dialogam ou conflitam com as normas legais e técnicas propostas pelas agências reguladoras. Os autores enfatizam a degradação, uma vez que apontam o uso desigual dos recursos hídricos como gerador de conflitos. A ausência do Estado e a presença de empresas negociando a água torna o acesso, a gestão e a disponibilidade uma questão difícil de se resolver.

Estratégias: Ações sociais desenvolvidas por escolas e sindicatos; criação de comitês para o fortalecimento do espírito de identidade

Autor: LAURIOLA, Vincenzo.

Título: Ecologia global contra diversidade cultural? Conservação da natureza e povos indígenas no Brasil. O Monte Roraima entre Parque Nacional e Terra Indígena Raposa-Serra do Sol

Publicação: Ambiente & Sociedade, vol. V, no. 02 – 2º semestre de 2002– vol. VI, no. 01, 1º semestre de 2003

Pequeno resumo do texto: Este texto mostra como os problemas de conservação da natureza podem entrar em conflito com os direitos e as políticas de preservação da diversidade cultural. Mostra também que, ao invés de representar uma oportunidade para aliviar os conflitos existentes através da busca de novos meios de manejar a natureza, enquanto um bem comum, o argumento ecológico pode ser apropriado pelos diferentes atores sociais e usado como arma em conflitos políticos, afastando as estratégias sustentáveis.

Estratégias: Criação de mecanismos de renda verde, uso da cultura indígena na elaboração de propostas de manejo sustentáveis

Revista Brasileira de Ciências Sociais

Autor: ALMEIDA, Mauro W. de

Título: Redescobrimo a família rural

Publicação: Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 01, junho de 1986

Pequeno resumo do texto: O artigo comenta três temas da literatura etnográfica sobre o campesinato brasileiro: economia familiar, mapas cognitivos e os sistemas de parentesco e a propriedade do campo. O autor ressalta que o avanço da grande propriedade, os preços crescentes da terra, as relações de troca deterioradas, entre outros aspectos, representam pressões sobre a capacidade de sobrevivência destes grupos, representando uma queda da qualidade de vida familiar, uma vez que, em resposta a esses problemas, há uma intensificação do trabalho, dispersão da unidade familiar e a redução da capacidade de consumo.

Estratégias: nenhuma

Autor: BOSCHI, Renato R.

Título: A abertura e a nova classe média política brasileira: 1977-1982

Publicação: Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 01, junho de 1986

Pequeno resumo do texto: Este artigo analisa o papel desempenhado pelo surto associativo de diferentes setores da nova classe média urbana no processo de superação do autoritarismo. Esse movimento organizativo e suas práticas acabam por transitar, de forma ambígua, entre modelos de grupos de interesse e de movimentos sociais. O autor ressalta que a tendência destas organizações é que não tenham força para se tornar um canal entre Estado e sociedade. O autor ressalta que os processos estruturais de mudança (taxa de urbanização e padrão de urbanização) acarretaram a deterioração da qualidade de vida nas grandes cidades, afetando as classes baixas e médias emergentes no período e fazendo eclodir os movimentos sociais reivindicatórios.

Estratégias: nenhuma

Autor: VIOLA, Eduardo

Título: Movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica

Publicação: Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 03, vol. 01, fevereiro de 1987.

Pequeno resumo do texto: Viola faz um histórico do nascimento do movimento ambientalista no Brasil, afirmando seis motivos que levaram a esta emergência: a expansão global do ambientalismo; o fato do Brasil ser um país ascendente; a intensidade da degradação ambiental; o caráter predatório da política militar; a crise da esquerda; e por fim, a transição democrática. O autor enfatiza a melhora ambiental, pois enxerga que o ambientalismo está se tornando um grande interlocutor da maioria dos países, tendo penetração nos setores médios formadores de opinião

Estratégias: Ainda que encare de forma otimista a questão ambiental, Viola acredita que a sociedade brasileira é pouco articulada politicamente. Ou seja, deve haver uma maior ação política por parte dos atores sociais.

Autor: CALDERÓN, Fernando; JELIN, Elizabeth.

Título: Classes sociais e movimentos sociais na América Latina. Perspectivas e realidades

Publicação: Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº . 05, vol. 02, outubro de 1987

Pequeno resumo do texto: Os autores fazem uma análise dos movimentos sociais na América Latina, apontando diversas temáticas de estudo, entre elas a temática da qualidade de vida. Os autores tentam mostrar as transformações dos atores coletivos, registrando uma perda de horizontes totalizantes.

Estratégias: nenhuma

Comentários: autor não cita em nenhum momento a questão ambiental; o texto tem sua importância junto a temática do trabalho pois enfatiza a importância dos movimentos sociais no debate sobre qualidade de vida na América Latina.

Autor: CINTRA, Antônio Octavio

Título: Zoneamento: análise política de um instrumento urbanístico

Publicação: Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 06, vol. 03, fevereiro de 1988.

Pequeno resumo do texto: O autor entende o zoneamento como política reguladora que não pode servir ao livre arbítrio do planejador urbano. Cabe ao zoneamento traduzir a visão do interesse coletivo, que pode estar presente na proteção do patrimônio natural, como também estético e histórico, servindo para a promoção da qualidade de vida

Estratégias: Planejamento Urbano Consciente

Autor: MARTINEZ-ALIER, Juan

Título: Economia e ecologia: questões fundamentais

Publicação: Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 07, vol.13, Junho de 1988

Pequeno resumo do texto: O texto tenta demonstrar as limitações e deficiências da economia convencional no que diz respeito à utilização dos recursos não-renováveis no crescimento econômico.

Estratégias: nenhuma

Autor: BURAWOY, Michael

Título: A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado

Publicação: Revista Brasileira de Ciências Sociais , n°. 13, ano 5, junho de 1990

Pequeno resumo do texto: O autor analisa a reprodução das relações sociais no trabalho como estruturadas por regimes fabris, isto é, instituições que regulam os conflitos em torno de remunerações, condições de trabalho e cargos

Estratégias: nenhuma

Comentários: autor faz uma crítica a moda como “qualidade de vida no trabalho” e controles de qualidade (ISO 9000), pois são tentativas gerenciais de invadir os espaços criados pelos trabalhadores e de mobilizar o consenso em torno da produtividade. O texto não menciona a questão ambiental

Autor: FERNANDES, Rubem César

Título: Elos de uma cidadania planetária

Publicação: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n° 28, ano 10, junho de 1995

Pequeno resumo do texto: Este texto aponta a emergência e o crescimento da participação dos cidadãos nos espaços públicos, através de associações voluntárias, fundações, ONG's, entre outros caminhos de participação, como o voto direto. O autor aponta um fator importante para a melhora ambiental, que é a emergência do 3º setor

Estratégias: Emergência do 3º setor

Autor: VITA, Álvaro

Título: Preferências individuais e justiça social

Publicação: Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 29, ano 10, outubro de 1995

Pequeno resumo do texto: Este texto examina o welfarismo subjetivo, que é o ponto de vista segundo o qual a satisfação das preferências individuais deve se constituir o fundamento de nossos julgamentos de bem-estar social e justiça social

Estratégias: nenhuma

Autor: KERSTENETZKY, Isaac

Título: Estatísticas, teoria social e planejamento

Publicação: Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 17, ano 06, Outubro de 1991

Pequeno resumo do texto: Esta publicação é uma homenagem ao autor, que congrega dois textos inéditos. Em ambos, o autor faz uma análise dos indicadores estatísticos e sua importância na análise social e nas políticas sociais. No caso da problemática da qualidade de vida, o autor aponta a importância da noção de pobreza absoluta ou relativa, assim como de qualidade de vida, para as ações governamentais.

Estratégias: nenhuma

Autor: CARVALHO, Inaiá M. M de

Título: Direitos legais e direitos efetivos. Crianças , adolescentes e cidadania no Brasil

Publicação: Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 29, ano 10, outubro de 1995

Pequeno resumo do texto: Este texto analisa as dificuldades para a implementação da cidadania no Brasil, a partir do caso do ECA e de seus dispositivos quanto ao trabalho infanto-juvenil. Ressalta o padrão de desenvolvimento brasileiro, que gerou exclusão social e propiciou a inserção das crianças e adolescentes ao trabalho precoce no mercado, para suprir a necessidade da família, que sofre diretamente com a carência de serviços públicos básicos.

Estratégias: nenhuma

Comentários: O texto não trata a questão ambiental, mas coloca a questão da qualidade de vida como importante no entendimento da problemática da cidadania no Brasil.

Autor: SANTOS, Boaventura de S.; MARQUES, Maria M. L; PEDROSO, João.

Título: Os tribunais nas sociedades contemporâneas

Publicação: Revista Brasileira de Ciências Sociais nº 30, ano 11, fevereiro de 1996

Pequeno resumo do texto: Segundo os autores, os tribunais vêm assumindo um papel crescente de protagonista social e político. Analisam as causas deste fenômeno e identificam três questões cruciais: independência, capacidade e legitimidade dos tribunais contemporâneos.

Estratégias: nenhuma

Comentários: No que diz respeito à qualidade de vida, os autores ressaltam que os países periféricos tiveram que consagrar, no período do Estado-providência, os direitos cívicos e políticos. E, após o Estado-providência, os direitos dos consumidores, da proteção ambiental e da qualidade de vida em geral, diferentemente dos países centrais, que já possuíam estes direitos de cidadania consagrados.

Autor: ALVES, J. A Lindgren

Título: A agenda social da ONU contra a desrazão “pós-moderna”

Publicação: Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 30, ano 11, fevereiro de 1996.

Pequeno resumo do texto: Este texto faz uma análise da construção da Agenda Social da ONU, através da análise das grandes conferências mundiais, entre elas a Rio-92. Ressalta os grandes temas tratados: desenvolvimento sustentável, desenvolvimento social, população, direitos humanos, entre outros e a incoerência desta Agenda para com a realidade caótica contemporânea (fundamentalismos, terrorismo e desastres ambientais). Enfatiza a degradação social quando mostra que a ONU anda na contramão dos acontecimentos mundiais (terrorismo, fundamentalismos e guerras).

Estratégias: nenhuma

Autor: CARNEIRO, Maria José.

Título: Pluriatividade no campo: o caso francês

Publicação: Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 32, ano 11, outubro de 1996

Pequeno resumo do texto: A autora analisa a prática de atividades complementares à produção agrícola, conhecida como pluriatividade, afirmando que não há um consenso sobre o significado destas atividades para a agricultura. Estas novas atividades, como o turismo, deixam de afastar os jovens do campo para as cidades e fábricas. Estes passam a compartilhar o ideal urbano de vida e de trabalho ao ar livre. Desta forma, a vida na montanha deixa de ser qualificada como atrasada e desconfortável, para assumir a imagem de qualidade de vida desejável.

Estratégias: nenhuma

Autor: ROBERTS, Bryan R.

Título: A dimensão social da cidadania

Publicação: Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 33, ano 12, fevereiro de 1997.

Pequeno resumo do texto: O autor faz uma análise da questão da cidadania e sua dimensão social, apontando que determinadas políticas geram conseqüências para a qualidade da cidadania numa democracia.

Estratégias: nenhuma

Citações:

Pode-se dizer que há a necessidade de políticas sociais que colaborem para construir um padrão básico de cidadania social, o qual não só ajude a diminuir a pobreza e garantir que ela não se perpetue, como também contribua para a integração social, proporcionando serviços que reduzam as desigualdades de oportunidades de vida, de acesso à educação, saúde ou previdência social (ROBERTS, 1997, p.11).

Autor: MACHADO, Maria das Dores; MARIZ, Cecília L.

Título: Mulheres e prática religiosa nas classes populares: uma comparação entre as Igrejas Pentecostais, as Comunidades Eclesiais de Base e os grupos carismáticos

Publicação: Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 34, vol 12, junho de 1997

Pequeno resumo do texto: As autoras fazem uma análise comparativa da motivação e dos valores que levam as mulheres a participarem destas três atividades religiosas mencionadas no título. O estudo indica que as igrejas pentecostais e carismáticas assemelham-se por dar importância a emoção, ao ritual e à moralidade sexual, enquanto que na Teoria da Libertação, diferentemente, enfatiza-se mais as atividades comunitárias e a mobilização popular. No que diz respeito à qualidade de vida, as autoras enfatizam que são as dificuldades cotidianas de sobrevivência e a busca de uma melhor qualidade de vida que lema as mulheres a procurar os CEB's.

Estratégias: nenhuma

Autor: DEBERT, Guita Grin

Título: A invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas

Publicação: Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 34, vol. 12, junho de 1997

Pequeno resumo do texto: A autora analisa neste texto as condições específicas de envelhecimento na sociedade contemporânea: os novos padrões de aposentadoria, a criação de novas etapas que separam o adulto do velho, as concepções autopreservacionistas do corpo. O trabalho tenta discutir o impacto destas novas condições na transferência de tecnologias de rejuvenescimento, novo mercado de consumo e na redefinição de políticas voltadas para a velhice e a aposentadoria.

Estratégias: nenhuma

Autor: BLASS, Leila M. da Silva

Título: Jornada de trabalho: uma regulamentação em múltipla escolha

Publicação: Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 36, ano 13, fevereiro de 1998

Pequeno resumo do texto: O artigo trata da regulamentação recente da jornada de trabalho da Volkswagen e da Ford, após a dissolução da Autolatina. Os acordos induzem a redução e flexibilização da jornada de trabalho.

Estratégias: nenhuma

Autor: GUEDES, Simone L.

Título: A concepção sobre a família na geriatria e na gerontologia brasileiras: ecos dos dilemas da multidisciplinaridade

Publicação: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.º 43, vol 15, junho de 2000

Pequeno resumo do texto: O objetivo do texto é lançar um mapeamento de alguns pressupostos do discurso e prática de geriatras e gerontólogos brasileiros, buscando uma primeira interpretação das microagências especializadas ligadas à geriatria e gerontologia

Estratégias: nenhuma

Autor: PÁDUA, José A.

Título: A profecia dos desertos da Líbia: conservação da natureza e construção nacional no pensamento de José Bonifácio

Publicação: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.º 44, vol.15. outubro de 2000

Pequeno resumo do texto: O artigo tem o intuito de mostrar as preocupações de José Bonifácio frente ao uso destrutivo dos recursos naturais, particularmente das florestas. Para tanto, Bonifácio elabora uma política nacional onde haveria uma profunda reforma na relação com o meio natural no Brasil, superando o padrão de exploração herdado do período colonial. Podemos apontar como a principal contribuição deste pensador a relação que faz entre escravismo e destruição ambiental.

Estratégias: Reforma na relação sociedade e uso de recursos naturais.

Coletâneas

Ecologia e política no Brasil

Autor: PÁDUA, José Augusto

Título: Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil

Publicação: PÁDUA, J. A. **Ecologia e Política no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: co-edição Editora Espaço e Tempo, IUPERJ, 1992

Pequeno resumo do texto: Este texto tem o intuito de pensar a origem da ecologia política no Brasil. Segundo o autor, pensar esta origem é pensar o sentido inicial e fundador do Brasil e sua incorporação no sistema socio-econômico mundial. Demonstra também que muitos foram os homens (políticos e intelectuais) que pensaram a questão da natureza e sua relação com a situação política, econômica e social do país. A questão fundamental era a relação entre o uso de recursos naturais e o modelo de desenvolvimento.

Estratégias: nenhuma

Comentários: Pádua analisou um quadro de degradação socioambiental através da leitura que alguns intelectuais fizeram da relação sociedade e natureza no Brasil

Autor: MINC, Carlos

Título: Os desafios da ecopolítica no Brasil

Publicação: PÁDUA, J. A. **Ecologia e Política no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: co-edição Editora Espaço e Tempo, IUPERJ, 1992

Pequeno resumo do texto: Neste texto o autor expõe algumas teses que estão sendo discutidas no movimento ecológico e outros segmentos organizados da sociedade no que diz respeito à promoção da reforma agrária e urbana ecológica, com vistas para uma maior qualidade de vida.

Estratégias: O quadro de degradação depende, para ser remediado, da gestão pública e do aumento da cidadania

Citações:

Nosso país só terá um desenvolvimento ecologicamente viável numa sociedade profundamente democrática, onde a população tenha poder de fato sobre a organização da economia e do uso do espaço; onde tenha o poder de inventar novos direitos que ampliem seus espaços de autonomia e da liberdade (MINC, 1987, p.138).

Autor: VIEIRA, Liszt

Título: Constituição e meio ambiente: as raízes e o sonho

Publicação: PÁDUA, J. A. **Ecologia e Política no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: co-edição Editora Espaço e Tempo, IUPERJ, 1992

Pequeno resumo do texto: Vieira aponta a necessidade de novas instituições democráticas para combater a degradação e promover uma maior qualidade de vida e cidadania para a população. Acredita que a preservação do meio ambiente passa pela busca de melhores condições de vida e de trabalho

Estratégias: Um ponto que levaria a melhora seria uma maior democratização da sociedade

Citações:

[...] a poluição, a devastação, o desmatamento, a destruição da natureza e a degradação da qualidade de vida, todas as ações antiecológicas não decorrem apenas de uma falta de maior “consciência” ecológica. Decorrem de um sistema que cria certas instituições que estabelecem certas relações dos seres humanos entre si e destes com a natureza, através de uma dada tecnologia (VIEIRA, 1987, p.144).

Autor: VIOLA, Eduardo

Título: O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica

Publicação: PÁDUA, J. A. **Ecologia e Política no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: co-edição Editora Espaço e Tempo, IUPERJ, 1992

Pequeno resumo do texto: Viola faz um histórico do nascimento do movimento ambientalista no Brasil, afirmando seis motivos que levaram a esta emergência: a expansão global do ambientalismo; o fato do Brasil ser um país ascendente; a intensidade da degradação ambiental; o caráter predatório da política militar; a crise da esquerda; e por fim, a transição democrática. O autor enfatiza a melhora ambiental, pois enxerga que o ambientalismo está se tornando um grande interlocutor da maioria dos países, tendo penetração nos setores médios formadores de opinião.

Estratégias: Ainda que encare de forma otimista a questão ambiental, Viola acredita que a sociedade brasileira é pouco articulada politicamente. Maior articulação política da sociedade

Autor: GABEIRA, Fernando

Título: A idéia de um Partido Verde no Brasil

Publicação: PÁDUA, J. A. **Ecologia e Política no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: co-edição Editora Espaço e Tempo, IUPERJ, 1992

Pequeno resumo do texto: Gabeira aponta neste texto as idéias iniciais da formação do Partido Verde no Brasil. Este partido, com características democráticas e descentralizadora, seria um contraponto aos partidos tradicionais e até para a própria esquerda socialista, que pouca atenção deu à questão da finitude dos recursos naturais e o processo de desenvolvimento

Estratégias: Maior democratização da sociedade

Autor: CARVALHO, Paulo Gonzaga M. de

Título: Meio ambiente e políticas públicas: a FEEMA diante da poluição industrial

Publicação: PÁDUA, J. A. **Ecologia e Política no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: co-edição Editora Espaço e Tempo, IUPERJ, 1992

Pequeno resumo do texto: O autor analisa a política ambiental da FEEMA, apontando que a falta de compatibilização das demais políticas torna inviável uma política ambiental que compatibilize desenvolvimento econômico e preservação ambiental

Estratégias: Autor coloca como perspectiva de melhora a integração das políticas e uma maior participação da população na implementação destas políticas.

Ecologia e política mundial

Autor: VIOLA, Eduardo; LEIS, Héctor R.

Título: Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo

Publicação: LEIS, Héctor (org.). **Ecologia e Política Mundial**. Rio de Janeiro: FASE, em co-edição com Editora Vozes. ARI/PUC/RIO, 1991.

Pequeno resumo do texto: Os autores apontam o ano de 1988 como um ponto de inflexão na percepção da desordem global da biosfera. Com a expansão do ecologismo em escala mundial, os autores acreditam que há a possibilidade da criação de um espaço público transnacional, para harmonizar a relação ambiente e desenvolvimento. Para tanto, acreditam na capacidade dos novos atores sociais e políticos para a saída do impasse Norte-Sul.

Estratégias: Fortalecimento das ONG's e o surgimento de novos atores na construção de um espaço público transnacional

Citações:

[...] mais do que adiante de uma “crise demográfica” ou uma “crise de recursos” encontramos-nos diante de uma crise civilizatória, uma crise generalizada de toda a humanidade na biosfera”(VIOLA & LEIS, 1991, p.26).

As metrópoles latino-americanas são a expressão concentrada da degradação sócio-ambiental: a grande maioria da população bebe água contaminada, não dispõe de esgotos, respira ar contaminado e é muito vulnerável a epidemias e desastres naturais (inundações, terremotos) (VIOLA & LEIS, 1991, p.32).

Autor: LEIS, Héctor R.

Título: Ecologia e soberania na Antártica ou o papel da questão ambiental como agente transformador da ordem internacional

Publicação: LEIS, Héctor (org.). **Ecologia e Política Mundial**. Rio de Janeiro: FASE, em co-edição com Editora Vozes. ARI/PUC/RIO, 1991

Pequeno resumo do texto: Leis afirma que a humanidade corre rumo à catástrofe, mas que nos últimos anos surgiram no cenário internacional alguns sinais de preocupação, tendo-se até esboçado propostas de ação global. Contudo, para se obter uma ação global eficiente, faz-se necessária a emergência de uma autoridade global. É esse “cargo” que, segundo Leis, a ONU deverá provar ser capaz no âmbito da Rio-92. Aponta a dificuldade em se administrar os espaços comuns da humanidade, sendo desta forma necessária a cooperação entre todos os países.

Estratégias: Cooperação internacional

Autor: BRIGADÃO, Clóvis

Título: Amazônia e Antártica: diagnósticos de segurança ecológica

Publicação: LEIS, Héctor (org.). **Ecologia e Política Mundial**. Rio de Janeiro: FASE, em co-edição com Editora Vozes. ARI/PUC/RIO, 1991

Pequeno resumo do texto: O autor ressalta neste texto a degradação socioambiental que ocorre no âmbito da região amazônica, devido ao estilo de desenvolvimento adotado pela região em geral. A região amazônica, segundo o autor, é uma região estratégica e alvo de medidas de segurança nacional. Contudo, este conceito de segurança nacional, dentro do contexto de globalização e degradação ambiental, não deve ser utilizado e deve ser substituído pelo de segurança ecológica (que não deve ser tratado somente pelo ponto de vista militar e tem como característica sua natureza global). Aponta a degradação ambiental, fruto do “mal-desenvolvimento”

Estratégias: Elaboração de normas e leis internacionais para espaços como a Amazônia e a Antártica

Autor: GUIMARÃES, Roberto P.

Título: A assimetria dos interesses compartilhados: América Latina e a agenda global do meio ambiente

Publicação: FERREIRA, Leila; VIOLA, Eduardo. **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996

Pequeno resumo do texto: O autor faz uma crítica ao modelo preservacionista imposto em nosso país, onde as populações tradicionais são expulsas de seus espaços, em prol de um discurso que enfatiza a criação de “espaços públicos” e “preservação da biodiversidade”. Podemos afirmar que o autor enfatiza a degradação, quando aponta a saída destas populações das áreas naturais (que gera perda da biodiversidade e qualidade de vida da população

Estratégias: O autor lança uma alternativa de melhora quando afirma a necessidade de planos de manejo que levem em conta o conhecimento destas populações, havendo uma maior integração entre ciência e a tradição.

Autor: CAVALCANTI, Clóvis

Título: Desenvolvimento e respeito à natureza: uma introdução termodinâmica à economia da sustentabilidade

Publicação: FERREIRA, Leila.; VIOLA, Eduardo. **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

Pequeno resumo do texto: O autor faz uma análise da relação desenvolvimento e meio ambiente, apontando que este desenvolvimento é pautado pelas leis do mercado.

Estratégias: Processo econômico compatível com as regras da natureza.

Citações:

[...] caminho para se formularem os predicados de uma sociedade ecologicamente sustentável não pode ser calcado em um sistema como o do mecanismo de mercado. Necessita-se aqui de um modelo biofísico da economia, uma visão de processo econômico submetido a regras compatíveis com leis da natureza como a da conservação da energia e a segunda lei da termodinâmica (CAVALCANTI, 1997, p.328).

Ecología política. Naturaleza, sociedad y utopía

Autor: ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano.

Título: Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil

Publicação: ALIMONDA, Héctor (org.). **Ecología Política**. Naturaleza, sociedad y utopía. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

Pequeno resumo do texto: Os autores fazem neste texto uma análise da sociologia ambiental brasileira, apontando a falta de “cientificidade” de seus teóricos e propõem novas formas de se analisar a questão ambiental e os conflitos ambientais no Brasil, a partir da Escola do Processo Político.

Estratégias: nenhuma

Comentários: Texto de crítica à sociologia ambiental.

Autor: HERRERA, Guillermo Castro

Título: Naturaleza, sociedad y historia en America Latina

Publicação: ALIMONDA, Héctor (org.). **Ecología Política**. Naturaleza, sociedad y utopía. Buenos Aires: CLACSO, 2002

Pequeno resumo do texto: Este texto tem o intuito de mostrar a importância da construção de uma história ambiental latino-americana para a busca de estratégias para os problemas socioambientais vividos no continente.

Estratégias: nenhuma

Autor: GUDYNAS, Eduardo

Título: La ecología política de la integración: reconstrucción de la ciudadanía y regionalismo autónomo

Publicação: ALIMONDA, Héctor (org.). **Ecología Política**. Naturaleza, sociedad y utopía. Buenos Aires: CLACSO, 2002

Pequeno resumo do texto: Gudynas aponta as fragilidades do Mercosul no que diz respeito à política ambiental. Contudo, mostra saídas para este impasse, a partir da reconstrução do papel do cidadão na busca de estratégias para a sustentabilidade.

Estratégias: Integração entre as políticas nacionais, através da participação cidadã

Autor: GUIMARÃES, Roberto P.

Título: La etica de la sustentabilidad y la formación de politicas de desarrollo

Publicação: ALIMONDA, Héctor (org.). **Ecología Política**. Naturaleza, sociedad y utopía. Buenos Aires: CLACSO, 2002

Pequeno resumo do texto: Guimarães aponta neste texto a crise de civilização e do estilo de desenvolvimento na qual vivemos, enfatizando os países periféricos, como a América Latina

Estratégias: Um novo estilo de desenvolvimento, baseado em valores éticos, necessários para a busca da qualidade de vida

Autor: CUADRA, Fernando Marcelo de la

Título: Conflito ambiental en Chile. El caso de la contaminación atmosferica de Santiago

Publicação: ALIMONDA, Héctor (org.). **Ecología Política**. Naturaleza, sociedad y utopía. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

Pequeno resumo do texto: O autor traça o quadro da situação ambiental na capital chilena, principalmente no que diz respeito à contaminação atmosférica. O autor enfatiza a degradação ambiental, ao apontar a incapacidade dos governos em implantar políticas públicas e a não adesão dos cidadãos nestas novas práticas

Estratégias: A participação ativa dos cidadãos na formulação e prática das políticas ambientais levaria a uma solução satisfatória.

Autor: O'CONNOR, James

Título: Es posible el capitalismo sostenible?

Publicação: ALIMONDA, Héctor (org.). **Ecología Política**. Naturaleza, sociedad y utopía. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

Pequeno resumo do texto: O autor faz um diagnóstico do capitalismo no que diz respeito ao meio ambiente, mostrando como o “capitalismo sustentável” é uma falácia

Estratégias: Para o autor, alguns fatores levariam a uma melhora das condições de vida e do meio ambiente, através da união dos diversos movimentos sociais na busca do que ele denominou como “socialismo ecológico”.

Autor: LIPIETZ, Alain

Título: A ecologia política, solução para a crise da instância política?

Publicação: ALIMONDA, Héctor (org.). **Ecología Política**. Naturaleza, sociedad y utopía. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

Pequeno resumo do texto: O autor expõe neste texto um quadro de crise política e ecológica na sociedade atual.

Estratégias: Uma das estratégias apontadas pelo autor está no “pensar global e agir local”, pressuposto da Agenda 21 e “ferramenta” para a promoção da qualidade de vida da população.

Autor: RIBEIRO, Ricardo Ferreira

Título: O Eldorado do Brasil Central: história ambiental e convivência sustentável com o Cerrado

Publicação: ALIMONDA, Héctor (org.). **Ecología Política**. Naturaleza, sociedad y utopía. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

Pequeno resumo do texto: Ribeiro faz uma análise histórica do uso e ocupação da região de cerrado no Brasil. Aponta a convivência harmoniosa entre sociedade local e espaço até meados da década de 70, quando o governo autoritário, com programas de desenvolvimento e com

políticas voltadas ao grande produtor rural, acaba por prejudicar a relação entre população local e meio. Enfatiza a degradação, quando mostra os efeitos dos projetos (perda da biodiversidade, degradação do solo, redução de emprego) entre outros pontos levantados. Aponta também a ineficácia da legislação ambiental.

Estratégias: Ao mesmo tempo que mostra os efeitos do desenvolvimentismo, o autor afirma a existência de projetos e iniciativas que visam recuperar o meio natural e as sociedades que vivem no Cerrado.

Autor: MENASCHE, Renata

Título: Legalidade, legitimidade e lavouras transgências clandestinas

Publicação: ALIMONDA, Héctor (org.). **Ecología Política**. Naturaleza, sociedad y utopía. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

Pequeno resumo do texto: Este texto trata dos conflitos sociais gerados pelo cultivo de lavouras transgências no Rio Grande do Sul.

Estratégias: nenhuma

Autor: ALIMONDA, Héctor

Título: Una herencia en Comala (apuntes sobre ecología política latinoamericana y la tradición marxista)

Publicação: ALIMONDA, Héctor (org.). **Ecología Política**. Naturaleza, sociedad y utopía. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

Pequeno resumo do texto: Alimonda traz neste texto algumas perspectivas sobre a ecologia política latino-americana e sua herança fortemente marcada pelo marxismo

Estratégias: nenhuma

Autor: BARKIN, David

Título: El desarrollo autónomo: un camino a la sostenibilidad

Publicação: ALIMONDA, Héctor (org.). **Ecología Política**. Naturaleza, sociedad y utopía. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

Pequeno resumo do texto: Este texto mostra a degradação socioambiental de produtores rurais na América Latina, vítimas de políticas de desenvolvimento geradoras de exclusão social e deterioração do meio ambiente.

Estratégias: Um desenvolvimento autônomo para a região, através de ferramentas como participação democrática e fortalecimento de novas organizações sociais

Autor: VILLALOBOS, Ruy de

Título: La valuación de recursos naturales extingüibles: el caso de la merluza en el mar continental argentino

Publicação: ALIMONDA, Héctor (org.). **Ecología Política**. Naturaleza, sociedad y utopía. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

Pequeno resumo do texto: Este texto mostra a degradação ambiental ocorrida a partir da pesca indiscriminada de merluza na costa argentina.

Estratégias: Defende o uso da valoração dos recursos naturais para exigir compensações e indenizações dos danos ocorridos à sociedade.

Autor: ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília C. do A.

Título: Conflito social e risco ambiental: o caso de um vazamento de óleo na Baía de Guanabara

Publicação: ALIMONDA, Héctor (org.). **Ecología Política**. Naturaleza, sociedad y utopía. Buenos Aires: CLACSO, 2002

Pequeno resumo do texto: Trata-se de um texto baseado numa pesquisa empírica sobre riscos ambientais industriais, que busca refutar algumas premissas da teoria da “sociedade de risco” de Beck.

Estratégias: O texto não traz estratégias. Somente aponta que, diferentemente de Beck, para o autor trava-se uma luta simbólica entre os portadores de risco e a ação social.

Autor: DIAS, Célia

Título: As antinomias discursivas da ecologia política. (Uma análise baseada na experiência do Partido Verde no Rio de Janeiro, 1986-1992)

Publicação: ALIMONDA, Héctor (org.). **Ecología Política**. Naturaleza, sociedad y utopía. Buenos Aires: CLACSO, 2002

Pequeno resumo do texto: Neste texto a autora aponta os sucessos e fracassos do discurso ambientalista e de sua entrada no campo da política tradicional, em especial através do Partido Verde.

Estratégias: nenhuma

Autor: MOREIRA, Roberto José

Título: Questão agrária e sustentabilidade

Publicação: ALIMONDA, Héctor (org.). **Ecología Política**. Naturaleza, sociedad y utopía. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

Pequeno resumo do texto: Moreira faz neste texto uma análise da questão agrária e sua relação com a sustentabilidade. O autor enfatiza o caráter destruidor do capitalismo em relação a terra

Estratégias: Coloca como estratégia de sustentabilidade socioambiental a incorporação de constrangimentos ecológicos ao sistema capitalista, através do redimensionamento dos direitos de propriedade e de usos de recursos, assim como de leis e regulamentações.

Autor: COSTA NETO, Canrobert e CANAVESI, Flaviane

Título: Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à “reforma agrária agroecológica no Brasil”

Publicação: ALIMONDA, Héctor (org.). **Ecología Política**. Naturaleza, sociedad y utopía. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

Pequeno resumo do texto: Os autores fazem neste artigo uma análise do MST brasileiro e a posição deste para com a questão agrária e ecológica. Mostram-se otimistas quanto à possibilidade de uma agricultura ecológica a longo prazo no Brasil, baseada na agricultura familiar

Estratégias: Educação ambiental e participação social.